



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS  
CAMPUS MANAUS CENTRO  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA**

**ENTRAVES NA FINALIZAÇÃO DO PERCURSO FORMATIVO NO  
CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
DO IFRR/CBVZO**

MANAUS/AM  
2024

**HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA**

**ENTRAVES NA FINALIZAÇÃO DO PERCURSO FORMATIVO NO  
CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
DO IFRR/CBVZO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima

MANAUS/AM  
2024

**Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro**

---

O48e Oliveira, Hudson do Vale de.  
Entraves na finalização do percurso formativo no curso técnico  
subsequente em serviços públicos do IFRR/CBVZO / Hudson do Vale de  
Oliveira. – Manaus, 2024.  
148 p. : il. color.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e  
Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do  
Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima.

1. Assistência Estudantil. 2. Evasão Escolar. 3. Êxito, 4. Permanência.  
5. Subsequente. I. Lima, Maria Francisca Morais de. (Orient.) II. Instituto  
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 370.7

## HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA


### ENTRAVES NA FINALIZAÇÃO DO PERCURSO FORMATIVO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO IFRR/CBVZO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.


Aprovada em 30 de outubro de 2024.

### COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA  
Data: 11/11/2024 10:41:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima - Presidente  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
ProfEPT-IFAM

Documento assinado digitalmente  
 DEUZILENE MARQUES SALAZAR  
Data: 09/11/2024 09:59:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar - Membro Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
ProfEPT-IFAM

Documento assinado digitalmente  
 MARIVAN TAVARES DOS SANTOS  
Data: 08/11/2024 22:35:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Marivan Tavares dos Santos - Membro Externo  
Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar - SEDUC-AM



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
Campus Manaus Centro  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica




**HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA**

**MANUAL DE ALTERNATIVAS PARA ATENDIMENTO DE ESTUDANTES  
EVADIDOS DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO EM  
SERVIÇOS PÚBLICOS DO IFRR/CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE**


Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.


Validado e Aprovado em 30 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA**  
Data: 30/12/2024 09:54:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima – Orientadora  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – ProfEPT/  
IFAM

Documento assinado digitalmente  
 **DEUZILENE MARQUES SALAZAR**  
Data: 28/12/2024 07:19:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar – Membro Interno – ProfEPT/ IFAM  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Documento assinado digitalmente  
 **MARIVAN TAVARES DOS SANTOS**  
Data: 27/12/2024 19:49:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Marivan Tavares dos Santos – Membro Externo  
Secretaria da Educação e Desporto do Estado do Amazonas – SEDUC/AM

A minha mãe, Neuza.

Dedico este trabalho a você porque, para além de estar presente durante todo o processo, é uma inspiração diária por sua força, determinação, esforço e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder o dom da vida e me ajudar, diariamente, a superar os meus desafios e me proteger de tudo, inclusive daquilo que eu não posso ver. Para Ele toda honra e toda glória.

Aos meus pais, Manoel e Sebastiana (ambos *in memoriam*), por todo o cuidado, todo o amor e todo o zelo que dispensaram a mim e por sempre acreditarem no meu potencial. A minha família por todo o amor e toda a cumplicidade. Tudo que faço, vocês sabem, é por vocês muito mais do que por mim mesmo. Amo vocês e sou grato a Deus pela vida de cada um.

Aos meus amigos que, ao longo de minha trajetória, se fazem presente, fisicamente ou não. Acreditam em mim e me motivam a cada dia, de diferentes maneiras, inclusive sendo inspiração por tudo que representaram e representam na minha vida.

A minha orientadora, professora Dra. Maria Francisca, pela paciência, pelos ensinamentos e, sobretudo, pela amizade. Que privilégio e que honra tê-la em minha jornada, partilhando desse momento tão especial, sobretudo por ter aceitado dar continuidade a minha orientação, após a redistribuição do professor Dr. Vanderlei Stefanuto. Gratidão, inclusive, pelo aceite e pelas contribuições quando da realização da qualificação do projeto que deu origem a essa dissertação e a esse produto educacional.

Ao Professor Dr. Vanderlei Stefanuto, que inicialmente exerceu a função de meu orientador junto ao programa e que, portanto, muito contribuiu neste trabalho, especialmente na parte referente à concepção inicial. Muito obrigado!

Aos meus professores e minhas professoras, assim como todos (as) que fazem o ProfEPT/IFAM, em especial a Alesandra e a Cristina, que sempre estão dispostas a ajudar o corpo discente.

Aos meus e minhas colegas de turma pela parceria ao longo da caminhada, seja presencialmente, durante as semanas de aulas presenciais em Manaus/AM, ou à distância, por meio das chamadas via *meet* ou das redes sociais, principalmente *whatsApp*. Minha gratidão a todos (as), em especial ao Marcone e à Renata, com os quais tive maior proximidade ao longo desse percurso que, apesar de não ter sido fácil (porque nunca é), fui muito prazeroso, inclusive por ter contado com o apoio e com a parceria de vocês.

Ao professor Dr. Victor José Machado de Oliveira que participou da banca de qualificação. Obrigado pelas contribuições e pelas reflexões nessa etapa do mestrado, contribuindo, dessa forma, para a melhoria do estudo em questão. Nesse sentido, agradeço também a professora Dra. Deuzilene Marques Salazar que, como membra interna suplente da banca de qualificação, também apresentou contribuições para a melhoria do trabalho.

Ao IFRR, em especial a todos (as) que fazem o *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO), principalmente àqueles (as) que colaboraram com a presente pesquisa. Muito obrigado!

## RESUMO

O estudo tem por objetivo geral analisar os principais desafios enfrentados pelos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO e as possíveis alternativas e estratégias pedagógicas que podem ser implementadas para possibilitar a conclusão do curso. Como objetivos específicos têm-se: a) conhecer os desafios enfrentados e a percepção dos (as) estudantes em relação a possíveis soluções para finalização do curso; b) analisar como os (as) estudantes evadidos (as) percebem tais desafios na perspectiva de superá-los, com foco em sua finalização; c) mapear, à luz da percepção dos (as) estudantes evadidos (as) e dos demais envolvidos com o fenômeno, de que forma (s) poderia ser possibilitada a finalização do curso; e d) apresentar como produto educacional um manual com alternativas para o “resgate” dos (as) estudantes evadidos (as). O estudo alinhado à linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica” e nucleado dentro do macroprojeto “Organização de Espaços Pedagógicos da EPT” do ProfEPT apresenta abordagem qualitativa, de natureza aplicada, exploratória e descritiva, tendo como procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso. Foi realizado no IFRR/CBVZO, especificamente junto aos (as) estudantes (as) evadidos (as) das turmas do Curso Técnico em Serviços Públicos subsequente ao ensino médio, sendo considerados, também, os (as) professores (as) e técnicos (as) administrativos (as) que atuaram junto ao curso, bem como gestores. Na coleta de dados, foram consideradas as técnicas: a) a aplicação de formulários junto aos (as) estudantes; b) a realização de entrevistas junto aos (as) docentes que atuaram no curso, como também com a equipe técnica que deu suporte para a sua realização e, ainda, com os gestores; e, c) a análise dos documentos norteadores para a criação dos cursos técnicos oferecidos pelo IFRR/CBVZO, com foco nos aspectos relacionados à pesquisa em questão. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), seguindo os procedimentos necessários para a realização de pesquisas com seres humanos. As informações coletadas foram analisadas qualitativamente, utilizando a análise de conteúdo (Bardin, 2016). Como desdobramento da pesquisa, no que se refere à elaboração do produto educacional, tem-se a produção de um Manual de Alternativas para Atendimento de Estudantes Evadidos do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos do IFRR / *Campus* Boa Vista Zona Oeste, considerando, portanto, as diferentes percepções e sugestões dos atores envolvidos no estudo. Verificamos que, em relação a não finalização do curso, a maior dificuldade apresentada pelos (as) estudantes evadidos (as) foi as demandas relacionadas ao estágio curricular. Ao realizarmos o desdobramento desse resultado, identificamos que o maior problema dos (as) estudantes evadidos (as) está atrelado à redação do relatório, sendo que alguns (mas), inclusive, sinalizaram se sentirem bloqueados quando se deparavam com a necessidade de colocar no papel os relatos acerca da realização do estágio.

**PALAVRAS-CHAVES:** Assistência Estudantil; Evasão Escolar; Êxito; Permanência; Subsequente.

## ABSTRACT

The study aims to analyze the main challenges faced by students of the Technical Course in Public Services Subsequent to High School at IFRR/CBVZO and the possible alternatives and pedagogical strategies that can be implemented to enable the completion of the course. The specific objectives are: a) to understand the challenges faced and the students' perception regarding possible solutions for completing the course; b) to analyze how students who dropped out perceive such challenges from the perspective of overcoming them, with a focus on its completion; c) to map, in light of the perception of students who dropped out and others involved in the phenomenon, in what way(s) the completion of the course could be made possible; and d) to present as an educational product a manual with alternatives for the "rescue" of students who dropped out. The study, aligned with the research line "Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education" and centered within the macroproject "Organization of Pedagogical Spaces of EPT" by ProfEPT, presents a qualitative approach, of an applied, exploratory and descriptive nature, using bibliographical and documentary research and case study as procedures. It was carried out at IFRR/CBVZO, specifically with students who dropped out of classes of the Technical Course in Public Services subsequent to high school, also considering the teachers and administrative technicians who worked with the course, as well as managers. In data collection, the following techniques were considered: a) application of forms to the students; b) conducting interviews with the teachers who worked in the course, as well as with the technical team that supported its implementation and, also, with the managers; and, c) the analysis of the guiding documents for the creation of the technical courses offered by IFRR/CBVZO, focusing on aspects related to the research in question. The research was submitted to the Research Ethics Committee (CEP), following the procedures required for conducting research with human beings. The information collected was analyzed qualitatively, using content analysis (Bardin, 2016). As an outcome of the research, with regard to the elaboration of the educational product, a Manual of Alternatives for Assistance to Students Who Drop Out Of the Technical Course Following High School in Public Services of IFRR/Boa Vista West Zone Campus was produced, therefore considering the different perceptions and suggestions of the actors involved in the study. We found that, in relation to not completing the course, the greatest difficulty presented by the students who dropped out was the demands related to the curricular internship. When we analyzed this result, we identified that the biggest problem for students who dropped out was related to writing the report, and some even indicated that they felt blocked when faced with the need to write down their reports about their internship.

**KEYWORDS:** Student Assistance; School Dropout; Success; Permanence; Subsequent.

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBVZO	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CMC	<i>Campus</i> Manaus Centro
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comitê Nacional de Ética em Pesquisa
CORA	Coordenação de Registros Acadêmicos
CPPE	Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal
DCNGEPTs	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFs	Institutos Federais
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPE	Plano de Permanência e Êxito
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Entrada do IFRR/CBVZO .....	46
<b>Figura 2</b> Vista de cima do IFRR/CBVZO .....	46
<b>Figura 3</b> Cursos ofertados pelo IFRR/CBVZO na Modalidade Subsequente .....	47
<b>Figura 4</b> Tela Inicial do Q-Acadêmico .....	51
<b>Figura 5</b> Representação Gráfica dos Participantes da Pesquisa.....	53
<b>Figura 6</b> Técnicas utilizadas na Coleta de Dados.....	57
<b>Figura 7</b> Esquematização da Análise de Conteúdo .....	65
<b>Figura 8</b> Outras formas de Avaliação.....	72
<b>Figura 9</b> Representação Gráfica das Contribuições para o Manual .....	93
<b>Figura 10</b> Representação Gráfica das Etapas a serem seguidas na Elaboração do Produto / Processo Educacional .....	95
<b>Figura 11</b> Percepções dos (as) estudantes evadidos (as) acerca do Manual.....	101
<b>Figura 12</b> Percepções dos (as) dos (as) servidores (as) acerca do Manual.....	102

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Documentos Analisados .....	49
<b>Quadro 2</b> Participantes da Pesquisa - Estudantes .....	53
<b>Quadro 3</b> Participantes da Pesquisa (Docentes, Técnicos-Administrativos e Gestores).....	55
<b>Quadro 4</b> Outros Documentos Analisados no Estudo .....	69
<b>Quadro 5</b> Unidades de Registro .....	79
<b>Quadro 6</b> Definição das Categorias.....	86
<b>Quadro 7</b> Aceitabilidade do Produto Educacional.....	99
<b>Quadro 8</b> Avaliação do Produto Educacional .....	100

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Universo da Pesquisa .....	52
<b>Tabela 2</b> Resultados obtidos junto aos (as) estudantes evadidos (as) .....	70

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> Motivos da não Finalização do Estágio Curricular .....	74
<b>Gráfico 2</b> Dificuldades relacionadas ao Estágio Curricular.....	75

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>21</b>
2.1 Educação Profissional e Tecnológica: algumas ponderações .....	21
2.2 Permanência e Êxito na Educação Profissional e Tecnológica: entre o dito e o praticado.....	27
2.3 Formação Humana Integral e Concepções Freireanas na Educação Profissional e Tecnológica: o homem em sua plenitude, promovendo a transformação de si mesmo e contribuindo para a mudança de mundo .....	34
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>42</b>
3.1 Tipo de Pesquisa .....	42
3.2 Local da Pesquisa .....	45
3.3 Os Participantes da Pesquisa.....	47
3.4 Instrumentos de Coleta de Dados .....	56
3.5 Aspectos Éticos da Pesquisa .....	60
3.6 Tratamento e Análise dos Dados.....	64
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>67</b>
4.1 Impressões Iniciais: Definição de Novos Caminhos após a Primeira Imersão no Campo da Pesquisa .....	67
4.2 Finalização do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio: Com a palavra os (as) estudantes evadidos (as).....	70
4.3 Das Unidades de Registro à Definição de Categorias: O que nos dizem os dados?.....	77
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>90</b>
5.1 Aspectos Conceituais e Concepção do Produto Educacional .....	90
5.2 Descrição do Produto Educacional.....	95
5.3 Formato do Produto Educacional .....	96
5.4 Objetivo do Produto Educacional .....	97
5.5 Conteúdo do Produto Educacional.....	98
5.6 Aplicação do Produto Educacional .....	98
5.7 Avaliação do Produto Educacional .....	100
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>107</b>

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	124
APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	129
APÊNDICE C – ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) DOCENTES .....	132
APÊNDICE D – ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS (AS).....	134
APÊNDICE E – FORMULÁRIO A SER APLICADO COM OS (AS) ESTUDANTES EVADIDOS (AS).....	136
APÊNDICE F – AJUSTES NA PESQUISA.....	138
APÊNDICE G – ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) GESTORES (AS).....	140
APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	142
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) .....	143

## 1 INTRODUÇÃO

A educação pode ser considerada uma importante ferramenta para o desenvolvimento dos indivíduos, tornando-os capazes de exercer a sua cidadania. Trata-se, também, de um direito de todos e dever do Estado. Essa afirmação está prevista na Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988). A partir dela, destaca-se que, ao longo dos anos, muitos estudos têm sido desenvolvidos na área da educação, sobre as mais diferentes vertentes, buscando, dentre outros objetivos, analisar a permanência e o êxito dos (as) estudantes frente aos desafios que são postos na trajetória do processo formativo (Castelucio; Jeunan, 2021; Godoy; Almeida, 2020; Peron; Bezerra; Pereira, 2019).

Na esteira desses estudos, especificamente na Educação Profissional e Tecnológica, também é possível perceber esforços de estudiosos, com foco em compreender, sob diversas perspectivas, os aspectos que perpassam / influenciam a permanência e o êxito dos (as) estudantes na escola (Cunha *et al.*, 2022; Moraes *et al.*, 2019; Santana; Silva; Silva, 2021; Santos, 2022; Silva; Azevedo, 2021; Souza, 2013; Suhr, 2020).

De forma geral, esses estudos denotam a importância de, para além das particularidades dos públicos e dos contextos em que cada oferta de formação é definida, desenvolver pesquisas que visem identificar e compreender as causas que contribuem para os índices de evasão escolar, perpassando, dessa forma, pelos fatores relacionados à permanência e ao êxito dos (as) estudantes, incluindo as políticas públicas.

No que se refere à Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase na modalidade subsequente<sup>1</sup> ao ensino médio, foco do presente estudo, a evasão escolar também é uma realidade e um desafio, sobretudo porque, dentre outras razões, os (as) estudantes em muitos momentos, ao longo do processo formativo, se encontram na necessidade de decidir entre estudar ou trabalhar, uma vez que realizar ambos, concomitantemente, acaba se tornando difícil.

---

<sup>1</sup> Suhr (2020, p. 219) ressalta que “para o trabalhador que já concluiu a educação básica e não teve oportunidade de continuar os estudos em nível superior, uma possibilidade de qualificação profissional se encontra nos cursos técnicos pós-médios, que, em conformidade com o artigo 36-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), são denominados subsequentes”.

Nesse sentido, a modalidade subsequente se configura como um desafio que motiva – incluindo a mim – muitos estudiosos a desenvolver pesquisas junto a esse público, dada as suas particularidades e a lacuna existente pelos poucos estudos que são encontrados com foco nessa modalidade.

Assim, considerando a importância de estudar a temática da evasão escolar e, especialmente, a minha prática docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / *Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO)* junto aos cursos subsequentes, surge à seguinte indagação: o IFRR / CBVZO tem disponibilizado alternativas para contribuir com a permanência e com o êxito dos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, com foco em combater a evasão<sup>2</sup> e, especificamente, possibilitar a conclusão do curso?

Destaca-se que a oferta de cursos técnicos, nas diferentes modalidades previstas na educação profissional e tecnológica, leva em consideração, dentre outros fatores, as demandas da sociedade, sobretudo atreladas aos arranjos produtivos locais<sup>3</sup>. Assim, cada curso ofertado, dentro de cada modalidade, apresenta as suas características e os seus problemas peculiares que precisam, continuamente, ser resolvidos, com foco em garantir a formação proposta.

Nessa perspectiva, para além das particularidades de cada região, de cada curso e de cada modalidade, no que se refere à modalidade subsequente tenho observado que um dos grandes gargalos a ser enfrentado – e aqui ratifico que tal observação leva em conta a minha experiência profissional há 10 anos, especificamente junto a este público, embora imagino que seja uma realidade da Rede Federal – refere-se à evasão escolar, principalmente quando da etapa de finalização do curso, atrelado, por exemplo, à realização do

---

<sup>2</sup> Apontamentos a respeito da evasão, bem como de outras nomenclaturas relacionadas a essa temática (como, por exemplo, a permanência e o êxito), serão apresentados em subtópico específico do referencial teórico.

<sup>3</sup> De acordo com o Projeto Pedagógico (Ifrr, 2021, p. 3), o curso “apresenta-se como uma alternativa para diversificar a oferta de cursos pelo IFRR, bem como atender a uma demanda voltada para a administração pública, tendo em vista o percentual de participação desse setor no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado”.

estágio curricular<sup>4</sup>.

No que se refere à questão da evasão nessa modalidade, no IFRR/CBVZO, apenas para se ter uma dimensão inicial desses percentuais, ou seja, apenas elementos quantitativos, realizamos uma pesquisa rápida junto à Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA), no dia 11 de maio de 2022, isto é durante a elaboração da proposta para qualificação. Ressaltamos, por uma questão ética do estudo proposto, que essa pesquisa preliminar se deu de maneira informal, via aplicativo do *WhatsApp*, por meio da solicitação de informações realizada diretamente à servidora que respondia, à época, pela coordenação em questão.

Para tanto, informei que estava fazendo um levantamento preliminar para a elaboração de um projeto, pois esse processo ocorreu antes da qualificação da proposta, voltado para a realização de um estudo junto ao público do curso técnico subsequente do CBVZO, com foco nos (as) estudantes evadidos (as), ressaltando que tais dados, em um próximo momento, seriam, formalmente, solicitados, inclusive por meio da imersão no campo da pesquisa. Diante de tal solicitação, a servidora prontamente repassou as informações, considerando que ela tem acesso livre e direto a esses dados acadêmicos, uma vez que era, à época, a responsável pelo gerenciamento de tais dados.

Na oportunidade, levando em consideração os cursos técnicos em Serviços Públicos e em Comércio subsequente ao ensino médio e os (as) estudantes matriculados (as) entre 2014 e 2018 (para o curso de Serviços Públicos) e entre 2015 e 2018 (para o curso de Comércio), os percentuais de evasão foram, respectivamente, de 39,4% e de 56,4%<sup>5</sup>, o que denota a

---

<sup>4</sup> Percebo, inclusive, que em alguns casos a realização do estágio curricular propriamente dito até ocorre, porém a finalização do processo, por meio da entrega de um relatório referente ao estágio realizado, acaba não se concretizando.

<sup>5</sup> Destacamos que a nossa proposta vai além da mera quantificação desses percentuais, uma vez que na pesquisa pretendemos compreender o fenômeno considerando as diferentes percepções dos que se relacionam com ele. Nesse sentido de não focar, exclusivamente, nos dados quantitativos, ressaltamos o que destacam Cruz Sobrinho e Bonilha (2021, p. 171), ao tratar sobre a permanência e êxito nos IFs: “Avaliar a permanência e o êxito na educação não é, e não deve ser, como avaliar os resultados de uma empresa privada ou de uma empresa pública sob a ótica mercantilista e neoliberal do lucro”. Cunha, Tunes e Silva (2001) destacam que existem poucos estudos que abordam o fenômeno da evasão de forma qualitativa, uma vez que a tendência é desenvolver estudos com foco na quantificação do fenômeno.

importância de se pesquisar sobre os gargalos relacionados a essa evasão, buscando não só compreendê-lo, mas, também, a partir dessa compreensão, criar / sugerir alternativas que possam contribuir para “erradicação” ou, pelo menos, redução destes percentuais.

Assim, essa percepção me motivou a querer estudar este gargalo, no sentido de, inicialmente, compreendê-lo e, dentro do possível, contribuir para a “erradicação” deste ou, pelo menos, alcançar uma significativa redução do seu percentual, com foco no *Campus* em que atuo, bem como no próprio IFRR e, quem sabe, servir de exemplo para a Rede Federal, promovendo, por exemplo, reflexões sobre o fenômeno. Entendemos que a redução deste percentual pode ser o reflexo de práticas adotadas no processo relacionado ao estágio curricular, sobretudo considerando os diferentes atores que se relacionam com o fenômeno em estudo.

Levando em consideração os aspectos apresentados, têm-se como objetivo geral do presente estudo: Analisar os principais desafios enfrentados pelos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO e as possíveis alternativas e estratégias pedagógicas que podem ser implementadas para possibilitar a conclusão do curso. Este objetivo geral se desdobra em algumas questões reflexivas que se caracterizam como objetivos específicos, norteando, portanto, o foco do processo de investigação da pesquisa na busca de possíveis respostas.

Assim, foram definidos como objetivos específicos do presente estudo: a) Conhecer os desafios enfrentados e a percepção dos (as) estudantes em relação a possíveis soluções para finalização do curso; b) Analisar como os (as) estudantes evadidos (as) percebem tais desafios na perspectiva de superá-los, com foco em sua finalização; c) Mapear, à luz da percepção dos (as) estudantes evadidos (as) e dos demais envolvidos com o fenômeno, de que forma (s) poderia ser possibilitada a finalização do curso; e, d) Apresentar como produto educacional um manual com alternativas para o “resgate” dos (as) estudantes evadidos (as).

Nesse sentido, especificamente relacionado ao quarto objetivo específico, ao longo do desenvolvimento do estudo, portanto, de forma paralela,

desenvolvemos o nosso produto educacional<sup>6</sup>, ou seja, um manual que denominamos de “Manual de Alternativas para Atendimento de Estudantes Evadidos do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos do IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste”, que, conforme o título sugere, apresenta alguns caminhos possíveis a serem percorridos pelos (as) estudantes evadidos (as), inclusive com foco na finalização do referido curso.

Destacamos que esta dissertação está estruturada em 6 capítulos, incluindo essa introdução. Além disso, temos também as referências utilizadas durante o processo de investigação, desde a elaboração da proposta, bem como os apêndices e os anexos. No segundo capítulo abordamos o referencial teórico que consideramos no estudo, no qual abordamos 3 subtópicos, sendo: a) ponderações acerca da Educação Profissional e Tecnológica; b) reflexões sobre a permanência e o êxito na Educação Profissional e Tecnológica; e c) apontamentos sobre a Formação Humana Integral articulados às concepções freireanas na Educação Profissional e Tecnológica.

No terceiro capítulo, abordamos os aspectos metodológicos do estudo, contemplando a tipologia, o local, os participantes da pesquisa, bem como perpassando pelos instrumentos de coleta dos dados e as considerações acerca da análise dos dados coletados. No quarto capítulo, à luz dos objetivos definidos no estudo, abordamos os resultados da pesquisa e as discussões, em diálogo com o aporte teórico.

O quinto capítulo traz apontamentos acerca do nosso produto educacional, resultado do processo de investigação, com foco em contribuir para a promoção de soluções ao problema / objeto de pesquisa, sendo desenvolvido paralelamente a esta dissertação e com a imersão do / no público-alvo, no caso, especificamente, os (as) estudantes evadidos (as), contando também com a colaboração de outros atores participantes do estudo. Por fim, o sexto capítulo trata das considerações finais do estudo.

---

<sup>6</sup> Esse processo será aprofundado adiante, em item específico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico abordamos algumas ponderações relacionadas à temática, principalmente no que se refere ao público a ser considerado no estudo em questão. Em seguida, apresentamos reflexões sobre a permanência e o êxito dos (as) estudantes na Educação Profissional e Tecnológica, perpassando por fenômenos diretamente relacionados a essas temáticas, sobretudo à evasão. Posteriormente, apresentamos alguns apontamentos sobre a Formação Humana Integral (FHI) articulada com as contribuições das concepções freireanas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

### 2.1. Educação Profissional e Tecnológica: algumas ponderações

A Educação, ao longo dos anos, tem passado por diversos estágios e diferentes transformações visando – isso, no caso, é o que se deseja e, sobretudo, o que acreditamos que deveria ser – desenvolver um projeto que seja coerente com a realidade brasileira e, nesse sentido, que contribua para a formação de cidadãos (ãs) que sejam críticos (as), pensantes, que lutem pelos seus direitos e que, dessa forma, busquem promover a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e com mais equidade.

Porém, é possível perceber, com o passar do tempo, que esses estágios e essas transformações, sobretudo atreladas às diversas legislações que são publicadas, ano após ano, e, em grande parte, divergentes, principalmente quando há mudança de governo, mais têm contribuído para promover a fragilização da educação, do que efetivamente fortalecê-la e torná-la um projeto consolidado e, também, um importante indicador de uma sociedade forte e bem desenvolvida.

Tais legislações, portanto, ao invés de promoverem avanços na busca por um projeto de educação consolidado, acabam por se configurar como retrocessos, colocando “por terra” muito do que já foi desenvolvido. Para Nunes (2021, p. 39):

“a educação escolar sempre foi, em nossa tradição política e histórica, uma genuína expressão do *apartheid* social existente no Brasil, predominando sobre o acesso à mesma muito mais a política do

privilégio do que a materialidade ética de um direito”.

Dessa forma, relacionado à educação, percebemos que há muitas leis, muitos decretos, muitas medidas provisórias, mas não há, efetivamente, algo consolidado enquanto proposta, enquanto projeto educacional brasileiro. Com isso, o Brasil acaba por “copiar” modelos de outros países, que apresentam realidades totalmente diferentes da nossa, sem definir, portanto, um modelo, um projeto próprio, com a cara e com as particularidades do nosso país. Consequentemente, o Brasil, sem um projeto educacional definido, fica à mercê de empresários e de todo um sistema que contribui para que este projeto consolidado não seja apresentado.

Assim, o que se tem, na verdade, são tentativas “frustradas” de desenvolver um projeto de educação na sociedade brasileira. O que temos, e aparentemente fica claro nas nossas legislações, por exemplo, é: de um lado, uma briga entre governos que, na ânsia por mostrar quem tem (mais) o poder, acaba por formular dispositivos legais que mais retratam a sua particularidade (e os interesses de outros que também os beneficiam) do que, efetivamente, um projeto educacional sólido, eficiente e justo; de outro lado, temos, inserido nestes dispositivos legais, um mascaramento (ou talvez nem tanto assim) de alternativas que contribuem para a formação de cidadãos (ãs) com foco em atender as necessidades operacionais do mercado, sem, no entanto, desenvolvê-los (as) em sua integralidade, distanciando-os (as) de qualquer pensamento reflexivo acerca das atividades que desenvolvem.

Tal situação fica ainda mais evidente quando pensamos na Educação Profissional e Tecnológica, na qual se observa que tem se buscado, ao longo dos anos, promover um aligeiramento da formação destes (as) cidadãos (ãs), inclusive com discursos de interiorização e de democratização do ensino, porém com foco em atender às demandas do mercado, ou seja, formar pessoas que estejam aptas a desenvolver um trabalho, uma atividade mecânica, meramente operacional e que, dentro dessa perspectiva, não sinta a necessidade de refletir sobre o que está produzindo, desenvolvendo, pois não há espaço para reflexão, bastando tão somente produzir, produzir e produzir, ainda que tal produção, para estes (as), não faça sentido algum.

Nessa perspectiva, Frigotto (2012a, p. 76), ao tratar da relação entre o

ensino médio e o trabalho, ressalta que “sua relação [do ensino médio] com o mundo do trabalho não pode ser confundida, portanto, com o imediatismo do mercado do trabalho nem com o vínculo imediato com o trabalho produtivo” (grifo nosso).

Ainda sobre essa produção excessiva, reflexo de uma concepção da classe dominante no que se refere a uma educação profissional focada em formar trabalhadores meramente operacionais, Saviani (2003) pontua:

Todos já ouviram falar naquela famosa frase atribuída a Adam Smith que reconhecia ser necessária a instrução para os trabalhadores: “instrução para os trabalhadores sim, porém, em doses homeopáticas”. Significa que os trabalhadores têm de dominar aquele mínimo de conhecimentos necessários para serem eficientes no processo produtivo, mas não devem ultrapassar este limite (Saviani, 2003, p. 138).

Para além da questão do mascaramento mencionado anteriormente, podemos mencionar também os diversos ataques que a Educação vem sofrendo nos últimos anos por parte do governo que, ao invés de contribuir para fortalecer a Educação e para desenvolver um projeto educacional para o Brasil, acaba por fragilizar, ainda mais, o que já foi desenvolvido por meio, por exemplo, de sucessivos cortes no orçamento da educação, impactando, de maneira significativa, nas atividades desenvolvidas nas / pelas instituições. Sem falar, claro, nas trocas sucessivas do ministro da Educação, em função de escândalos, de corrupção e, até mesmo, de interesses particulares do governo, mantendo no cargo àquele que atende (atenderia) ao plano em curso.

De qualquer forma, no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica, Pacheco (2010) idealizou um projeto que deu origem aos Institutos Federais. Com relação a esse projeto, Pacheco (2010, p. 13-14) enfatiza:

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

Quando nos referimos à Educação Profissional e Tecnológica cabe mencionar que a sua história se inicia desde 1909, com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, do presidente Nilo Peçanha, que criou as Escolas de Aprendizagem e Artífices. De lá até os dias atuais, vários foram os dispositivos legais relacionados à Educação e, mais especificamente, à Educação Profissional e Tecnológica, porém, infelizmente, em sua maioria, tais dispositivos são / estão direcionados a uma formação para o mercado e não considerando a integralidade do indivíduo.

Essa integralidade era pensada, por exemplo, na Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012 (Brasil, 2012a), em seu Capítulo II (Princípios Norteadores), artigo 6º, inciso I, “relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à **formação integral do estudante**” (grifo nosso).

É importante destacar que não negamos a nossa inserção no mercado, pois reconhecemos que estamos imersos nele, ou seja, não podemos negar a vivência no capitalismo, porém o que buscamos evitar é uma formação focada no “para o mercado”, o que acaba por fortalecer, portanto, a lógica capitalista, formando cidadãos (ãs) que não pensam, que não refletem sobre o seu trabalho como um processo educativo, ou seja, cidadãos (ãs) que acabam realizando um trabalho mecânico que não faz / traz sentido algum para quem o desenvolve.

Nessa perspectiva, Ramos (2008, p. 2) ressalta algumas ponderações importantes:

[...] Então, a marca da dualidade educacional do Brasil é, na verdade, a marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista. A luta contra isso é uma luta contra hegemônica. É uma luta que não dá tréguas e que, portanto, só pode ser travada com muita força coletiva. A concepção da escola unitária expressa o princípio da educação como direito de todos [...].

Na esteira dessas reflexões, a Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021 (Brasil, 2021a), que revoga a Resolução CNE/CEB nº 06/2012 (Brasil, 2012a), em seu Capítulo II (Dos Princípios Norteadores), artigo 3º, inciso I, ratifica esse foco operacional de atendimento às demandas do mercado: “articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários

formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes”. Na linha desse foco em atender as demandas do mercado, Frigotto (2018, p. 48) pontua que “a profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional se deram dentro de uma perspectiva de adestrar e ensinar o que serve ao mercado”.

Ademais, Araújo (2021) ressalta que “[...] se tomarmos a educação profissional, voltada unicamente aos interesses econômicos, como forma apenas de capacitar para o mercado, poderá instrumentalizar o discente, reduzindo-o à função de operador de máquinas [...]”.

Frigotto (2007) ainda enfatiza que não é desejo da classe dominante contribuir para a universalização de uma escola unitária, gratuita, laica e politécnica. Contrariamente a essas características, ela tenta promover, de diversas formas, uma escola fragmentada, que apresente “[...] uma educação profissional e tecnológica restrita (que adestra as mãos e aguça os olhos) para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado” (p. 1131).

Esse processo de fragmentação e de aligeiramento da formação é reforçada por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 (Brasil, 2021a), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNGEPTs). Fazendo referência não só as DCNGEPTs, mas a reforma do ensino médio de forma geral, Piolli e Sala (2021) enfatizam que “[...] essa reforma aligeira e precariza tanto a formação geral básica quanto a formação profissional” (p. 3).

Ainda sobre as DCNGEPTs, Stefanuto (2022) destaca que elas favorecem a fragmentação, uma vez que o discente poderá se formar em cursos com menos qualificação, tanto no ensino técnico quanto no tecnológico, realizando, dessa maneira, formações intermediárias, por meio das quais receberão certificados e não diplomas.

Conforme consta na Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, no artigo 36, a educação profissional técnica de nível médio pode ser ofertada de forma articulada com o ensino médio ou de forma subsequente ao ensino médio. No primeiro caso, ela será desenvolvida de forma integrada ou de forma concomitante. Cada modalidade apresenta as suas características e as suas

particularidades.

No caso da modalidade subsequente, por exemplo, os (as) estudantes já finalizaram o ensino médio e buscam, com a realização do curso, uma formação técnica profissional que os possibilite maiores e melhores condições para ingressarem no mercado de trabalho, sobretudo considerando que os cursos que são ofertados buscam atender às demandas locais e regionais, uma vez que tal oferta leva em conta (ou, pelo menos, deveria levar) os arranjos produtivos locais.

Sobre o público que compõe essa modalidade subsequente, Suhr (2020, p. 220) ressalta:

[...] é formado por pessoas que já atingiram a maioria e possuem responsabilidades diferentes dos adolescentes que seguem o ciclo normal da formação básica. Comumente são pessoas que se ocupam no trabalho informal ou atuam em funções simples em empresas do entorno da instituição e são responsáveis pelo sustento (mesmo que não sozinhos) da família. Geralmente retornam à escola em busca de profissionalização com base na expectativa de ampliarem as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e/ou de ascenderem profissionalmente nas empresas em que atuam. Soma-se a isso que geralmente foram excluídos da possibilidade de continuidade dos estudos em nível superior.

Assim, nas turmas subsequentes é possível encontrar estudantes que acabaram de finalizar o ensino médio, mas também é comum encontrar alunos (as) que já são pais de família e que, nesse sentido, tendem a conciliar o trabalho com o estudo, priorizando, quase sempre, àquele em detrimento deste, pois precisam garantir não só a sua sobrevivência, mas também a de sua família. Tal situação de priorização pode ser ainda mais evidente quando tais estudantes não encontram na instituição onde estudam, por exemplo, apoio, incentivo e, até mesmo, alternativas que possam contribuir para a permanência e o êxito destes (as) quando do seu processo formativo.

Destaca-se que são poucos os estudos realizados considerando o público da modalidade subsequente, o que é evidenciado independente da temática a ser considerada. Campolin e Raimundo (2022, p. 114), por exemplo, buscando analisar a avaliação da aprendizagem na EPT, considerando as práticas avaliativas em um curso técnico subsequente, pontuam que:

Apesar de existir uma produção bibliográfica relativamente extensa

sobre essa temática [avaliação da aprendizagem], ainda há uma carência de estudos que a relacionem a um espaço privilegiado no processo de ensinar e aprender na educação profissional, especificamente nos cursos técnicos subsequentes (grifo nosso).

Nesse sentido, dada a importância de se compreender e também de se refletir acerca dos fatores que perpassam pela permanência na escola e pelo êxito do (a) estudante no seu processo formativo, com ênfase no público da modalidade subsequente, a seguir abordamos acerca desses fenômenos, com foco no contexto da educação profissional e tecnológica.

## **2.2. Permanência e Êxito na Educação Profissional e Tecnológica: entre o dito e o praticado**

A educação apresenta vários desafios que precisam ser, continuamente, enfrentados, com foco em garantir, por exemplo, a sua qualidade e, no que se refere aos (às) estudantes, possibilite o êxito escolar. Considerando esses enfrentamentos, em função dos desafios, faz-se necessário o envolvimento de diferentes atores que compõem o processo formativo, sejam eles diretamente inseridos no ambiente escolar ou não.

Dentre esses desafios, a permanência e o êxito dos (as) estudantes, assim como a evasão e a retenção, se apresentam como algo premente, uma vez que, muitas vezes, o (a) estudante consegue ter acesso à educação – no caso, pensando, especificamente, na garantia, na ocupação de determinada vaga –, porém não possui condições que lhes garantam a permanência no ambiente escolar, o que acaba por comprometer o seu desempenho e, como resultado desse processo, tirando-os (as) da escola.

A permanência é um termo que, conforme o próprio nome sugere, se refere ao ato de permanecer. Assim, no âmbito escolar, refere-se, em linhas gerais, a permanecer na escola, com vistas à obtenção do êxito escolar, seguindo, portanto, o fluxo do processo de formação. Para Santos (2009, p. 68), a permanência é definida como:

[...] é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação.

Permanecer é estar e ser *continuum* no fluxo do tempo, (trans) formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras.

Percebemos, portanto, que o ato de permanecer na escola, dando continuidade aos estudos, ao seu processo de formação, não só está atrelado ao aspecto do tempo, mas também engloba perspectivas de existência e de transformação, uma vez que, ao permanecer na escola, os (as) estudantes terão condições de se transformar por meio das relações que são constituídas no ambiente escolar, frente às dinâmicas promovidas pelas trocas, pelas interações.

Contrariamente à permanência, há o processo de evasão, que é um fenômeno que, devida a sua complexidade, apresenta diferentes definições. Oliveira (2016, p. 75) ressalta que “a diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão torna o exame do problema bastante complexo, e mais complexo ainda quando se introduzem nesse quadro de investigação as causas da evasão”.

Nas pesquisas sobre evasão escolar, autores como Bardagi e Hutz (2005) e Silva (2013) mencionam o estudo pioneiro de Tinto (1975). Para Bardagi e Hutz (2005, p. 281), por exemplo, o autor é o principal teórico do fenômeno, entendendo “[...] a decisão de evadir ou permanecer no curso como resultado de um processo longitudinal de interação entre fatores externos ao aluno, fatores pessoais [...] e o nível de integração acadêmica e social na universidade”. Destacamos que, embora tais estudos desenvolvidos acerca da permanência e da evasão estejam focados em universidades, esses fenômenos podem e devem ser atribuídos a outros níveis e outras modalidades de ensino no país.

Com relação à definição de evasão, de acordo com a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, tem-se que é “[...] a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (Brasil, 1996b, s/p). Johann (2012, p. 65) define evasão como “[...] um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino”.

De acordo com o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica,

elaborado pelo Ministério da Educação, a evasão e, portanto, o termo “evadido” é utilizado para o estudante que abandonou o curso, ou seja, àquele que não realizou a renovação de sua matrícula ou não formalizou o seu desligamento ou a sua desistência do curso (Brasil, 2014). É importante destacar que, nesta dissertação, utilizaremos esse contexto<sup>7</sup> no que se refere à definição de evasão / termo “evadido”.

Para Oliveira (2016), é difícil identificar as causas de evasão, uma vez que este fenômeno refere-se a um conjunto composto por diversos fatores, englobando desde elementos específicos dos (as) estudantes, como também a sua família, a aspectos relacionados à escola e à comunidade da qual eles (as) fazem parte.

As temáticas da permanência e do êxito, bem como da evasão e da retenção, apresentam uma relevância tão significativa que vários são os estudos desenvolvidos a respeito (Cunha; Tunes; Silva, 2001; Bardagi; Hutz, 2005; Santos, 2009; Silva, 2013; Godoy; Almeida, 2020; Castelucio; Jeunan, 2021; Freitas; Reis; Torres, 2021). No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), especificamente, também existem vários estudos já desenvolvidos acerca dessas temáticas (Dore; Lüscher, 2011; Souza, 2013; Figueiredo; Salles, 2017; Sais; Vieira, 2016; Moraes *et al.*, 2019; Alvarez, 2020; Suhr, 2020; Souza; Freitas, 2021; Cunha *et al.*, 2022).

Em 2011, por exemplo, Dore e Lüscher desenvolvendo um estudo com o objetivo de “identificar fatores que contribuem para a permanência ou evasão dos estudantes na educação profissional técnica de nível médio no Estado de Minas Gerais” (p. 772), ressaltam que a escassez de informações relacionadas ao fenômeno evasão escolar no ensino técnico, no Brasil, se configura como um dos grandes problemas e desafios na realização de pesquisas sobre a temática. Ou seja, o tema coaduna com as principais temáticas envolvidas no

---

<sup>7</sup> Em todo caso, pontuamos que, apesar da utilização desse contexto, nos debruçaremos especificamente sobre os (as) estudantes que ficaram pendentes em questões relacionadas ao estágio curricular – conforme veremos mais adiante no item referente aos aspectos metodológicos.

movimento complexo e orgânico contido no processo de ensinagem<sup>8</sup>.

Nessa perspectiva, corroborando com as autoras, Bardagi e Hutz (2005), em estudo desenvolvido sobre a evasão universitária e os serviços de apoio ao estudante, já mencionavam que “[...] as características da evasão no contexto brasileiro ainda são pouco estudadas e há carência de informações mais consistentes sobre as razões e consequências da evasão na vida do aluno” (p. 279). Nesse sentido, ratificamos a escassez de estudos sobre esse fenômeno voltados para a EPT, sobretudo com foco no público subsequente.

Ademais, Sais e Vieira (2016) desenvolveram um estudo sobre a evasão escolar nos Cursos Subsequentes de Eletrotécnica e Edificações do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) / *Campus* Criciúma, cujo objetivo era aprofundar a compreensão acerca da evasão, com foco em “identificar as principais causas deste fenômeno e suprir a carência de conhecimentos específicos sobre evasão escolar no ensino técnico” (p. 1). Para Figueiredo e Salles (2017, p. 368), “no que tange à especificidade da evasão na Educação Profissional, a literatura ainda é reduzida”.

Nessa mesma linha, Suhr (2020) traz alguns apontamentos sobre a importância de não se naturalizar a evasão escolar, com foco nos cursos subsequentes. No seu estudo sobre evasão em cursos técnicos subsequentes, pontua a necessidade de desenvolver estudos para compreender os diversos fatores que podem estar relacionados ao fenômeno da evasão. Porém, para além de mencionar essa necessidade, Suhr (2020, p. 218) “indica preocupação com a naturalização da evasão nos cursos subsequentes, principalmente quando não há ações efetivas no sentido de compreender esse fenômeno para nele atuar”.

Destacamos, porém, que houve uma ampliação das discussões e das reflexões sobre a evasão, a retenção, a permanência e o êxito dos (as) estudantes dos Institutos Federais a partir do ano de 2013, no qual a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação

---

<sup>8</sup> Anastasiou (2015, p. 20) ressalta que o processo de ensinagem “trata-se de uma ação de ensino da qual resulta a aprendizagem do estudante, superando o simples dizer do conteúdo por parte do professor, pois é sabido que na aula tradicional, que se encerra numa simples exposição de tópicos, somente há garantia da citada exposição, e nada se pode afirmar acerca da apreensão do conteúdo pelo aluno. Nessa superação da exposição tradicional como única forma de explicitar os conteúdos é que se inserem as estratégias de ensinagem”.

(MEC), por meio do Ofício Circular nº 153/2013, ratifica o pedido junto às instituições que compõem a RFEPCT para obtenção de dados e de informações, com foco em atender ao Acórdão nº 506/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para Cruz Sobrinho e Bonilha (2021), essa solicitação da SETEC/MEC emerge em função do Relatório do TCU e, de forma mais específica, do artigo publicado por Menezes Neto *et al.* (2012), que traz como título a seguinte indagação: “É excessiva a evasão dos cursos superiores ofertados pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica?”. Porém, em função dessa solicitação, sobretudo levando-se em conta os (não) desdobramentos dela, é possível considerarmos que tal demanda tenha um foco apenas relacionado ao cumprimento de repasse de dados para a elaboração de um plano mecânico do processo, sem efetivo impacto nas atividades das instituições, ou seja, apenas um levantamento numérico.

Assim, com base nessas publicações, inclusive por meio de grupos de trabalhos constituídos nacionalmente, e da demanda apresentada pela SETEC/MEC para as instituições que compõem a RFEPCT, passou-se a dialogar, de forma mais expressiva, pelo menos a nível nacional, acerca dessa temática. Tais discussões deram origem aos Planos de Permanência e Êxito (PPEs)<sup>9</sup>, que deveriam ser elaborados por cada instituição e, posteriormente, repassados para a SETEC/MEC.

Percebemos, portanto, que, ainda que as discussões e as reflexões sobre as temáticas já venham ocorrendo em nível de instituição, antes mesmo desses processos burocráticos, essa preocupação em dialogar e em refletir sobre tais desafios, de forma nacional, se deu apenas quando da formalização da demanda. Isso, inclusive, nos leva a fazer vários questionamentos como, por exemplo, os PPEs elaborados tinham por foco, efetivamente, enfrentar os desafios mencionados e, nesse sentido, buscar resolver os problemas em decorrência deles? Ou, simplesmente, o objetivo era atender a uma demanda burocrática, porém, após esse atendimento, esquecer, em termos práticos, da

---

<sup>9</sup> A definição de como seria chamado esse plano ocorreu por meio das discussões realizadas nacionalmente, inclusive por meio dos grupos de trabalho que foram constituídos. Porém, cabe mencionar que o nome proposto, inicialmente, pelo próprio TCU foi “Plano de Combate à Evasão” (Cruz Sobrinho; Bonilha, 2021).

necessidade de operacionalização das possíveis estratégias mencionadas no plano elaborado?

As respostas para esses questionamentos podem ser diversas, em função da pluralidade de contextos existentes na RFEPCT. Mas, apenas para citar um exemplo, Guimarães e Leite (2016) desenvolveram um estudo que teve por objetivo “analisar as políticas curriculares para superação da evasão e sua relação com os direitos da cidadania” (p. 39) e, fazendo referência ao Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE – 2016, as autoras ressaltam que o plano em questão “tem contribuído para a superação da evasão, por meio do atendimento aos estudantes com foco em ações que promovam a permanência e conclusão com êxito de cada um deles” (p. 53).

Para além da elaboração desses Planos Institucionais Estratégicos para Permanência e Êxito, que deveriam ser elaborados pelas instituições que compõem a RFEPCT, no sentido de enfrentar tais problemas, e atrelado a esses planos, destacamos também a publicação, pela SETEC/MEC, da Portaria nº 8, de 28 de maio de 2019, por meio da qual foi instituída e regulamentada a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal (CPPE) (Brasil, 2019a), cuja finalidade era promover o acompanhamento e o monitoramento das ações das Instituições Federais que compõem a RFEPCT com foco no cumprimento desses PPEs.

No que se refere à evasão e à retenção dos (as) estudantes, muitas são as causas ou motivações que são apresentadas na busca de se explicar tais fenômenos. De forma geral, na tentativa de categorizar as causas, podemos considerar que essas perpassam por: a) fatores individuais (adaptação à vida acadêmica; capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; etc.); b) fatores internos às instituições (atualização, estrutura e flexibilidade curricular; relação escola-família; etc.); e c) fatores externos às instituições (avanços tecnológicos, econômicos e sociais; valorização da profissão; etc.) (Brasil, 2014, p. 19-20).

Em função dos diversos fatores que podem influenciar o êxito escolar, a permanência dos (as) estudantes, a retenção e a evasão destes, dentre outras nomenclaturas que possam ser utilizadas para se referir a essas temáticas, se

faz necessário promover discussões contínuas, especialmente considerando os diferentes contextos e cenários educacionais (Cruz Sobrinho; Bonilha, 2021).

Para contribuir, direta ou indiretamente, com a redução ou a eliminação dos índices de evasão e de retenção, com vistas a garantir a permanência dos (as) estudantes na escola e, conseqüentemente, promover o êxito escolar, algumas políticas públicas foram desenvolvidas. Dentre essas políticas públicas, desde 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) merece destaque por atuar na promoção dessa contribuição, englobando ações em diferentes vertentes como, por exemplo, alimentação, transporte, moradia estudantil, atenção à saúde, creche, apoio pedagógico e aprendizagem de estudantes com deficiência (Brasil, 2010).

Com relação à assistência estudantil, Santos (2022) desenvolveu um estudo que tinha por objetivo analisar o impacto dessa política de assistência na permanência dos (as) estudantes do PROEJA no Instituto Federal do Amapá – *Campus Santana*. De acordo com a autora, “pressupõe-se que a assistência estudantil contribui para a permanência e redução da evasão no ensino” (p. 3).

Ademais, entre os resultados obtidos no estudo desenvolvido por Santos (2022), constatou-se que a assistência estudantil não foi apontada, na percepção dos (as) estudantes, como um aspecto principal no sentido de promover a permanência destes (as). No estudo em questão, os (as) estudantes consideraram como fatores importantes para a promoção da permanência no curso a esperança da empregabilidade e o desejo por um futuro melhor. Cabe destacar que o fator “esperança da empregabilidade” desta pesquisa se configura como um aspecto importante para o estudo proposto, especialmente porque os (as) participantes dessa proposta e da pesquisa desenvolvida apresentam proximidade no que se refere à faixa etária.

Para Cunha *et al.* (2022), que desenvolveram um estudo sobre as políticas de assistência estudantil, no contexto da pandemia da Covid-19, para permanência discente, “[...] a assistência estudantil, mesmo com seus entraves, tem atendido aos seus objetivos, contribuindo com a inclusão, permanência e êxito” (p. 1). Porém, com relação a essas políticas, Sais e Vieira (2016, p. 21-22) pontuam que “estudos precisam ser desenvolvidos sobre a capacidade de abrangência das políticas de assistência estudantil, a eficácia de seu método

seletivo e a capacidade de seus recursos financeiros”, principalmente considerando que o fenômeno da pandemia ainda é recente e atual, sobretudo quando pensamos nos impactos ocasionados e os seus desdobramentos.

Sobre as políticas públicas voltadas para a assistência estudantil, Sais e Vieira (2016) destacam que, para além dessas políticas, a escola pode criar estratégias internas que tenham por objetivo reduzir os índices de evasão e, paralelamente, promover a permanência dos (as) estudantes na escola, especialmente desenvolvendo nestes (as) um sentimento de pertencimento, uma vez que passarão a perceber, de forma efetiva, o sentido que a escola tem nas / para suas vidas.

Assim, desenvolver estudos acerca das temáticas da permanência e do êxito é uma necessidade premente, sobretudo considerando as especificidades, sejam elas relacionadas, por exemplo, às diferentes modalidades de ensino ou aos diversos contextos nos quais o ensino é ofertado. Ademais, é de fundamental importância que no processo de formação, não só na educação profissional, o homem seja considerado em sua integralidade, possibilitando-o uma formação que o contemple em sua plenitude. Essa abordagem da Formação Humana Integral (FHI), principalmente articulada com as contribuições das concepções freireanas na Educação Profissional e Tecnológica, será apresentada no próximo subtópico.

### **2.3. Formação Humana Integral e Concepções Freireanas na Educação Profissional e Tecnológica: o homem em sua plenitude, promovendo a transformação de si mesmo e contribuindo para a mudança de mundo**

Pensar a formação humana integral não é uma tarefa fácil, mas é uma necessidade premente, uma vez que o homem, no que se refere ao seu processo de formação, não deve se limitar a aspectos essencialmente deterministas, mas, contrariamente a isso, envolver toda uma complexidade que deve ser considerada em todas as áreas de sua vida, inclusive em sua formação.

Afinal, quando se pensa, por exemplo, na formação técnica e profissional de nível médio deve-se considerar que o homem não busca, apenas, a obtenção do diploma para, de posse dele, se inserir no mercado de

trabalho. Ainda que essa possibilidade exista, e seja predominante em uma sociedade em que o capital está entranhado, deve-se levar em conta que, para além desse pensamento, devemos ter em mente que o homem busca a sua formação integral.

Com relação à formação exclusivamente focada na operacionalização direcionada ao mercado de trabalho, Ramos (2008, p. 14) enfatiza que “[...] a pessoa poderá até executar corretamente procedimentos técnicos, mas não poderá ser considerado um profissional bem formado”. Assim, reitera-se a necessidade de uma formação integral.

Sobre essa formação integral, Memória (2020, p. 31) enfatiza:

Integrar tem como princípio promover uma educação que garanta uma formação que contemple o desenvolvimento dos alunos em seus aspectos éticos, políticos, cognitivos, afetivos, emocionais, sociais, culturais, físicos, motores, entre outros, por meio dos elementos que conduzem à interligação de diferentes dimensões: do trabalho, da ciência, tecnologia e da cultura.

Dessa forma, enquanto profissionais da educação, devemos desenvolver um novo olhar sobre os (as) estudantes, visualizando-os (as) como um todo, ou seja, levando em conta as suas diversas dimensões, suas múltiplas habilidades e competências, mas também as suas dificuldades e as suas reais necessidades de aprendizagem e de desenvolvimento (Leitão, 2020).

Assim, para além das particularidades que possam existir ao longo do processo, essa formação integral engloba não apenas os conteúdos teóricos e práticos, relacionados aos componentes curriculares, que são / serão apresentados e que precisam ser cumpridos para integralização do seu curso técnico. Devem-se considerar também outros conteúdos, experiências e práticas – sociais, políticas, culturais, etc. –, sejam eles transversais ou não, que perpassam por esse processo, formando, dessa forma, cidadãos (ãs) que, ao ingressarem no mercado de trabalho, terão condições de refletir sobre as atividades que desenvolvem e não simplesmente as desenvolverão de forma alienante (Kuenzer, 2001; Noma; Czernisz, 2010; Barros; Vicentini, 2017).

Acerca dessa relação alienante, Kuenzer (2001, p. 3) destaca:

[...] no modo capitalista de produzir, a práxis produtiva cria um mundo de objetos humanizados nos quais o homem não se reconhece, e que

se voltam contra ele e o dominam. Esta práxis determina não só uma relação alienante entre o operário e seu produto, mas também entre o trabalhador e os outros homens.

Com base nessa concepção de formação humana integral, especificamente na educação profissional, Souza e Freitas (2021, p. 3) ressaltam que “[...] o ensino ofertado nos Institutos Federais visa não somente uma preparação para o mercado de trabalho, mas também que este deva ser articulado com as relações sociais, políticas e econômicas”. Nessa perspectiva de formação humana integral, vários estudos e reflexões da / na Educação Profissional e Tecnológica já foram desenvolvidos (Manacorda, 2007; Frigotto, 2012b; Moura; Lima Filho; Silva, 2015; Saviani, 2022).

É importante mencionar que as políticas públicas de assistência estudantil – abordadas no subtópico anterior – também contribuem para o processo de formação humana integral, uma vez que por meio de tais políticas os (as) estudantes permanecerão na escola e terão condições de adquirir essa formação, sobretudo agindo de maneira ativa nesse processo, sendo, portanto, responsáveis por escrever as suas trajetórias.

Nesse sentido, Moraes *et al.* (2019) ressaltam que com o objetivo de contribuir com a educação e a formação humana integral dos (as) estudantes, as políticas públicas voltadas para a assistência estudantil englobam ações direcionadas para o enfrentamento dos desafios relacionados, não só à superação das desigualdades de acesso, mas também às questões da permanência e do êxito.

Para além de questões relacionadas às políticas públicas de assistência estudantil, Leitão (2020), buscando responder de que maneira a avaliação da aprendizagem no ensino médio integrado poderia contribuir com o desenvolvimento da formação humana integral dos estudantes, constatou “[...] que as condições básicas para uma avaliação da aprendizagem [...] deve priorizar os discentes em sua totalidade a partir de suas múltiplas capacidades de aprendizagem e exteriorização daquilo que aprendem” (Leitão, 2020, p. 8).

Sobre a formação integral, Gadotti (2009, p. 97) ressalta que “[...] à base da educação deve ser integral, omnilateral e não parcial ou fragmentada”, ou seja, o autor destaca que uma educação integral deve promover o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas como, por exemplo, as

relacionadas ao corpo, à mente, à sociabilidade, à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer (Gadotti, 2009). Ademais, por meio da educação integral, Araújo e Frigotto (2015) pontuam que os seres humanos podem ser capazes de promover uma transformação em suas realidades.

O conceito de formação integral, principalmente levando-se em conta a EPT, englobando o homem em sua integralidade, dialoga com as concepções teóricas de Paulo Freire, em diversos aspectos. Urbanetz e Bastos (2021, p. 5), refletindo acerca desse diálogo, ressaltam que:

[...] o legado Freireano converge com os ideários da EPT contemporânea, com o intuito de proporcionar aos estudantes condições reais de desenvolvimento pleno, na qualidade de seres humanos dotados de possibilidades para conquistarem seus espaços no mundo com liberdade e autonomia.

Percebemos, portanto, que os ideais freireanos dialogam com a EPT como, por exemplo, por meio da formação integral dos sujeitos, especialmente quando se considera o homem, enquanto educando, sujeito ativo de sua trajetória, de sua narrativa e, dessa forma, de sua formação.

Paulo Freire, nascido em 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife, Pernambuco, em 2021 completaria 100 anos. Dada essa importante data, muitos eventos<sup>10</sup>, no Brasil e no mundo, foram realizados em homenagem a este filósofo e educador que muito contribuiu para a educação brasileira, tornando-se, inclusive, seu patrono, por meio da Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012 (Brasil, 2012b).

Suas obras e o seu legado são sempre lembrados, não só por ter deixado, ao longo dos anos, muitos discípulos dos seus ideais, mas também porque tais ideais, estabelecidos durante a sua dedicação contínua voltada para a alfabetização e para a educação da população mais pobre, se configuram como elementos basilares para se pensar e se refletir sobre a educação.

Apesar do inquestionável legado de Freire, inclusive retratado em artigos,

---

<sup>10</sup> São exemplos desses eventos o Curso intitulado “100 anos de Paulo Freire: esperar em tempos de barbárie”, realizado pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Encontro intitulado “Centenário de Paulo Freire”, realizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Ambos foram realizados por meio do YouTube.

dissertações e teses, abordando acerca da sua proposta teórica e metodológica, contribuindo, por exemplo, na formação permanente dos educadores, Martins, Abreu e Moura (2020, p. 2) destacam que “[...] trabalhos científicos que mostrem o legado de Freire se materializando nas práticas dos docentes nas escolas públicas, se existem, precisam ser socializados”.

Sobre o legado de Paulo Freire, Urbanetz e Bastos (2021), refletindo sobre os ideais de uma educação libertadora, dialógica e democrática como elementos que podem contribuir na consolidação das prerrogativas da Educação Profissional Técnica e Tecnológica, ressaltam que esses ideais “são disseminados pelas vozes dos educadores libertadores que, incansavelmente, fazem e refazem a educação com amorosidade, respeitando, profundamente, o ser humano” (p. 2).

Ainda que seja possível e importante refletir sobre as concepções freireanas em diferentes modalidades de ensino, é comum associar o legado de Paulo Freire aos jovens e adultos, portanto, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse público apresenta características específicas como, por exemplo, o fato de, em sua grande maioria, já desenvolverem uma atividade no mercado de trabalho, uma vez que precisam, em muitos casos, não só garantir a sua sobrevivência, mas também a de sua família.

Essa característica, inclusive, muitas vezes faz com que os educandos deixem o ambiente escolar, pois, conforme pontua Machado e Rodrigues (2013, p. 376), “[...] entre comer e estudar, a opção dos educandos trabalhadores é pelo trabalho, por uma questão de sobrevivência, e se dessa sobrevivência dependem também seus entes familiares essa opção se acentua”. Ademais, essa característica pode ser considerada como a que mais aproxima tal público do público-alvo do presente estudo, ou seja, estudantes evadidos (as) do curso técnico subsequente ao ensino médio.

Em seus trabalhos, Paulo Freire também apresenta reflexões acerca do processo educativo dos jovens e dos adultos estarem voltados, exclusivamente, para o desenvolvimento de meros trabalhadores operacionais, conforme já mencionado ao longo do referencial teórico. Acerca desse processo educativo, Freire (2000) pontua:

A necessária formação técnica-científica dos educandos por que se

bate a pedagogia crítica não tem nada que ver com a estreiteza tecnicista e cientificista que caracteriza o mero treinamento. É por isso que o educador progressista, capaz e sério, não apenas deve ensinar muito bem sua disciplina, mas desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica em que é uma presença (Freire, 2000, p. 22).

É preciso, portanto, que a educação, em uma perspectiva de formação integral dos educandos, supere a mera operacionalização das tarefas e desenvolva seres humanos capazes de refletir sobre as suas ações e, dessa forma, sejam sujeitos responsáveis por transformar a si mesmos e, conseqüentemente, promover mudanças no mundo, principalmente em suas realidades. Acerca dessa transformação interna, Freire (1983, p. 159) menciona que “[...] todo ser se desenvolve (ou se transforma) dentro de si mesmo, no jogo de suas contradições”.

Nesse ínterim, Freire (1979) enfatiza que quanto mais os seres humanos refletirem acerca dos seus ambientes, isto é, sobre as suas próprias realidades, contextos, mais eles estarão, gradualmente, não só conscientes, mas também comprometidos em promover intervenções nessas realidades, com foco em transformá-las.

Assim, considerando uma educação integral, crítica, libertadora, os seres humanos, que são os construtores de seu saber, simultaneamente ao processo de transformação interior, tornam-se capazes de modificarem as suas realidades, os ambientes em que vivem e, dessa forma, a sociedade (Araújo, 2021).

Nessa perspectiva, Urbanetz e Bastos (2021, p. 3-4) destacam:

[...] entendemos que a educação como instrumento de transformação social deve apregoar em seus âmbitos os ideários das práticas coletivas, da valorização das pessoas, do respeito à diversidade, ao diálogo, de praticar o ato de ouvir, de celebrar as humanidades das pessoas; enfim, urge, na atualidade, a defesa de uma educação libertadora.

Cabe destacar que a formação, o processo educativo, é, e assim deve ser, democrático, uma vez que, conforme enfatiza Freire (1996), o ato de ensinar não se desgruda do ato de aprender, pois ambos, educador e educando, ao longo desse processo, por meio da prática do diálogo e de ações concretas, que são fundamentais na pedagogia crítica libertadora (Freire, 1983),

realizam trocas, aprendem juntos, se educam e se complementam, respeitando, portanto, as particularidades de cada indivíduo e as suas diferentes opiniões.

Assim, sobre o desenvolvimento de um ambiente educacional pautado na democracia e, portanto, na participação de todos os atores envolvidos no processo, Martins, Abreu e Moura (2020, p. 9) mencionam que “[...] Paulo Freire lembra aos educadores que a construção da escola democrática não pode realizar-se através do palavrório (discurso)”, denotando, com isso, a necessidade das práticas, da experimentação, da construção.

Pimenta (2002), apresentando contribuições acerca do processo democrático nos ambientes escolares, ressalta que “[...] tornar a escola democrática hoje significa modificá-la, a fim de que cada vez maior parcela das camadas populares nela ingresse e permaneça” (p. 12). A autora ainda pontua que, por meio dessa modificação, “[...] a escola poderá cumprir aquilo que lhe é específico, enquanto instância social que luta pela transformação: a socialização do saber” (p. 12).

Dessa forma, o educador não deve se colocar em uma posição de detentor da verdade, como se apenas ele tivesse o conhecimento, considerando, nesse caso, os educandos como sujeitos passivos no processo educacional. Afinal, como destaca Freire (1996, p. 22), os educadores precisam ter em mente que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Além disso, Bastos (2020, p. 35) enfatiza que “educar pautados no humanismo é dar voz e vez aos sujeitos participantes dos processos educativos”.

Nesse processo de criação de possibilidades, faz-se necessário considerar as trajetórias de vida dos educandos e, portanto, as suas experiências e os seus conhecimentos acumulados, distanciando-se da mera formação técnica, contribuindo para a formação integral e humana dos sujeitos. Corroborando com tais considerações, Ramos (2017) destaca que a formação dos educandos trabalhadores deve levar em conta os seus conhecimentos, assim como as suas experiências educativas já vivenciadas em suas realidades. Assim, essa formação proporcionará aos educandos aprendizagens que vão abrir novos horizontes.

Ainda acerca da importância das experiências vivenciadas pelos educandos, como contribuições no processo de formação, Freire (1996, p. 33)

ênfatiza que “[...] transformar a experiênça educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”.

Ademais, dialogando sobre a formação humana dos sujeitos, Ciavatta (2005, p. 2-3) retrata que o objetivo “[...] é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”. Nesse sentido, Urbanetz e Bastos (2021) ênfatizam que as atividades docentes, com foco em contribuir para uma formação integral dos sujeitos, devem ser balizadas por uma prática dialógica e libertadora.

O diálogo, portanto, se configura como um elemento importante do legado de Paulo Freire e, infelizmente, na prática não tem sido observado em muitas instituições educacionais. Como ressaltam Martins, Abreu e Moura (2020, p. 6), “falta o diálogo nas instituições que disseminam o saber na sociedade”. Ainda refletindo sobre o diálogo enquanto categoria essencial dos pressupostos freireanos, sobretudo buscando qualificá-lo, as autoras pontuam que se faz necessário um diálogo que “[...] articule dizeres da sociedade civil e política que emanam nas práticas pedagógicas no cotidiano das salas de aula” (p. 7).

Urbanetz e Bastos (2021) também ênfatizam a importância do diálogo nos processos formativos, promovendo a participação de todos os atores envolvidos. Assim, acerca do diálogo, as autoras pontuam que “[...] implica também a postura docente em olhar nos olhos dos (as) estudantes, denotando autonomia em seus processos de aprendizagem, no sentido de que sejam protagonistas de suas constituições de conhecimentos” (p. 10).

Dessa forma, nesse processo dialógico estabelecido, firmam-se as relações, ampliam-se os diálogos e potencializam-se os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso formativo, para além dos conteúdos dos componentes curriculares.

### 3 METODOLOGIA

Neste tópico são abordadas considerações acerca dos procedimentos metodológicos utilizados no estudo, caracterizando o tipo da pesquisa, o local do estudo, apresentando os (as) participantes da pesquisa, descrevendo os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados, perpassando pelas questões éticas em pesquisa, bem como pontuando de que forma os dados foram analisados.

#### 3.1. Tipo da Pesquisa

A presente pesquisa se insere na Linha 2 do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) / *Campus* Manaus Centro (CMC), que se refere à “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica”, que, conforme consta no *site* institucional, “trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante [...]” (Ifam, 2022).

De forma específica, considerando a inserção deste estudo na linha 2, esta pesquisa está relacionada ao macroprojeto 6, que se refere à “Organização de Espaços Pedagógicos da EPT” e, conforme consta no *site* institucional, “abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT [...]” (Ifam, 2022).

O estudo pode ser classificado considerando à abordagem, à natureza, os objetivos e os procedimentos. No primeiro caso, abordagem, a pesquisa é qualitativa que, conforme ressalta Minayo (2013), considera o universo dos significados, bem como os motivos e as aspirações, englobando também o universo das crenças, dos valores e das atitudes.

O aspecto qualitativo do estudo se caracteriza pela análise e pela interpretação que foi realizada com base nas informações coletadas junto aos participantes. Nesse sentido, a interação entre o pesquisador e os (as)

participantes da pesquisa é de fundamental importância (Minayo, 2013). Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Neves (1996, p. 1) ressalta que ela “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. Acerca dos estudos qualitativos, Godoy (1995, p. 62) ressalta que eles “têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”.

No que se refere à natureza, a pesquisa pode ser considerada aplicada, uma vez que, por meio da realização deste estudo, foi possível colocar os resultados em prática, sobretudo considerando as reflexões significativas para o problema que buscamos compreender. Ademais, Ferreira *et al.* (2014) ressaltam que a natureza aplicada da pesquisa está relacionada à imersão do pesquisador no problema em estudo, principalmente com o objetivo de, no percurso da pesquisa, em diálogo com os (as) participantes dela, desenvolver um projeto de intervenção, que seja eficiente e coerente com a realidade analisada, buscando, dessa forma, soluções para o problema investigado.

Quanto aos objetivos, o estudo pode ser classificado como exploratório e descritivo. A natureza exploratória se configura em uma espécie de estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), além de ter como foco proporcionar uma maior interação dos (as) participantes da pesquisa com a questão investigativa proposta, a saber: “O IFRR / CBVZO tem disponibilizado alternativas para contribuir com a permanência e com o êxito dos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, com foco em combater a evasão e, especificamente, possibilitar a conclusão do curso?”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> É importante ressaltar que, dada a primeira imersão no campo para a realização de coleta dos dados e, a partir desta, a necessidade de realizar alguns ajustes na pesquisa, conforme APÊNDICE F, a questão investigativa proposta tem por foco não só refletir sobre as possibilidades para que o público-alvo evadido consiga finalizar o curso ou, pelo menos, trilhar novos caminhos na perspectiva de não se perder o que foi obtido ao longo do percurso formativo, mas também de contribuir para reflexões acerca do público subsequente, em termos de estratégias de permanência e de combate à evasão, uma vez que a instituição trabalha, atualmente, com outros cursos nessa modalidade, ainda que o “gargalo” abordado no presente estudo (estágio curricular) não seja mais considerado como um requisito obrigatório nos cursos vigentes.

Minayo (2013) destaca que, na pesquisa qualitativa, a fase exploratória consiste também na elaboração do projeto de pesquisa, assim como de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada do pesquisador em campo. Gil (2008) pontua que as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, bem como desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, promovendo o aprofundamento do tema tratado. Quanto à classificação da pesquisa como descritiva, destaca-se o fato de que a realidade dos (as) participantes é apresentada, bem como todo o contexto que perpassa pela busca da compreensão do problema investigado, podendo servir, por exemplo, inclusive de subsídio para a realização de pesquisas futuras.

No que se refere aos procedimentos, a pesquisa pode ser considerada como bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica, segundo Pizzani *et al.* (2012), refere-se a uma revisão da literatura da temática em estudo, por meio de livros, periódicos, artigo de jornais, *sites*, entre outras fontes. Destacamos que essa pesquisa não se reflete, em profundidade, nos resultados da pesquisa, porém foi utilizada desde a concepção do projeto, perpassando pelo diálogo entre os autores que abordam a temática.

Também se configura como documental, uma vez que foram utilizados os documentos norteadores para a criação dos cursos técnicos oferecidos pelo IFRR/CBVZO, com foco nos aspectos que estão estreitamente relacionados à pesquisa em questão. Assim como na bibliográfica, ressaltamos que a pesquisa documental não foi aprofundada nos resultados deste estudo, porém ela foi necessária e realizada para fundamentar a proposta e promover reflexões acerca dos dados coletados quando do trabalho empírico.

Acerca da pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2016, p. 48-49) pontuam que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Considera-se, ainda, a pesquisa como um estudo de caso, uma vez que, de acordo com Ludke e André (1986, p. 17), “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”. Nessa perspectiva, Yin (2010, p. 25) destaca que “a essência de um estudo de

caso, a tendência central entre todos os tipos de estudo de caso, é que ele tenta iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas são tomadas, como elas são implementadas e com que resultado”.

Fazendo uma relação da pesquisa documental com o estudo de caso, Yin (2015, p. 111) enfatiza que “para a pesquisa de estudo de caso, o uso mais importante dos documentos é para corroborar e aumentar a evidência de outras fontes”, ressaltando ainda que “os documentos podem proporcionar outros detalhes específicos para corroborar a informação de outras fontes”.

Para além das considerações apresentadas, dada a dinamicidade dos conhecimentos e dos fenômenos do presente estudo, assim como as transformações que perpassam os (as) participantes nesse processo dinâmico, recorreremos ao método dialético que, segundo Fonseca (2010, p. 102), se refere a um:

[...] método contrário a todo conhecimento rígido – tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma. Trata-se, portanto, de um método que não envolve apenas questões ideológicas, mas parte para a investigação da realidade, pelo estudo de sua ação recíproca.

Para Borges e Dalberio (2007, p. 7-8) as pesquisas baseadas no método dialético “[...] revelam a historicidade do fenômeno e suas relações em nível mais amplo situam o problema dentro de um contexto complexo, e, ao mesmo tempo, estabelece e aponta as contradições possíveis [...]”.

Ademais, cabe ressaltar que um dos aportes teóricos desse estudo baseia-se nos ideais de Paulo Freire, que apresenta um pensamento dialético. Martins, Abreu e Moura (2020) corroboram essa afirmação quando enfatizam que “o pensar de Freire é dialético porque ele sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis” (p. 5).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa ampla, apresentando, de forma sintética, a seguinte caracterização: abordagem qualitativa, de natureza aplicada, exploratória e descritiva, tendo como procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso.

### **3.2. Local da Pesquisa**

O estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / *Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO)*, que é um dos cinco *campi* do IFRR, localizado na Rua Prof. Nonato Chacon, nº 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista/RR. O CBVZO iniciou as suas atividades em 2013, tendo o seu funcionamento autorizado pela Portaria nº 993, de 07 de outubro de 2013 (Brasil, 2013). As figuras 1 e 2 apresentam, respectivamente, a entrada do CBVZO e a vista de cima do referido *Campus*.

**Figura 1** – Entrada do IFRR/CBVZO



Fonte: Santos Júnior (2021).

**Figura 2** – Vista de cima do IFRR/CBVZO



Fonte: Santos Júnior (2021).

Apesar de ter iniciado, oficialmente, as suas atividades em 2013, só a partir de 2014, especificamente do segundo semestre, é que passou a ofertar cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, atendendo, na ocasião, 02 (duas) turmas do Curso Técnico em Serviços Públicos, com um total de 70 (setenta) estudantes, ou seja, cada turma com 35 (trinta e cinco) estudantes. Posteriormente, já em 2015, no primeiro semestre, foi ofertado, também, o Curso Técnico em Comércio, com uma turma de 35 (trinta e cinco) estudantes. Atualmente, o IFRR/CBVZO oferta, na modalidade subsequente, conforme informações coletadas no *site* institucional<sup>12</sup> (Ifrr, 2022), os cursos técnicos em: Administração, Comércio e Serviços Públicos (Figura 3).

---

<sup>12</sup> <https://www.ifrr.edu.br/>

**Figura 3 – Cursos Ofertados pelo IFRR/CBVZO na Modalidade Subsequente**

<b>Campus Boa Vista Zona Oeste</b>	
Proeja:	Assistente em Administração PROEJA FIC
Técnicos:	Técnico Integrado do Ensino Médio Técnico em Comércio Técnico em Serviços Públicos
Técnico Subsequente:	Técnico em Administração Técnico em Comércio Técnico em Serviços Públicos
Graduação	Tecnologia Tecnologia em Gestão Pública

Fonte: Ifrr, 2022.

Assim, considerando os cursos ofertados pelo *Campus* e, especialmente, o fato de que o curso técnico em serviços públicos subsequente ao ensino médio é o mais antigo, optamos por realizar o estudo junto ao referido curso<sup>13</sup>.

### **3.3. Os Participantes da Pesquisa**

Antes de abordarmos sobre os participantes da pesquisa, é oportuno mencionar que a amostra é uma pequena parte da população ou do universo selecionado para o estudo. Gil (2008) ressalta que uma amostra é definida como o subconjunto do universo ou da população, por meio da qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população.

Faz-se necessário, ainda, destacar que, embora tenhamos conhecimento e concordamos que os termos “amostra” e “população” estejam mais voltados para estudos quantitativos e, especificamente, tendem a promover uma possível contradição epistemológica quando se pretende trabalhar em uma perspectiva dialética, conforme mencionado no subtópico

---

<sup>13</sup> Maiores detalhes acerca da definição do curso e, especificamente, do público-alvo deste estudo são apresentados no subtópico “Os Participantes da Pesquisa”, sobretudo em função da entrada no campo, após a aprovação da proposta no exame de qualificação e junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

“tipo da pesquisa”, ressaltamos que a utilização de tais termos tem por objetivo, exclusivo, o de deixar claro para todos (as) os (as) leitores (as), independentemente da predisposição destes (as) para estudos qualitativos ou quantitativos, o que estamos denominando de “população” e o que denominamos de “amostra”. Assim, tais termos podem, por exemplo, ser substituídos, neste estudo, respectivamente, por “universo da pesquisa” e “participantes da pesquisa”.

Após essas considerações iniciais, cabe destacar que embora o IFRR/CBVZO ofereça outros cursos na modalidade subsequente ao ensino médio, conforme consta no subtópico “local da pesquisa”, no estudo em questão tínhamos em mente considerar apenas os (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos, todos maiores de idade. Nesse sentido, utilizamos, portanto, como critério de definição, o curso mais antigo ofertado pelo *Campus*.

Assim, o estudo considerou como “universo da pesquisa” os (as) estudantes que se encontram na condição de evadidos (as) do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, desde a primeira turma ofertada. Dessa forma, foram considerados como “participantes da pesquisa”, àqueles (as) que, efetivamente, participaram do processo, quando da realização da coleta de dados.

De posse dessa definição e delimitação inicial, que inclusive foi aprovada no exame de qualificação e junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), realizamos nossa primeira imersão no campo, ou seja, na instituição onde o estudo foi desenvolvido, especificamente junto à Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA) do IFRR/CBVZO.

Essa primeira imersão, antes da realização da coleta de dados, teve por objetivo obter informações específicas acerca do total desses (as) estudantes que representa o nosso “universo da pesquisa” para, posteriormente, obtermos os “participantes da pesquisa”. Dessa forma, tivemos conhecimento não só do total de estudantes que se encontra na condição de evadidos (as), como também identificamos o quantitativo de cada turma. Paralelamente a esta imersão, também iniciamos a análise bibliográfica e documental (Quadro 1).

## Quadro 1 – Documentos Analisados<sup>14</sup>

Níveis	Documentos
Nacional	Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Local	Plano de Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)
	Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Publicidade Subsequente ao Ensino Médio, <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Fonte: Sites institucionais, 2023.

Porém, quando do início da imersão no campo, especificamente junto à CORA, para nossa surpresa, apesar de constar no *site* institucional que o *Campus* ainda oferece o Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, tomamos conhecimento de que o curso não é mais ofertado na modalidade subsequente, sendo que a última turma teve entrada no semestre letivo de 2018.1, ou seja, considerando que o curso tinha duração de 1 ano e meio, a turma em questão finalizou o curso, levando-se em conta a duração regular, no final do semestre de 2019.1.

Com essa informação, precisamos definir qual o caminho a seguir, tendo em vista que, em um primeiro momento, compreendemos que o estudo, da forma como proposto inicialmente, ficaria no “esquecimento”, uma vez que o curso em questão não é mais ofertado, na modalidade subsequente. Dessa forma, o primeiro pensamento foi o de alterar o curso, mantendo-se, portanto, todos os outros aspectos propostos no estudo, com a devida justificativa da necessidade de alterar o curso foco do estudo.

Mas, para além da não mais oferta do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, também tomamos conhecimento de que o estágio curricular não mais está previsto nos dois projetos pedagógicos

---

<sup>14</sup> Aqui é importante pontuar que entendemos que as informações apresentadas no item referente aos aspectos metodológicos já se configuram, também, como resultados de nosso estudo. Porém, optamos por trazer tais informações no item mencionado, pois compreendemos que estas contribuem para uma melhor contextualização acerca dos participantes da pesquisa, sobretudo frente aos ajustes que foram necessários ao longo do percurso.

dos outros cursos subsequentes ofertados pelo *Campus*. Assim, no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio (Ifrr, 2019a; 2019b), no que se refere ao estágio, consta: “este curso não prevê estágio curricular obrigatório. Considera-se que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática deve se dar transversalmente ao longo do curso” (p. 31).

Já no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Publicidade Subsequente ao Ensino Médio (Ifrr, 2023b), no que se refere ao estágio, consta: “considerando que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, este não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.” (p. 45).

Assim, apesar de inicialmente destacarmos que, para fins deste estudo, consideraríamos como “evadidos (as)” os (as) estudantes que desistiram do curso, independente da fase em que isso ocorreu, passamos a considerar como estudantes evadidos (as), como delimitação deste estudo, apenas àqueles (as) estudantes que ficaram pendentes na etapa específica do estágio curricular, independente da fase em que o referido estágio se encontra (ou se encontrava).

Destacamos, inclusive, que, a partir dessa necessidade de ajuste em termos de delimitação do estudo, surgiu ao longo do percurso da pesquisa, a necessidade de se investigar, paralelamente e de forma complementar aos objetivos já definidos, quais os entraves, para além do estágio curricular e/ou atrelado a este processo, que levaram os (as) estudantes a desistir do curso, bem como identificar e analisar o que a instituição (não) fez para reverter esses entraves<sup>15</sup>.

Porém, para deixar claro sobre quais estudantes estamos falando, faz-se necessário destacar as nomenclaturas adotadas pelo Q-Acadêmico<sup>16</sup> (Figura 4).

---

<sup>15</sup> Pontuamos que esses aspectos surgiram como demandas ao longo da pesquisa, porém não substituíram os objetivos definidos inicialmente, mas emergiram quando da realização da coleta dos dados e, inevitavelmente, também foram mencionados quando da realização da análise destes.

<sup>16</sup> Sistema desenvolvido por Qualidata Soluções em Informática – era o sistema comumente utilizado para o gerenciamento acadêmico das turmas antes do SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública). Site: <http://academico.ifrr.edu.br/>

**Figura 4 – Tela Inicial do Q-Acadêmico**



Fonte: Ifrr (2023a).

O Q-Acadêmico é / foi<sup>17</sup> o sistema utilizado pelo IFRR/CBVZO para gerenciamento acadêmico das turmas, especialmente durante o período considerado neste estudo (de 2014.2 a 2018.1, considerando, no caso, os semestres de entrada das turmas, totalizando 6 turmas e 282 estudantes). Neste sistema, os (as) estudantes em questão recebem duas nomenclaturas: “concludente” e “estagiário (concludente)”.

No primeiro caso (concludente), pode ser (possivelmente) que o (a) estudante esteja vinculado ao estágio curricular, porém não consta no sistema informações a respeito dessa vinculação. No segundo caso (estagiário (concludente)), consta no sistema informações acerca do estágio, porém o (a) estudante não concluiu. Em ambos os casos, os (as) estudantes concluíram todos os componentes curriculares e, dessa forma, são chamados de integralizados, porém falta o estágio curricular para a conclusão do curso.

Nesse sentido, o nosso “universo da pesquisa” corresponde aos (às) estudantes que ficaram pendentes (e, portanto, evadiram) na etapa específica do estágio curricular (sejam eles “concludentes” ou “estagiários (concludentes)”) e os nossos “participantes da pesquisa”, como a própria expressão sugere, são os (as) estudantes que, efetivamente, participaram do estudo e, portanto,

---

<sup>17</sup> Atualmente, conforme repassado pela CORA, utiliza-se o SUAP (Site: <https://suap.ifrr.edu.br/>), embora o setor ainda tenha acesso ao Q-Acadêmico, especialmente no que se refere aos dados mais antigos.

contribuíram com a pesquisa.

Após esses apontamentos, no que se refere aos (às) estudantes, a tabela 1 traz uma síntese quantitativa do “universo da pesquisa”, conforme nomenclaturas do Q-Acadêmico.

Tabela 1 – Universo da Pesquisa

<b>Nomenclaturas</b>	<b>2014.2</b>	<b>2015.1</b>	<b>2016.1</b>	<b>2017.1</b>	<b>2017.2</b>	<b>2018.1</b>	<b>Totais</b>
Evasão	24	19	14	22	13	19	111
Concluído	21	15	13	7	13	10	79
Cancelado	7	2	-	1	2	-	12
Cancelado Compulsório	-	-	4	1	8	7	20
Concludente	4	3	5	3	12	11	38
Estagiário (Concludente)	5	3	8	6	-	-	22
<b>Totais</b>	<b>61</b>	<b>42</b>	<b>44</b>	<b>40</b>	<b>48</b>	<b>47</b>	<b>282</b>

Fonte: Adaptado de dados da CORA, conforme informações do Q-Acadêmico (2023).

De acordo com a Tabela 1, o nosso “universo da pesquisa” corresponde a um total de 60 (sessenta) estudantes, sendo 38 (trinta e oito) “concludentes” e 22 (vinte e dois) “estagiários (concludentes)”. Mas, para além dos (as) estudantes evadidos (as), conforme delimitação mencionada, é importante destacar que também consideramos como participantes da pesquisa, sobretudo para compreender ao máximo o objeto de estudo, inclusive na busca pelas soluções possíveis, alguns (mas) docentes que atuaram no referido curso técnico, bem como alguns (mas) servidores (as) técnicos (as) administrativos que estavam relacionados (as) não só à parte burocrática, mas também à parte pedagógica, tão necessária ao funcionamento do curso, e, ainda, gestores do CBVZO (Figura 5).

**Figura 5 – Representação gráfica dos participantes da pesquisa**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Pontuamos, ainda, que como critério de inclusão na pesquisa consideramos apenas o fato do (a) estudante fazer parte do público-alvo que está evadido na fase do estágio curricular. Como critérios de exclusão, consideramos três aspectos: a) falta de interesse do (a) estudante em participar da pesquisa; b) impossibilidade de contato com os (as) estudantes; e c) falecimento.

A partir desses critérios, o quadro 2 apresenta o quantitativo de estudantes que participaram da pesquisa, dentro de cada nomenclatura considerada na delimitação, bem como informações sobre estes (as) participantes.

**Quadro 2 – Participantes da pesquisa – Estudantes**

<b>Participantes</b>	<b>Idade</b>	<b>Observações</b>
Concludente 1	38 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i> ; já atuava na área quando ingressou no curso
Concludente 2	27 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 3	31 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 4	30 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i> ; já atuava na área quando ingressou no curso
Concludente 5	26 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 6	38 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i> ; chegou a concluir curso superior na mesma área do

		curso
Concludente 7	43 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 8	28 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 9	30 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i> ; chegou a concluir curso superior na mesma área do curso
Concludente 10	28 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 11	40 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 12	38 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 13	26 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i> ; já atuava na área quando ingressou no curso
Concludente 14	32 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 15	29 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 16	30 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 17	32 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
Concludente 18	29 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
EC 1	35 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
EC 2	30 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i> ; já atuava na área quando ingressou no curso
EC 3	32 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
EC 4	35 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
EC 5	33 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i> ; já atuava na área quando ingressou no curso
EC 6	28 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
EC 7	29 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
EC 8	32 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
EC 9	28 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i> ; atua na área ainda hoje
EC 10	35 anos	Fez parte das primeiras turmas do curso no <i>Campus</i>
EC 11	28 anos	Fez parte das últimas turmas do curso no <i>Campus</i>

EC: Estagiário Concludente; Primeiras turmas: Entrada no curso entre 2014 e 2016; Últimas turmas: Entrada no curso entre 2017 e 2018.

Fonte: Autor, 2024.

Do total de 60 (sessenta) estudantes, participou do estudo 29 (vinte e nove), o que representa 48,3% do total. No que se refere aos (às) estudantes,

conforme as nomenclaturas apresentadas, dos 38 (trinta e oito) “concludentes”, 18 (dezoito) participaram, representando 47,4%; já com relação aos 22 (vinte e dois) estudantes que se encontram como “estagiários (concludentes)”, tivemos um percentual de participação de 50%, ou seja, 11 (onze) participaram do estudo.

Na perspectiva de ampliar os dados e de contribuir para uma melhor análise destes, uma vez que, conforme pontua Chizzotti (2001), todos os participantes do estudo são, reconhecidamente, fontes de conhecimentos, apontando, entre outros elementos, falhas, apreensões, dificuldades e soluções, além dos (as) estudantes, o quadro 3 apresenta o quantitativo de docentes, de técnicos-administrativos e também de gestores que participaram da pesquisa, bem como informações sobre estes (as) participantes.

Quadro 3 – Participantes da pesquisa (Docentes, Técnicos-Administrativos e Gestores)

Participantes	Idade	Observações
Docente 1	47 anos	É da área técnica, mas atua também em componentes curriculares considerados interdisciplinares
Docente 2	37 anos	Atua em componentes curriculares da área técnica
Docente 3	53 anos	É da área técnica, mas atua também em componentes curriculares considerados interdisciplinares
Docente 4	40 anos	É da área técnica, mas atua também em componentes curriculares considerados interdisciplinares
Docente 5	36 anos	Atua em componentes curriculares da área técnica
Docente 6	37 anos	Atua em componentes curriculares da área técnica
TA 1	31 anos	Possui formação superior e atuou no suporte técnico do curso no <i>Campus</i>
TA 2	41 anos	Possui formação superior e atuou no suporte técnico-pedagógico do curso no <i>Campus</i>
TA 3	30 anos	Possui formação superior e atuou no suporte técnico do curso no <i>Campus</i>
TA 4	34 anos	Possui formação superior e atuou no suporte técnico do curso no <i>Campus</i>
Gestor (a) 1	38 anos	Possui formação superior, é docente e atuou na gestão em grande parte das turmas do curso no <i>Campus</i>

Gestor (a) 2	40 anos	Possui formação superior, é docente e atuou na gestão, especialmente, em relação às últimas turmas do curso no <i>Campus</i>
--------------	---------	--

TA: Técnico-Administrativo.

Fonte: Autor, 2024.

Vale ressaltar que, ainda que tenhamos detalhado de que forma os participantes da pesquisa foram definidos no presente estudo, destacamos que na nossa pesquisa a “amostra” é considerada não probabilística por conveniência, uma vez que, além de ser comumente adotada em estudos na área da educação, na seleção dos (as) participantes considera-se a facilidade e a disponibilidade (Mattar; Ramos, 2021).

Por fim, ratificamos que a presente pesquisa tem como participantes diferentes atores que, para além dos (as) estudantes “evadidos” (as), dentro do recorte considerado, atuaram junto ao público em questão e, portanto, com o objeto de estudo investigado. A seguir são apresentados os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados quando da operacionalização do estudo.

### 3.4. Instrumentos de Coleta de Dados

Tanto o referencial teórico como a preparação dos instrumentos de coleta de dados do presente estudo foram elaborados a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental por meio de materiais que abordam a temática em questão.

Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, inicialmente, foram coletadas informações junto à Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA) do IFRR/CBVZO acerca do total de estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, desde a primeira turma ofertada, que se encontra na condição de evadidos (as), especificamente na etapa do estágio curricular, assim como o quantitativo referente a cada turma. Dessa forma, foi possível conhecer não só o nosso universo, ou seja, o total de possíveis participantes da pesquisa, mas também a nossa “amostra” (participantes do estudo).

Posteriormente, em linhas gerais, foram utilizadas, na coleta de dados,

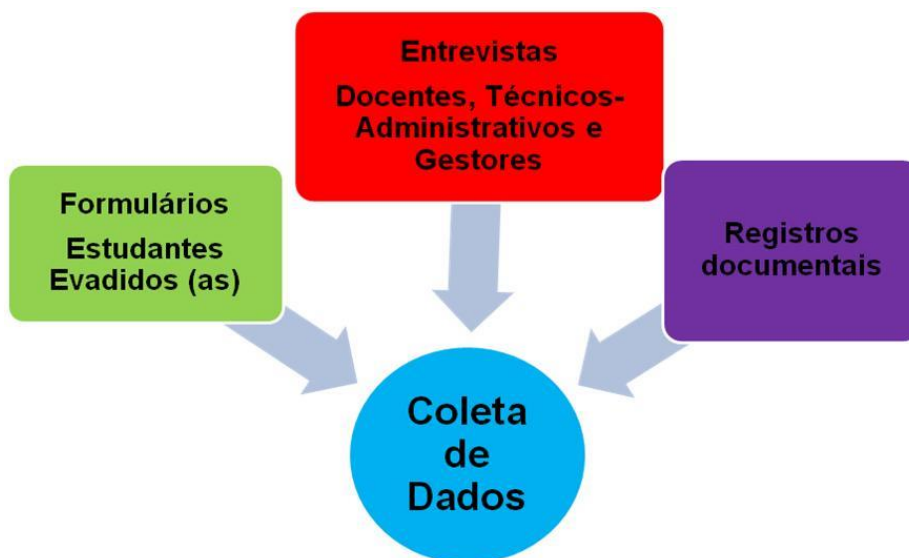
as seguintes técnicas<sup>18</sup>:

a) a aplicação de formulários (junto aos (as) estudantes que se encontram na condição de evadidos (as), especificamente na etapa do estágio curricular);

b) a realização de entrevistas (com os (as) docentes que atuaram no Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, como também com a equipe técnica que deu suporte para a realização do curso em questão e, ainda, com gestores (as) do *Campus*); e,

c) registros documentais (documentos norteadores para a criação dos cursos técnicos oferecidos pelo IFRR/CBVZO, com foco nos aspectos que estão estreitamente relacionados à pesquisa em questão) (Figura 6).

**Figura 6 – Técnicas utilizadas na coleta de dados**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No que se refere à aplicação dos formulários junto aos (as) estudantes

---

<sup>18</sup> Destacamos que embora tenham sido elaborados roteiros para a realização das entrevistas, bem como um formulário específico para ser aplicado junto aos (às) estudantes evadidos (as), os documentos em questão não eram, e não foram considerados, rígidos, uma vez que a partir da própria dinâmica do campo e da dinamicidade do próprios fenômenos em estudo, outras perguntas foram realizadas aos (às) participantes da pesquisa como, por exemplo, acerca dos possíveis motivos que levaram à extinção do curso.

evadidos (as), realizamos, inicialmente, o contato com cada estudante para explicar/apresentar o objetivo do estudo. Assim, após esse contato inicial, inclusive para os esclarecimentos acerca das possíveis dúvidas, realizamos o levantamento daqueles (as) que manifestaram interesse em participar da pesquisa e, com estes (as), foi aplicado o formulário (APÊNDICE E), sendo 26 (vinte e seis) aplicados de forma presencial e 03 (três) virtualmente, por meio do *Google Meet*.

Ressaltamos que quando da aplicação dos formulários, em comum acordo com os (as) participantes da pesquisa, realizamos a gravação, em áudio, sobretudo com vistas a transcrever as informações repassadas pelos (as) estudantes evadidos (as), mantendo, dessa forma, a integralidade de suas falas (Triviños, 2006).

Destacamos que a utilização do formulário ocorreu em função da aplicação ser realizada frente a frente aos (às) pesquisados (as), ou seja, participantes da pesquisa (com exceção dos três que realizaram o processo virtualmente, em função da impossibilidade apresentada por estes (as) em se fazer de forma presencial, mas o interesse em participar do estudo). Sobre o formulário, Marconi e Lakatos (2007, p. 214), ressaltam que “[...] é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”.

Com base em alguns autores, Santos (s/d) apresenta algumas vantagens e desvantagens na utilização do formulário enquanto instrumento de coleta de dados. Dessa forma, no que se refere às desvantagens, o autor destaca o “risco de distorção, pela influência do aplicador/pesquisador” (p. 2). Assim, ressaltamos que foram tomados os cuidados necessários para que não fosse exercida, junto aos (às) respondentes, nenhuma influência que pudesse interferir nas respostas apresentadas. Dentre esses cuidados, mencionamos, por exemplo, o fato de mantermos a mesma postura / expressividade quando da realização de todas as perguntas do formulário.

Cabe ressaltar que as técnicas mencionadas tinham por foco promover o alcance dos objetivos propostos na pesquisa e que elas foram utilizadas de forma complementar, com ênfase em compreender ao máximo o problema de investigação, ou seja, o objeto de estudo. Nesse sentido, a entrevista utilizada na pesquisa foi semiestruturada, elaborada com perguntas abertas e fechadas.

Sobre essa técnica, Minayo (2013) destaca que, por meio dela, é possível construir informações relevantes para um objeto de pesquisa. Marconi e Lakatos (2016) ressaltam que a entrevista é adotada na investigação social, tendo por objetivo obter dados ou contribuir no auxílio do diagnóstico ou do tratamento de um problema social.

Ainda segundo Minayo (2013), na entrevista semiestruturada o entrevistador permite que o entrevistado tenha a possibilidade de discorrer sobre o tema abordado sem estar preso à indagação pontual previamente formulada. Ribeiro (2008, p. 141) destaca que, por meio da entrevista, é possível “obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações [...]”.

As entrevistas foram realizadas, conforme roteiros semiestruturados (APÊNDICES C, D e G), junto aos (as) docentes que atuaram no Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, como também com a equipe técnica que deu suporte para a realização do curso em questão e, ainda, com gestores (as) do *Campus*, sendo 08 (oito) realizadas de forma presencial e 04 (quatro) virtualmente, por meio do *Google Meet*. Em comum acordo com os (as) participantes da pesquisa, as entrevistas foram gravadas para facilitar o processo de transcrição realizado posteriormente (Triviños, 2006).

Porém, antes da realização das entrevistas, conversamos, individual e formalmente, com cada servidor (a) – docente, técnico (a) e gestor (a) –, para apresentar os objetivos do estudo e os seus possíveis desdobramentos, como também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) que foi, posteriormente, assinado por todos (as) àqueles (as) que concordaram em participar da pesquisa – inclusive, também pelos (as) estudantes evadidos (as) –, pois, conforme resalta Zanelli (2002, p. 83) “[...] é muito importante prestar atenção no entendimento que temos dos entrevistados, nas possíveis distorções e no quanto eles estão dispostos ou confiantes em partilhar suas percepções”.

Assim como na aplicação dos formulários junto aos (as) estudantes evadidos (as), ratificamos que tomamos os cuidados necessários para que não fosse exercida, junto aos (às) respondentes das entrevistas, nenhuma

influência que pudesse interferir nas respostas apresentadas, sobretudo porque a conversa mencionada anteriormente teve por foco proceder com alguns esclarecimentos sobre o estudo.

Ainda antes da realização das entrevistas e da aplicação dos formulários com o público-alvo do estudo em questão, realizamos um pré-teste, para ambos os instrumentos, cujo objetivo foi minimizar os impactos de imprevistos que pudessem ocorrer. Além disso, por meio do pré-teste, foi possível realizar ajustes nos instrumentos de coleta de dados antes de sua efetiva utilização.

Acerca do pré-teste, ressaltamos que ele foi realizado com um público semelhante ao da pesquisa, porém não o público objeto do estudo em si, pois, conforme ressaltam Marconi e Lakatos (2016, p. 88), “o pré-teste pode ser aplicado mais de uma vez, tendo em vista o seu aprimoramento e o aumento de sua validade. Deve ser aplicado com populações com características semelhantes, mas nunca naquela que será alvo de estudo”.

Ademais, destacamos que o tempo necessário (médio) para cada formulário aplicado e cada entrevista realizada foi de, respectivamente, 30 e 50 minutos, com variações para mais ou para menos, de 5 a 10 minutos, para ambos os instrumentos. Posteriormente, foram realizadas as transcrições não só das entrevistas, mas também dos formulários que foram aplicados – nesse caso, especialmente no que se refere à pergunta aberta, bem como outras que foram realizadas ao longo da coleta de dados.

Apresentados os instrumentos que foram utilizados na coleta de dados do presente estudo, a seguir discorreremos acerca dos aspectos éticos da pesquisa.

### **3.5. Aspectos Éticos da Pesquisa**

Para a realização do estudo em sua totalidade e, de maneira específica, no que se refere à coleta de dados, é importante mencionar que a pesquisa, antes de sua efetiva realização, por meio da “entrada no campo”, principalmente com relação à realização das entrevistas e à aplicação dos formulários, foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), considerando as Resoluções nº 196/1996 (Brasil, 1996c), nº 466/2012 (Brasil, 2012c) e nº 510/2016 (Brasil, 2016) e o Ofício Circular nº 2/2021 (Brasil, 2021b),

seguindo os procedimentos necessários para a realização de pesquisas com seres humanos.

Nesse processo, consideramos as informações básicas do projeto, a Carta de Anuência para a realização do estudo (APÊNDICE B), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), para convidar os (as) nossos (as) participantes da pesquisa a contribuírem com o estudo, os roteiros de entrevistas (APÊNDICES C, D e G), o formulário aplicado com os (as) estudantes evadidos (as) (APÊNDICE E) e o projeto detalhado da pesquisa proposta.

Toda a documentação relacionada à realização do estudo foi submetida, via Plataforma Brasil<sup>19</sup>, à análise do CEP. Assim, por meio dessa plataforma – na qual ocorreu toda a tramitação da proposta –, o projeto chegou ao CEP e, a partir daí, entrou para a recepção e a validação documental. Após a aprovação da análise documental, este foi encaminhado para a relatoria inicial e enviado para o colegiado, por meio do qual foi realizada a reunião do CEP. Em seguida, o projeto recebeu, do (a) coordenador (a) do CEP, um parecer deliberativo, no qual o projeto foi considerado aprovado (CAAE: 67327823.0.0000.8119), conforme Parecer Consubstanciado do CEP (ANEXO A).

Ressaltamos que se o parecer em questão fosse contrário à aprovação do projeto, o processo se repetiria. Destacamos ainda, que, após serem analisados pelo CEP, alguns projetos podem ser submetidos à análise do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), o que não foi o nosso caso.

A Resolução nº 466/12 (Brasil, 2012c), homologada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS), ressalta que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, sendo que estes devem ser previstos e descritos no protocolo de pesquisa que será avaliado pelo CEP.

Destacamos que além da Resolução nº 466/2012 (Brasil, 2012c), a Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016) também norteia as atividades de pesquisa que são realizadas com seres humanos; assim, ambas apresentam orientações na perspectiva de garantir as condições necessárias para a participação dos (as) pesquisados (as), contribuindo para preservar a privacidade destes (as), assim como minimizar os riscos em todas as etapas do

---

<sup>19</sup> <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

estudo.

Assim, em razão da participação na presente pesquisa, os (as) participantes estiveram vulneráveis a riscos de: constrangimento ou vergonha ao ser entrevistado, assim como o receio de possíveis consequências decorrentes de suas respostas; além disso, podem sentir-se com a privacidade invadida pelas entrevistas e eventual quebra de sigilo.

Por outro lado, como medida prevista em relação aos riscos mencionados, nos propomos a estabelecer uma relação colaborativa e de respeito mútuo pesquisador / participante, atentando para os diferentes níveis e valores sociais, intelectuais, a diversidade cultural, os distintos aspectos éticos, morais, os estados psicológicos, a espiritualidade ou mesmo a religiosidade, bem como as diferenças de perfis físicos, sobretudo, entre os (as) estudantes. Ademais, o pesquisador esteve atento para evitar que algum destes aspectos se tornasse causa de constrangimento aos (às) participantes, interferindo no processo de pesquisa.

Ainda como medida prevista, foram disponibilizadas todas as informações necessárias sobre a pesquisa e os seus possíveis desdobramentos, como também fornecidas cópias, no formato físico ou mesmo digital, de quaisquer documentos oriundos do processo construtivo do estudo.

As entrevistas, sobretudo quando realizadas presencialmente, ocorreram em ambientes reservados para fortalecer uma relação pautada na confiabilidade e na discrição. Além disso, garantimos (e garantiremos) o anonimato dos (as) participantes, incluindo esta informação no TCLE. Ainda, se necessário, outros documentos adicionais foram assinados pelo pesquisador e pelos (as) participantes da pesquisa a respeito da segurança do sigilo.

Em termos de benefícios da pesquisa para os (as) participantes, destacamos a contribuição destes (as) em fornecer informações que, após levantadas e analisadas, possibilitaram a obtenção de dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional relacionado às dificuldades enfrentadas pelos (as) estudantes evadidos (as) do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR / CBVZO para finalização do curso, com foco nos fenômenos de permanência e de evasão,

buscando não só compreendê-los, mas, também, a partir dessa compreensão, criar / sugerir alternativas que pudessem contribuir para “erradicação” ou, pelo menos, redução dos percentuais de evasão. Portanto, gerou benefícios sociais a toda comunidade escolar envolvida no processo de formação.

Ressaltamos que os (as) participantes tiveram a plena liberdade para decidir sobre a sua participação no estudo e, dessa forma, puderam retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Em todo caso, destacamos que apenas os resultados da pesquisa foram analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais dos (as) participantes mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases de desenvolvimento do estudo.

Pontuamos, ainda, que foi garantida pelo pesquisador a prestação de assistência integral quanto aos eventuais danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela dignidade, integridade física e moral dos (as) participantes, incluindo-se o direito a indenização na forma da legislação vigente.

Destacamos, também, que foi (e ainda será) garantido aos (às) participantes o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo a qualquer momento, durante ou posterior a pesquisa, podendo solicitar ao pesquisador esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos no TCLE, sendo-lhes assegurado, inclusive, o direito de acesso ao produto investigacional após o término do estudo.

Informamos que em determinados momentos do estudo houve o encaminhamento de material via e-mail / arquivo digital, sobretudo quando da aplicação dos formulários e da realização das entrevistas virtualmente e, ainda, no que se refere à avaliação e à validação do produto educacional elaborado. De qualquer forma, ratificamos os cuidados mencionados anteriormente, especialmente referentes ao sigilo.

Tanto a dissertação quanto o produto educacional resultante do presente estudo foram disponíveis e acessíveis à instituição onde a pesquisa foi realizada, assim como a todos (as) os (as) interessados (as) pela temática. No caso da instituição, pretendemos, após a finalização do processo de avaliação de tais produtos, socializar com a comunidade acadêmica acerca do material produzido.

Finalizada a descrição sobre os aspectos éticos relacionados à pesquisa, procederemos a seguir com a apresentação de como os dados coletados foram tratados e analisados.

### **3.6. Tratamento e Análise dos Dados**

As informações coletadas por meio das técnicas citadas foram analisadas qualitativamente, utilizando a análise de conteúdo, conforme descrito por Bardin (2016), que a define como:

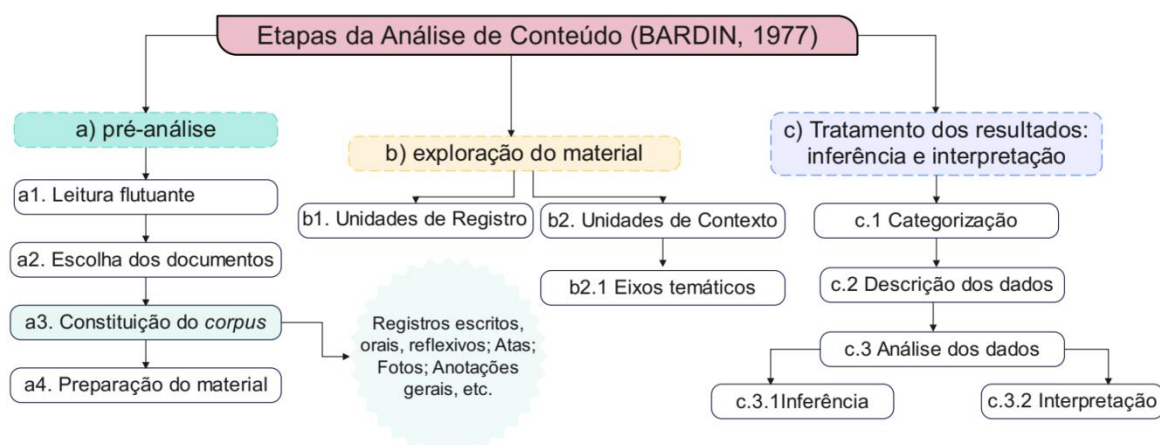
[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 2016, p. 37).

Para Gomes (2013), a análise de conteúdo engloba as fases de categorização, de inferência, de descrição e de interpretação de dados. Destaca, ainda, que os procedimentos de análise não ocorrem, necessariamente, de forma sequencial, pois o percurso a ser seguido depende de elementos como: o (s) objetivo (s) da pesquisa, o objeto a ser estudado, a natureza do material disponível e a perspectiva teórica a ser adotada (Gomes, 2013).

Para além da análise de conteúdo realizada, é importante mencionar que, considerando o estudo de caso, o processo de análise na / da pesquisa ocorreu de forma simultânea à coleta de dados. Ratificando essa perspectiva, Gil (2017, p. 122) ressalta que “[...] a análise e interpretação é um processo que nos estudos de caso se dá simultaneamente à sua coleta. A rigor, a análise se inicia com a primeira entrevista, a primeira observação e a primeira leitura de um documento”.

Voltando para a análise de conteúdo, Bardin (2016) apresenta três fases fundamentais para o estudo, são elas: a) a pré-análise; b) a exploração do material; e c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A figura 7 apresenta, em formato de esquema, um detalhamento dessas fases.

**Figura 7 – Esquematisação da Análise de Conteúdo**



Fonte: Adaptado de Bardin (1977, p. 102).

A primeira fase (pré-análise) refere-se à realização de leituras flutuantes dos materiais que foram considerados no estudo, como, por exemplo, os documentos oficiais relacionados à temática e as entrevistas realizadas com os atores participantes da pesquisa, inclusive com foco na constituição do *corpus*, sobretudo levando-se em conta, nesse processo, a necessidade e a importância de satisfazer os critérios de exaustividade, da representatividade, da homogeneidade, da pertinência e da exclusividade quanto ao fenômeno investigado (Bardin, 2016). No que se refere ao *corpus*, Bardin (2016, p. 126) pontua que se trata do “[...] conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

Realizada a primeira fase da análise de conteúdo, a segunda fase, ou seja, a exploração do material, diz respeito às unidades de codificação que foram consideradas no estudo, por meio da definição de eixos temáticos e, de maneira mais específica, das categorias de análise. De acordo com Bardin (2016, p. 131), essa fase “[...] consiste essencialmente em operações de decodificação, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas”.

Por fim, a terceira fase refere-se ao tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Nessa fase, consideramos os dados brutos obtidos na pesquisa, sendo estes tratados, visando definir os conteúdos significativos, levando-se em conta não apenas os conteúdos que foram efetivamente e

claramente manifestados, mas também aqueles latentes que não foram, explicitamente, anunciados (Bardin, 2016). Nesse sentido, Oliveira (2020, p. 51), pontuando acerca dos conteúdos latentes, destaca que “muitas vezes o não dito ou apenas sugerido tem tanto ou mais significado quanto o que foi manifestado”.

No que se refere à análise de conteúdo, especificamente acerca dos seus resultados, Franco (2018, p. 30) afirma que “os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos e capturáveis no âmbito das comunicações emitidas”.

Ademais, destacamos que alguns dados são apresentados quantitativamente, no sentido de respaldar ou de contribuir com as análises qualitativas que foram realizadas. Para tanto, utilizamos planilha desenvolvida no aplicativo *Microsoft Excel*, por meio da estatística descritiva (valores de tendências centrais como, por exemplo, mediana, etc.). Além disso, para melhor apresentação desses dados específicos, elaboramos gráficos, quadros e/ou tabelas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico abordamos os resultados da pesquisa realizada, bem como as discussões acerca destes, considerando o aporte teórico apresentado e, inclusive, em diálogo com as reflexões sobre o produto educacional, uma vez que este foi se constituindo paralelamente a realização do estudo.

Destacamos que com foco nos aspectos éticos abordados no tópico acerca do percurso metodológico do estudo, quando da apresentação dos resultados, visando preservar o anonimato dos (as) participantes da pesquisa, garantindo-lhes o sigilo, estes foram codificados utilizando-se de uma denominação e de uma ordem numérica crescente, conforme quadros 2 e 3, a saber:

- a) no caso dos (as) estudantes evadidos (as) – Concludente 1, Concludente 2 até o total de 18 (dezoito) estudantes; e EC1, EC2 até o total de 11 (onze) estudantes, sendo que EC significa “Estagiário Concludente”;
- b) no caso dos (as) docentes – Docente 1, Docente 2 até o total de 08 (oito) docentes que foram entrevistados (as) na pesquisa;
- c) no caso dos (as) técnicos-administrativos (as) – TA1, TA2, TA3 e TA4, representando os (as) 04 (quatro) técnicos (as) participantes do estudo; e,
- d) no caso dos (as) gestores (as) – Gestor (a) 1 e Gestor (a) 2, indicando os 02 (dois) gestores (as) que foram entrevistados (as).

Realizadas essas considerações iniciais apresentamos, a seguir, os resultados do estudo, começando pelas primeiras impressões quando da sua realização.

### **4.1. Impressões Iniciais: definição de novos caminhos após a primeira imersão no campo da pesquisa<sup>20</sup>**

---

<sup>20</sup> Antes de adentrarmos de maneira aprofundada nos resultados obtidos no estudo, bem como nas análises e nas reflexões, com base no aporte teórico e analítico proposto, pontuamos este subtópico, compreendendo-o como fundamental, não só porque retrata os resultados iniciais obtidos, mas também por se configurarem como norteadores para a continuidade da pesquisa nos “moldes” gerais nos quais ela foi idealizada.

Quando da realização da primeira imersão no campo, após a aprovação do estudo junto à banca de qualificação e ao comitê de ética em pesquisa, para a obtenção de informações iniciais, um resultado já obtido diz respeito ao fechamento do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, ainda que no *site* institucional constasse, à época da coleta de dados, não só para a elaboração da proposta que deu origem a esta dissertação, mas também no início da coleta de dados propriamente dita com a entrada no campo, a informação de que o IFRR/CBVZO ainda ofertava o referido curso.

Assim, de posse desse resultado, fez-se necessário ajustar a nossa indagação da pesquisa, bem como os nossos objetivos específicos, não sendo necessário alterar o objetivo geral, conforme APÊNDICE F – apenas um pequeno ajuste na redação. Mas, para além dessa necessidade de pequenos ajustes, esse resultado também gerou novos questionamentos que, portanto, passaram a fazer parte do nosso processo investigativo, a saber: Qual (quais) motivo (s) levou (ram) o curso a ser extinto? Qual (quais) elemento (s) contribuiu (iram) para a desestruturação do curso, levando-o a sua extinção? O (s) percentual (is) de evasão do curso contribuiu (íram) para o seu fechamento?

Frente a esses questionamentos e diante da proposta do nosso estudo, que perpassa, especificamente, pela questão do estágio curricular, temos como hipótese, no que se refere a um dos motivos que levaram a extinção do curso, a falta de apoio nesse processo de finalização do curso, por meio da realização do estágio curricular obrigatório.

Tal hipótese, inclusive, pode ser ratificada, quando se considera, por exemplo, o fato de que os atuais cursos subsequentes ofertados pelo *Campus* (Técnico em Administração e Técnico em Publicidade) não prevêm mais o estágio como componente obrigatório para a integralização do curso, o que foi observado quando da realização da análise documental de documentos apresentados no quadro 1.

Além disso, ressaltamos que, diante da não mais oferta do curso no qual o estudo em questão foi inicialmente proposto, o grande ponto de inflexão se refere ao fato de que os dados, conforme apresentado na tabela 1, estão “fixados” entre 2018 e 2019, em termos de última oferta de turmas, uma vez que, conforme já mencionado, a última turma iniciou o curso no semestre letivo

de 2018.1 e, dado o tempo de sua duração, finalizou (ou deveria ter finalizado) no final do semestre de 2019.1.

Assim, apesar de identificarmos e compreendermos que os dados referentes ao universo do estudo e dos (as) participantes da pesquisa sejam antigos, sobretudo porque o início do campo, por meio da coleta de dados, se deu em 2023 e estão sendo expressos, por meio dos resultados e das discussões, agora em 2024, ou seja, 6 (seis) anos após o início da última turma ofertada do curso em questão, que nem existe mais, ratificamos a importância do estudo entendendo que as reflexões aqui realizadas podem contribuir não só para, de alguma forma, “resgatar” os (as) estudantes que não conseguiram finalizar o curso, em função do não cumprimento do estágio curricular, mas também fornecer subsídios para o gerenciamento dos cursos que, atualmente, são ofertados no *Campus*, especialmente na modalidade subsequente ao ensino médio, contribuindo para se pensar estratégias e ações voltadas para a permanência e para o combate à evasão.

Dito isto, pontuamos, no quadro 4, os documentos que foram analisados no estudo, além dos já apresentados no Quadro 1, conforme percurso metodológico.

Quadro 4 – Outros Documentos Analisados no Estudo

<b>Nível</b>	<b>Documentos</b>
Local	Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Serviços Públicos do <i>Campus</i> Zona Oeste / IFRR
	Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) 2014-2018 e 2019-2023
	Regulamentos Gerais para a realização de Estágio Curricular Supervisionado do IFRR
	Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Roraima (IFRR)

Fonte: *Site* institucional, 2023.

Adicionalmente, entendemos que, à luz dos novos questionamentos realizados após essa imersão no campo da pesquisa, as nossas reflexões vão além dos aspectos relacionados à permanência e à evasão, perpassando pelos motivos que levaram a extinção do curso.

#### 4.2. Finalização do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio: Com a palavra os (as) estudantes evadidos (as)

Neste subtópico apresentamos os resultados e as análises acerca dos dados obtidos, especificamente, junto aos (as) 29 (vinte e nove) estudantes evadidos (as) que se dispuseram a participar da pesquisa e, para isso, responderam o formulário proposto (APÊNDICE E). Ressaltamos, porém, que quando da realização das reflexões acerca dos resultados utilizamos também argumentos e narrativas de outros atores participantes do estudo.

Na tabela 2, apresentamos uma síntese dos dados obtidos para as perguntas fechadas do formulário aplicado junto aos (as) estudantes evadidos (as).

Tabela 2 – Resultados obtidos junto aos (as) estudantes evadidos (as)

Síntese das Perguntas Realizadas <sup>21</sup>	Respostas	
	SIM	NÃO
1. Finalizou as etapas (faltando o estágio)	29 (100%)	-
2. Conhecimento acerca dos documentos (processo de avaliação)	17 (58,6%)	12 (41,4%)
3. Condições existentes foram viáveis e adequadas (finalização do curso)	20 (69%)	09 (31%)
4. Outra forma de avaliação (finalização do curso)	29 (100%)	-

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com base nos percentuais apresentados na tabela 2, constatamos que todos os (as) estudantes evadidos (as) participantes da pesquisa afirmaram que finalizaram todas as etapas obrigatórias do curso, faltando, unicamente, a finalização do estágio curricular para a integralização do processo formativo.

Referente ao conhecimento dos (as) estudantes evadidos (as) acerca dos documentos que nortearam o processo de avaliação relacionado à finalização do curso, 58,6% dos (as) respondentes afirmou ter conhecimento sobre esses documentos. Além disso, 69% pontuaram que, considerando esses documentos, as condições existentes – formas de avaliação – foram

<sup>21</sup> As perguntas em sua integralidade podem ser consultadas no APÊNDICE E.

viáveis e adequadas.

Cabe destacar que, embora os (as) respondentes tivessem que optar, nessa pergunta, entre as opções “sim” e “não”, houve uma inclinação de alguns (mas) estudantes, no sentido de que a resposta mais adequada para a pergunta seria um “talvez” ou, até mesmo, um “mais ou menos”, uma vez que na percepção destes (as) a condição mais viável, na perspectiva de garantir o êxito / à finalização do curso seria ter exigido apenas a realização do estágio, sem a necessidade de elaboração de um relatório.

Nesse sentido, o (a) respondente “Concludente 7” mencionou:

Eu vou responder que sim, mas sinceramente eu acho que a opção melhor aqui seria talvez, porque assim, eu não eliminaria a necessidade de se fazer o estágio porque acho que é uma experiência importante, mas não via o relatório como algo super necessário (Concludente 7).

Ressaltamos, portanto, que embora o resultado em questão tenha sido expressivo, as percepções apresentadas acerca das inclinações das respostas dos (as) respondentes, bem como a fala do “Concludente 7”, direcionam o resultado para um “talvez”, pois ainda que os (as) respondentes tenham optado pelo “sim”, enquanto resposta para essa pergunta, percebemos, especialmente nos diálogos estabelecidos quando da aplicação dos formulários, que muitos estavam insatisfeitos (as).

Por outro lado, podemos considerar que, embora insatisfeitos (as), os (as) respondentes optaram em se inclinar para o “sim”, o que pode denotar a percepção destes (as) acerca de um esforço institucional na perspectiva de proporcionar ambientes, condições e mecanismos adequados e viáveis ao longo do curso.

Assim como na pergunta relacionada ao cumprimento de todas as etapas do curso, excetuando-se o estágio curricular, todos (as) os (as) respondentes pontuaram acreditar que existiriam outras formas de avaliar os (as) estudantes com vistas à finalização do curso. Destacamos, inclusive, que o (a) respondente EC3, ao concordar que existiria outra forma de avaliação, fez o seguinte comentário:

Foi frustrante chegar no final do curso e não conseguir escrever o

relatório do estágio. E olha que eu cheguei a fazer vários trabalhos no decorrer do curso, em praticamente todas as disciplinas, mas quando chegou na hora de fazer o relatório eu bloqueei geral (EC3).

Esse trecho apresentado pelo (a) respondente EC3 retrata, por exemplo, a dificuldade que os (as) estudantes apresentaram para, mesmo tendo realizado o estágio, em termos de prática, por meio do cumprimento da carga horária exigida, colocar tais práticas no papel. Chama a atenção no trecho, inclusive, o fato de que o (a) respondente, diante da necessidade de ter que escrever um relatório para a finalização do curso, se sentiu bloqueado.

Ademais, pontuamos que esse sentimento de bloqueio, quando da necessidade de escrever o relatório sobre as atividades realizadas durante o período do estágio, também foi percebido por outros (as) respondentes, a saber: Concludentes 2, 7, 10, 16 e 18 e EC 6 e 7.

No que se refere, especificamente, a questão relacionada às outras formas de avaliação para a finalização do curso, os (as) respondentes apresentaram algumas sugestões. Porém, ressaltamos que alguns (mas) respondentes não chegaram a mencionar sugestões, enquanto outros (as) mencionaram mais de uma. Além disso, ainda que a nomenclatura citada pelo (a) respondente não tenha sido a apresentada<sup>22</sup>, entendemos que o (a) estudante fez referência a uma das formas de avaliação, conforme sistematização da figura 8 a seguir.

**Figura 8 – Outras formas de avaliação**



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

<sup>22</sup> Exemplos dessa situação foi o fato de que alguns (mas) respondentes mencionaram expressões como: “sistematização das atividades do trabalho” e “Relato das práticas profissionais”. Nesses casos, sistematizamos tais expressões como sendo “Relatório de Atividades Profissionais”.

Constatamos na figura 8 que foram mencionadas pelos (as) respondentes 06 (seis) outras formas de avaliação, para além da elaboração do relatório do estágio curricular, para fins de finalização deste requisito e, conseqüentemente, de integralização do curso. Dessas outras possibilidades, a “validação de horas profissionais” foi a mais citada, sendo mencionada 21 (vinte e uma) vezes.

Dentre as possibilidades, chama a atenção o fato de que o “relatório de atividades profissionais” foi a segunda que recebeu mais citação, sendo mencionada 19 (dezenove) vezes. O primeiro ou o principal questionamento que poderíamos fazer diante desse resultado é: como os (as) próprios (as) estudantes que apresentaram dificuldade em finalizar o estágio curricular, inclusive, como veremos mais a seguir, tendo como um dos obstáculos a questão da redação do relatório do estágio, mencionaram que uma possibilidade de outra avaliação para fins de finalização do curso é a elaboração de um relatório de atividades profissionais?

Porém, para tentar responder a essa pergunta ou, pelo menos, apresentar possíveis respostas para, de algum modo, justificar o resultado obtido, podemos considerar o fato de que os (as) estudantes que mencionaram o relatório de atividades profissionais como uma possibilidade podem ser justamente àqueles que não conseguiram cumprir a carga horária do estágio curricular, inclusive em função do trabalho, especialmente pela dificuldade em conciliar as duas demandas.

Destacamos, ainda, que as indicações apresentadas pelos (as) respondentes, enquanto outras possibilidades de avaliação, também já podem ser reflexos das experiências formativas que eles (as) tiveram ao longo desse período no qual tiveram que deixar o curso. Exemplo disso é o fato de que, mesmo sem concluir o curso técnico objeto dessa pesquisa, há respondentes que finalizaram curso superior na área de gestão pública.

Para além dessa questão do bloqueio mencionado por alguns (mas) dos (as) respondentes, quando da necessidade de elaboração do relatório do estágio, questionamos os (as) estudantes evadidos (as) acerca dos motivos que os (as) levaram a não finalização do estágio curricular, acarretando, portanto, na não conclusão do curso. Os resultados para este questionamento

constam no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Motivos da não finalização do estágio curricular**



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No gráfico 1, visualizamos que, dentre as opções sinalizadas no formulário que foi aplicado junto aos (as) estudantes evadidos (as), 86% afirmaram que a não finalização do estágio curricular e, conseqüentemente, a não integralização do curso ocorreu em função de dificuldades relacionadas ao estágio. Esse resultado, inclusive, vai ao encontro do comentário anteriormente apresentado pelo (a) respondente EC3. Ressaltamos que nenhum dos (as) estudantes evadidos (as) apresentou um novo motivo, por meio da indicação da opção “outros”.

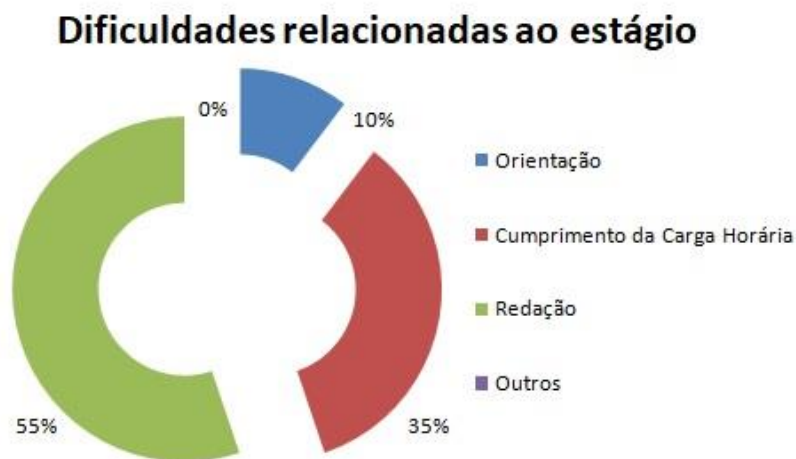
Cabe destacar que, dentre as opções apresentadas no formulário, cada estudante podia escolher apenas uma, ou seja, aquela que mais correspondia ao motivo de cada um (a). Apesar disso, pontuamos que, quando da apresentação das respostas ao formulário, todos (as) os (as) estudantes evadidos (as) manifestaram interesse (e, portanto, ficaram, inicialmente, em dúvida acerca de qual opção marcariam) em marcar mais de uma opção.

Nesse ínterim, ressaltamos que, se fosse possível marcar mais de uma opção, todos (as) os (as) estudantes evadidos (as), possivelmente, teriam também optado por marcar a alternativa de “dificuldades relacionadas ao estágio” como motivo para a não finalização do curso.

Na tentativa de desdobrar os resultados apresentados no gráfico 1,

buscamos identificar que dificuldades seriam essas enfrentadas pelos (as) estudantes evadidos (as), conforme constam no gráfico 2.

**Gráfico 2 – Dificuldades relacionadas ao estágio curricular**



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Percebemos, de acordo com o gráfico 2, que nenhum dos (as) respondentes manifestou uma nova dificuldade além das que foram apresentadas como possibilidades de escolha para os (as) estudantes. Apesar de a dificuldade “cumprimento da carga horária” ter apresentado um percentual elevado (35%), a maioria dos (as) respondentes (55%) destacou que a maior dificuldade foi a “redação”. Os 10% restantes dos (as) respondentes destacaram que a maior dificuldade foi a “orientação”.

No que se refere ao resultado relativo ao “cumprimento da carga horária”, podemos considerar que o principal fator para esse percentual deve-se ao fato de que grande parte, se não a integralidade, das pessoas que fazem parte dessa modalidade de ensino já são mães ou pais de família e, portanto, acabam precisando conciliar os estudos com o trabalho, o que não é uma tarefa fácil. Assim, os (as) estudantes acabam optando, não raramente, pelo trabalho, uma vez que precisam garantir o sustento de suas famílias.

Nessa perspectiva, o (a) respondente “Concludente 17” enfatizou:

Nem sempre eu conseguia cumprir os dias certinho de ir no estágio, porque eu precisava trabalhar. Não podia deixar de trabalhar. Terminar o curso era uma prioridade que eu tinha, mas acima do curso tinha meus filhos, minha família. Eu tinha que trabalhar para

colocar comida dentro de casa. Aí com o tempo, acabei me perdendo no estágio (Concludente 17).

Com relação aos 10% que pontuaram a “orientação” como principal dificuldade relacionada ao estágio, percebemos e identificamos, durante os diálogos estabelecidos quando da coleta de dados, que alguns (mas) respondentes apresentavam queixas em relação às escassas orientações que eram repassadas pelos (as) docentes que atuavam como orientadores (as).

As queixas eram maiores, inclusive, pela falta de experiência dos (as) estudantes referente à elaboração do relatório do estágio propriamente dito. Apesar de terem realizado componentes curriculares ao longo do curso que poderiam colaborar com esse processo de escrita (metodologia científica, por exemplo), de sistematização do estágio realizado, ainda assim os (as) estudantes apresentavam muitas dificuldades que, em grande medida, não eram minimizadas pelos (as) orientadores (as).

Acerca destas percepções, os (as) respondentes “Concludentes” 4 e 9 e “EC” 1 pontuaram:

Às vezes eu tinha impressão que o professor achava que eu sabia de tudo já e eu ficava até com vergonha de perguntar algo. Ele me ajudava muito, mas tinha coisas que eu não sabia fazer e eu senti um pouco até de falta de empatia (Concludente 4).

Escrever nem era o problema pra mim. O problema era escrever numa linguagem mais técnica, com aquelas normas e tudo mais. A gente teve uma disciplina, se não me engano, mas ela foi muito rápida. Não dá pra aprender tão rápido e também sem praticar. Quando chegou a hora de escrever, eu não conseguia avançar e ainda tinha uma pressão pra entregar o relatório (Concludente 9).

Eu me lembro de ter feito um componente de metodologia. Me ajudou bastante, mas quando eu tinha que escrever, mesmo tendo tudo na mente, eu não conseguia colocar no papel. E chegou um momento que eu também desisti de perguntar da professora porque ela sempre estava ocupada (EC 1).

É oportuno mencionar que essas falas não só justificam o resultado obtido, voltado para a indicação da “orientação” como, para estes (as) estudantes, a maior dificuldade relacionada ao estágio, como também traz outros elementos que perpassam por essa dificuldade como, por exemplo, a própria carga horária docente efetivamente direcionada para a realização das orientações dos estágios curriculares – fato este que, inclusive, pode contribuir

para o desinteresse dos (as) docentes em atuar como orientadores (as).

Ademais, pontuamos que apesar do resultado ter sido de 10% para a “orientação” como principal dificuldade relacionada ao estágio, estes (as) respondentes não foram os (as) únicos (as) que fizeram referência a essa situação, mas como cada estudante só podia fazer uma escolha, prevaleceram, nos resultados do gráfico em questão, as outras opções disponíveis.

Quanto aos 55% dos (as) respondentes que destacaram que a maior dificuldade relacionada ao estágio foi a “redação”, ressaltamos que esse resultado corrobora com a fala do (a) respondente “Concludente 7” apresentada anteriormente, como também vai ao encontro de outras falas mencionadas por outros (as) participantes do estudo. Por outro lado, conforme já pontuado, esse resultado é um tanto contraditório quando se observa, por meio da figura 8, que o “relatório de atividades profissionais” foi a segunda alternativa que recebeu mais citações, dentre as possibilidades de outras avaliações para fins de integralização do curso.

No subtópico seguinte, apresentamos os resultados das entrevistas realizadas com os demais atores que participaram da pesquisa (docentes, técnicos-administrativos e gestores), bem como os resultados obtidos junto aos (as) estudantes evadidos (as), quando da aplicação dos formulários, especificamente referente à pergunta aberta e, inclusive, aos desdobramentos decorrentes das respostas que deram para as perguntas fechadas que o formulário possuía, conforme tabela 2.

#### **4.3. Das Unidades de Registro à Definição de Categorias: O que nos dizem os dados?**

Nesta etapa, a análise dos dados coletados tomou por base o aporte teórico definido na pesquisa e também o arcabouço analítico amparado em Bardin (2016). Para tanto, realizamos, inicialmente, a definição das unidades de registros, considerando as narrativas apresentadas pelos (as) participantes do estudo, obtidas por meio das transcrições das entrevistas realizadas.

De forma específica, pontuamos que não foram consideradas no trabalho escrito (dissertação) todas as respostas dadas pelos (as) entrevistados (as), em função do volume de informações e a repetitividade de algumas

respostas. Dessa forma, no quadro 5, sistematizamos para cada pergunta realizada, pelo menos, duas respostas que foram apresentadas pelos (as) entrevistados (as).

Acerca dessas narrativas, faz-se necessário destacar que o processo de transcrição das entrevistas, bem como das respostas para a pergunta aberta do formulário aplicado junto aos (as) estudantes evadidos (as) e dos desdobramentos decorrentes dos diálogos estabelecidos quando das respostas apresentadas para as perguntas fechadas, não se resume simplesmente a um texto transcrito, mas se configura como um documento no qual se respeitou vários elementos importantes, a saber: a) a originalidade das falas; b) a idoneidade dos (as) pesquisados (as); c) os princípios éticos; d) a veracidade dos fatos; e e) as informações obtidas durante a pesquisa de campo (Franco, 2018).

Nesse sentido, no quadro 5, temos as unidades de registro definidas a partir de trechos de falas obtidas dos (as) participantes do estudo, quando da realização das entrevistas<sup>23</sup> – pontuamos que as narrativas e os comentários obtidos por meio dos diálogos estabelecidos quando da aplicação dos formulários junto aos (as) estudantes foram considerados, quando julgamos pertinentes, ao longo das reflexões realizadas.

---

<sup>23</sup> Destacamos que as perguntas apresentadas no quadro 5 se referem ao Apêndice C, ou seja, do roteiro de entrevista junto aos (as) docentes. Porém, como as perguntas para os outros atores da pesquisa (técnicos-administrativos e gestores) eram praticamente as mesmas, mudando basicamente a referência ao ator envolvido no processo formativo, a coluna referente aos “trechos das respostas” traz trechos das narrativas, ou seja, das falas dos diferentes atores entrevistados. É oportuno mencionar, ainda, que não apresentamos no quadro em questão trechos de todos (as) os (as) entrevistados (as), mas alguns que acreditamos contribuir para o alcance dos objetivos definidos no estudo, sobretudo buscando contemplar a diversidade de atores e, também, todas as perguntas do roteiro.

Quadro 5 – Unidades de Registro

Pergunta	Trechos das Respostas	Unidades de Registro (Temas Amplos)
<p>Você atuou no curso técnico em Serviços Públicos subsequente, mas chegou a atuar diretamente no processo de avaliação referente ao estágio curricular para a integralização do curso?</p>	<p>“Eu atuei no curso técnico tanto como professor, trabalhando com alguns componentes curriculares, quanto como orientador, sendo avaliador de alguns relatórios dos estágios realizados pelos alunos” (Docente 6).</p> <p>“Sim. Atuei no assessoramento pedagógico desde o planejamento do curso até a oferta, por meio da seleção de estudantes e, ainda, no assessoramento pedagógico aos docentes acerca do planejamento de ensino e aos estudantes no que se refere à permanência e êxito escolar” (TA 2).</p>	<p>Atuação de diferentes atores no processo de formação dos estudantes, com foco na etapa do estágio curricular</p>
Pergunta	Trechos das Respostas	Unidades de Registro (Temas Amplos)
<p>Como você avalia a (s) forma (s) como os (as) estudantes são avaliados (as) com vistas à realização do estágio curricular para a integralização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente?</p>	<p>“Considerando a relação entre os conhecimentos teóricos obtidos no curso e a relação desses saberes ao exercício da prática profissional supervisionada, com foco na realização do estágio curricular, penso que a proposta era viável, uma vez que o aluno tinha que fazer o estágio e depois entregar um relatório sobre o que realizou” (Docente 1).</p> <p>“A proposta de submissão do relatório à avaliação de uma banca era uma estratégia interessante. Entretanto, conhecendo que é nessa fase do estágio que alguns estudantes se evadem do curso, hoje, entendo que essa estratégia pedagógica poderia ser mais flexibilizada / diversificada” (TA 3).</p>	<p>Integração entre teoria e prática</p>

<b>Pergunta</b>	<b>Trechos das Respostas</b>	<b>Unidades de Registro (Temas Amplos)</b>
Caso tenha atuado no processo de avaliação referente ao estágio curricular para a integralização do curso, você conhece os documentos que nortearam o processo de avaliação referente à finalização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente?	<p>“De forma geral, sim, pois as diretrizes para o cumprimento do estágio curricular são elementos integrantes do Projeto Pedagógico do Curso, sendo essa atividade um requisito para a conclusão do curso” (Docente 4).</p> <p>“Não conheço a fundo, pois sempre buscava as orientações necessárias à avaliação diretamente com a coordenação do curso” (Docente 3).</p>	Normatização do estágio curricular
<b>Pergunta</b>	<b>Trechos das Respostas</b>	<b>Unidades de Registro (Temas Amplos)</b>
Caso você conheça tais documentos, o que você pensa a respeito deles, sobretudo considerando o processo de avaliação?	<p>“São necessários e importantes para garantir um adequado fluxo do processo, não só da avaliação, mas também da própria realização do estágio curricular” (TA 1).</p> <p>“Basicamente apresentavam os roteiros, os critérios, que deveriam ser considerados para validar o relatório de estágio apresentado pelos alunos” (Docente 2).</p>	Estabelecimento de fluxos para o cumprimento do estágio curricular
<b>Pergunta</b>	<b>Trechos das Respostas</b>	Estabelecimento de fluxos para o cumprimento do estágio curricular
Caso você não conheça tais documentos, como você atuou frente ao processo de avaliação referente ao estágio curricular para integralização do curso?	<p>“Eu não conhecia os documentos em detalhes; esses documentos gerais que normatizavam a questão do estágio. Mas, os documentos específicos relacionados ao processo de avaliação do estágio, do relatório, eu tinha conhecimento” (Docente 3).</p> <p>“Apesar de não ter domínio no sentido de conhecer todos os documentos sobre o estágio</p>	

	curricular, eu tinha conhecimento das fichas avaliativas. Era praticamente um check-list onde para cada item a gente atribuía uma nota, considerando no final da avaliação o aluno como aprovado ou reprovado, mas raramente ele era reprovado” (Docente 5).	
<b>Pergunta</b>	<b>Trechos das Respostas</b>	
Considerando os documentos que nortearam o processo de avaliação referente à finalização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, você acredita que as condições existentes (formas de avaliação) foram viáveis e adequadas para atender ao público do curso?	<p>“Acredito que sim, pois a definição do campo de estágio em geral era definida em conjunto, considerando a possibilidade de deslocamento do estudante ao local de estágio, considerando que o público do subsequente é de trabalhadores. As orientações ficavam a cargo do coordenador de curso e do orientador de estágio. A visita pelo orientador ao campo de estágio era realizada a critério do docente. E quanto havia necessidade, a mudança de campo de estágio e a prorrogação dos prazos eram concedidos dentro do previsto do projeto pedagógico do curso” (TA 2).</p> <p>“Apesar de existir alguns problemas, penso que as condições eram adequadas, mesmo porque esse processo do estágio envolvia a própria instituição e outras instituições e, até mesmo, empresas que se disponibilizavam como espaços para a realização do estágio curricular” (Docente 5).</p>	
<b>Pergunta</b>	<b>Trechos das Respostas</b>	<b>Unidades de Registro (Temas Amplos)</b>
Você acredita que existe (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com	<p>“Sim. Não vejo que só a realização do estágio e a entrega do relatório sejam formas de avaliação” (Docente 1).</p> <p>“Como a instituição trabalha com ensino, pesquisa e extensão, acredito que é possível</p>	<p>Possibilidades diversas de avaliação do estágio curricular</p> <p>.</p>

vistas à finalização do curso técnico para além das possibilidades que constam nos documentos norteadores?	pensar outras formas de avaliar os alunos, ainda que o estágio curricular tivesse sido considerado como a principal forma, mas não deveria ser a exclusiva, pois assim teríamos condições de ampliar as possibilidades de conclusão do curso” (Gestor (a) 2).	
<b>Pergunta</b>	<b>Trechos das Respostas</b>	
Caso você acredite que existe (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico, que (quais) possibilidade (s) pode mencionar?	<p>“Penso que algumas possibilidades são: o aproveitamento da participação dos estudantes em eventos, a realização de projetos de pesquisa e de extensão, as atividades de monitoria e de trabalhos voluntários” (TA 4).</p> <p>“As atividades de pesquisa e de extensão, por exemplo, poderiam ter sido consideradas para fins de finalização do curso dos alunos, inclusive como forma de estimulá-los a participar dessas atividades” (Docente 6).</p>	
<b>Pergunta</b>	<b>Trechos das Respostas</b>	<b>Unidades de Registro (Temas Amplos)</b>
Considerando o estágio curricular, observou dificuldades por parte dos (as) estudantes evadidos (as) no que se refere a esta etapa para a finalização do curso? Em caso positivo, que (quais) dificuldade (s)?	“As dificuldades existiam. Na sua maioria, os estudantes eram trabalhadores, com dificuldades em conciliar o horário do estágio com as outras demandas. Cabe destacar que se não fosse previsto no Projeto Pedagógico do Curso, o estágio não seria obrigatório, pois apesar de ser um curso de EPT e do estágio ser um mecanismo importante de promover a experiência profissional, existem várias outras possibilidades pedagógicas de exercício da prática profissional que promove essa vivência aos estudantes (TA 4)”.	Dificuldades no percurso formativo, com foco no cumprimento do estágio curricular .

	<p>“Existiam várias dificuldades, mas uma das principais era a necessidade dos alunos ter que conciliar o trabalho com o estudo” (Gestor (a) 1).</p>	
<b>Pergunta</b>	<b>Trechos das Respostas</b>	
<p>Você acredita que as dificuldades observadas podem ser resolvidas? Em caso positivo, de que maneira?</p>	<p>“Oportunizando outras formas de avaliação seria possível resolver as dificuldades dos alunos, pelo menos de alguns” (Docente 2).</p> <p>“Como a principal dificuldade, em minha opinião, era a questão do trabalho, porque muitos alunos precisavam trabalhar e conciliar o trabalho com o estudo, acredito que se tivéssemos adotado outras estratégias os alunos teriam as dificuldades minimizadas” (Gestor (a) 1).</p>	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Conforme pode ser observado no quadro 5, a partir das perguntas realizadas no roteiro das entrevistas junto aos (as) docentes, técnicos-administrativos e gestores (as) participantes do estudo, bem como, de forma específica, considerando trechos de suas falas/respostas para as perguntas, foi possível definir 06 (seis) unidades de registro, a saber: 1) Atuação de diferentes atores no processo de formação dos (as) estudantes, com foco na etapa do estágio curricular; 2) Integração entre teoria e prática; 3) Normatização do estágio curricular; 4) Estabelecimento de fluxos para o cumprimento do estágio curricular; 5) Possibilidades diversas de avaliação do estágio curricular; e 6) Dificuldades no percurso formativo, com foco no cumprimento do estágio curricular.

Essas unidades de registro dialogam com algumas das reflexões já apresentadas no subtópico anterior em relação aos resultados obtidos juntos aos (as) estudantes por meio da aplicação dos formulários. Nesse sentido, por exemplo, em relação às dificuldades no percurso formativo, pontuamos que a necessidade de os (as) estudantes terem que conciliar o trabalho com os estudos também foi um aspecto pontuado quando da realização das entrevistas. Esse aspecto, característico dessa modalidade de ensino, reforça a necessidade de se pensar estratégias flexíveis para possibilitar a conclusão do processo formativo, conforme foi ressaltado por TA 3.

É importante ressaltar que essa flexibilidade destacada por TA 3 e, pelo que observamos nos resultados, algo que era desejado pelos (as) estudantes, não só é/era possível, como também potencializado em função da diversidade de atores envolvidos no processo formativo, o que poderia contribuir para maiores reflexões acerca dos procedimentos relacionados ao cumprimento do estágio curricular, desde de sua concepção, por meio do estabelecimento dos fluxos necessários, até ao próprio processo de avaliação deste percurso.

Convém destacar que os (as) estudantes, quando da apresentação de outras possibilidades de avaliação em relação ao estágio curricular, não ampliaram essas possibilidades, considerando, nesse caso, o tripé institucional (ensino – pesquisa – extensão), como sugerido, por exemplo, por TA 4 e Docente 6. Porém, essa ampliação pode não ter sido realizada, não necessariamente porque o (a) estudante não tenha pensado nessas possibilidades, mas, certamente, na ocasião em que os processos estavam acontecendo, pode ocorrer de nunca se ter pensado ou dialogado, inclusive com os (as) estudantes, sobre essas outras possibilidades.

Assim, na perspectiva destes (as), podemos levar em conta que imaginavam que tais processos não poderiam ser complementares, ou seja, cada processo deveria acontecer separadamente.

Partindo dessas reflexões iniciais acerca das unidades de registro, em diálogo com os resultados obtidos junto aos (as) estudantes, e levando em conta o aporte teórico adotado no estudo seguimos para a categorização. Para tanto, consideramos os objetivos do estudo e, especificamente, a exploração do material coletado na pesquisa, à luz de Bardin (2016), buscando, inclusive, promover a triangulação dos nossos dados. Porém, reconhecemos que, nesse processo, temos um enorme desafio em inferir não só naquilo que se apresenta no campo objetivo, mas, principalmente, em relação aquilo que está (ou pode está) no campo simbólico.

Dessa forma, no quadro 6, apresentamos 8 (oito) categorias a partir dos 6 (seis) grandes temas (unidades de registro definidas) definidos no quadro 5. Tais categorias tentam refletir aquilo que se desprendia, de forma mais efetiva, das entrevistas realizadas.

Quadro 6 – Definição das Categorias

<b>Grandes Temas / Unidades de Registro</b>	<b>Categorias</b>
Atuação de diferentes atores no processo de formação dos estudantes, com foco na etapa do estágio curricular	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formação diversificada do (a) estudante, por meio das contribuições de diferentes atores;</li> <li>2. Aporte teórico complementando a prática profissional;</li> <li>3. Retroalimentação dos conteúdos mobilizados, por meio da prática do estágio curricular;</li> <li>4. Flexibilização das normas internas acerca do estágio curricular;</li> <li>5. Ampliação das possibilidades de cumprimento do estágio curricular enquanto requisito para finalização do curso;</li> <li>6. Definição de fluxos claros e compatíveis com a realidade do público atendido;</li> <li>7. Diversificação dos instrumentos avaliativos em relação ao estágio curricular;</li> <li>8. Estratégias de enfrentamento das dificuldades no percurso formativo.</li> </ol>
<b>Grandes Temas / Unidades de Registro</b>	
Integração entre teoria e prática	
<b>Grandes Temas / Unidades de Registro</b>	
Normatização do estágio curricular	
<b>Grandes Temas / Unidades de Registro</b>	
Estabelecimento de fluxos para o cumprimento do estágio curricular	
<b>Grandes Temas / Unidades de Registro</b>	
Possibilidades diversas de avaliação do estágio curricular	
<b>Grandes Temas / Unidades de Registro</b>	
Dificuldades no percurso formativo, com foco no cumprimento do estágio curricular	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Essas categorias, à luz dos objetivos definidos no estudo, nos mostram, por exemplo, que a instituição quando da realização do processo do estágio curricular, ainda que tenha ofertado condições viáveis e adequadas para a sua realização, não apresentava alternativas diversas para possibilitar a conclusão da etapa formativa, o que pode ter contribuído para o índice de evasão do curso e, conseqüentemente, por gerar a demanda social existente.

Em que pese o fato de que o percurso formativo a época foi pensando na perspectiva de atender os dispositivos legais, inclusive os documentos internos que normatizam o estágio curricular, julgamos ser oportuno refletir sobre esse percurso, não só pensando na “necessidade” de atender aos dispositivos, mas, principalmente, considerando o público para o qual aquele requisito está sendo pensando, pois, conforme pontuado por alguns (mas) participantes da pesquisa, ainda que em outro contexto, seria possível desenvolver ou utilizar outras estratégias (para a realização do estágio curricular e/ou para o processo de avaliação deste) no sentido de garantir a formação profissional dos (as) estudantes, por meio da integração entre a teoria e a prática.

Ademais, acreditamos que esse olhar sensível da instituição para o público que está sendo atendido pode se configurar como um elemento fundamental para auxiliar no processo de superação das dificuldades que surgem ao longo do percurso. Afinal, notadamente, o público em questão apresentava (e apresenta), para além das dificuldades específicas atreladas ao cumprimento do estágio curricular (no caso dos procedimentos necessários após o cumprimento da carga horária – elaboração do relatório), a necessidade de conciliar o trabalho e o estudo como principal desafio.

Nesse sentido, certamente ter esse apoio institucional, que inclusive pode acontecer de diferentes maneiras, seria um fator a mais que poderia contribuir para a permanência do (a) estudante e, conseqüentemente, para a sua conclusão do estágio curricular e do percurso formativo como um todo. Essa percepção de apoio institucional, inclusive, vai ao encontro do que Silva (2024, p. 102) pontua, quando aborda sobre o impacto do auxílio do benefício creche na formação omnilateral: “[...] é fundamental reconhecer que a permanência dos alunos na escola está diretamente ligada ao apoio que recebem tanto dentro quanto fora do ambiente escolar”.

Adicionalmente as perguntas dos roteiros que foram utilizados durante a

realização das entrevistas, considerando os novos questionamentos que surgiram quando da primeira imersão no campo da pesquisa (acerca da extinção do curso técnico), realizamos uma pergunta específica a essa situação aos (as) entrevistados (as), a saber: “Atualmente, o curso em questão não mais existe no *Campus*. O que podes abordar acerca das razões que levaram a extinção do curso?”.

Para essa pergunta, obtivemos como respostas:

Acredito que ainda há público para o curso em questão, pois a vocação da capital em especial é para administração pública. Entretanto, não consigo aprofundar nos elementos que levaram ao cancelamento da oferta, pois não tive acesso ao estudo realizado. Há uma grande possibilidade dos índices de evasão ter impacto nessa decisão, provavelmente pelas condições de estágio, inclusive no turno noturno (TA 2).

Houve um estudo, alinhado ao PDI da instituição, buscando identificar outras possibilidades de oferta no *Campus*, de acordo com o nosso eixo tecnológico. Assim, com esse estudo, foi identificado que o curso de Serviços Públicos não seria mais tão atrativo, pois outras possibilidades foram indicadas (Gestor (a) 1).

Eu sempre achei que o curso iria durar por muito tempo, pois o estado tem essa vocação para a administração, em especial a administração pública. Mas, penso que o principal fator que contribuiu para a extinção foi a evasão, pois muitos alunos ficaram pendentes no percurso (Docente 6).

Esses comentários mencionados pelos atores participantes da pesquisa denotam não só a relevância do estudo ora desenvolvido, sob diversas perspectivas, mas também traz um elemento importante que merece ser destacado que é o fato de que ao invés de buscar desenvolver alternativas para reduzir os índices de evasão identificados no curso, sobretudo buscando realizar, por exemplo, um panorama acerca dos gargalos que contribuía para essa evasão, ao que parece, a estratégia adotada, à luz da necessidade de atender a um dispositivo legal institucional (PDI), na perspectiva de garantir a ampliação do *Campus* – nesse caso sob a ótica de oferta de novos cursos, aparentemente em detrimento de outros – foi “simplesmente” fechar o curso.

Com isso, como já pontuamos desde a introdução deste trabalho, muitos (as) estudantes ficaram pelo caminho, na condição de evadidos (as), pois eles (as) não viam outras possibilidades de superar as dificuldades que foram surgindo ao longo do percurso formativo. No caso específico da dificuldade ser o estágio curricular, o (a) estudante, portanto, passava por todo o percurso, mas na etapa final deste se sentia, por exemplo, em que pese às particularidades, desmotivado (a), sem capacidade e

sem apoio.

Realizada a apresentação e a discussão dos resultados da pesquisa, a seguir trataremos acerca do produto educacional concebido e elaborado como desdobramento do estudo realizado. Para tanto, é oportuno mencionar que quando da realização das entrevistas também realizamos uma pergunta específica relacionada à perspectiva de “resgate” dos (as) estudantes que se encontram na condição de evadidos (as), inclusive no sentido de dar um “gancho” para o próximo capítulo (Produto Educacional).

Assim, a pergunta específica realizada foi: “Existe uma demanda expressiva de estudantes evadidos (as), que ficaram pendentes apenas no estágio curricular. Acredita que eles (as) podem ser resgatados (as)? Em caso positivo, de que maneira poderia acontecer esse resgate?”. Para essa pergunta algumas das respostas recebidas foram:

Penso que esse resgate pode ocorrer por meio de um edital de chamamento que considere essa particularidade e o investimento público já realizado, em que o estudante reingressasse e pudesse ter a conclusão do curso viabilizada por meio da atualização de seus conhecimentos (TA 1).

Acredito que a instituição poderia pensar em estratégias para trazer esses alunos de volta, inclusive porque alguns praticamente finalizaram o curso, faltando só concluir o estágio; para alguns inclusive só faltou a entrega do relatório final (Docente 1).

A melhor alternativa, depois de fazer um mapeamento desses estudantes, acredito que seria a inclusão destes nos cursos atualmente ofertados pela instituição (Gestor (a) 1).

Ressaltamos que essas respostas, além de irem ao encontro do produto educacional concebido e elaborado, como veremos a seguir, refletem, principalmente, um movimento de reflexão acerca dessa demanda social existente que, portanto, precisa de estratégias para que seja resgatada, especialmente com base no que foi mencionado por TA 1 em relação à particularidade do público e também ao próprio investimento que foi realizado junto à esses (as) estudantes durante o percurso formativo.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo abordaremos acerca do produto educacional que foi elaborado, visando responder ao fenômeno de investigação, especificamente, na busca por resolver ou atenuar o problema dialogado ao longo da pesquisa, ou seja, a evasão. Para tanto, consideramos alguns aspectos conceituais acerca do produto para, em seguida, tratar da descrição do produto, do seu objetivo, do formato, do conteúdo, da aplicação deste e, ainda, do processo de avaliação do produto elaborado.

### 5.1. Aspectos Conceituais e Concepção do Produto Educacional

Uma das produções resultantes da realização do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) refere-se ao produto educacional que, no processo de elaboração da dissertação, representa a materialização do estudo que foi realizado. Reflete-se, portanto, em linhas gerais, no produto final<sup>24</sup> do estudo desenvolvido, representando, em muitos dos casos, uma solução possível relacionada ao fenômeno investigado, ou seja, ao problema estudado. Ratificando a ideia de solução possível, Farias e Mendonça (2019, p. 18) ressaltam que, referente ao produto educacional, “todo o processo e o produto devem atender as necessidades do público-alvo e mitigar um problema”.

A necessidade de elaboração de um produto educacional no mestrado profissional se justifica porque, nesses programas, a investigação representa apenas uma das etapas do processo, porém não a finalização deste. Dessa forma, há, no mestrado profissional, um foco interventivo-investigativo, uma vez que se faz necessário intervir na realidade, buscando, por meio dessa intervenção, solucionar / trazer alternativas de solução para o problema / fenômeno investigado. Em outras palavras, deve-se ter em mente o para quê o produto educacional está sendo desenvolvido (Farias; Mendonça, 2019).

Assim, destacamos que, paralelamente a elaboração desta dissertação, refletimos também sobre o nosso produto educacional, sobretudo com vistas a, por meio das discussões e das reflexões realizadas, buscar garantir uma adequada

---

<sup>24</sup> Não como algo, necessariamente, finalístico, mas final aqui sendo compreendido como apresentação concreta, materializada, ainda que seja algo de natureza intangível, como, por exemplo, a realização de um evento.

conexão entre a dissertação desenvolvida e o produto educacional gerado e, principalmente, promover alternativa (s) viável (is) na resolução do problema que se definiu como fenômeno de investigação.

Nesse sentido, é importante mencionar que o produto educacional proposto foi se consolidando, de forma efetiva, na medida em que o estudo foi sendo realizado, pois o campo de investigação, especialmente quando da realização da coleta de dados, promoveu um direcionamento frente às necessidades do público-alvo da pesquisa, a partir das diferentes percepções e olhares dos atores envolvidos no processo.

No que se refere à definição de produto educacional, Gonçalves *et al.* (2019, p. 77) ressaltam que “os produtos educacionais segundo a CAPES podem ser caracterizados como processos ou produtos educativos utilizados e utilizáveis em condições reais de ensino, como protótipo ou de cunho artesanal”.

A partir dessas considerações, este estudo apresenta, no que se refere à elaboração do produto educacional, a produção de um manual que denominamos, em um primeiro momento, de **“Manual de Alternativas para Atendimento de Estudantes Evadidos do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos do IFRR / Campus Boa Vista Zona Oeste”**.

A ideia, durante a elaboração do manual, foi se consolidando por meio das diferentes percepções e sugestões dos atores envolvidos na pesquisa, conforme pôde ser observado quando da leitura do capítulo referente aos aspectos metodológicos deste estudo. Ademais, ratificando a importância da interação entre os diferentes atores no processo educacional, Pacheco (2010, p. 9) ressalta:

[...] todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários etc. são todos trabalhadores em educação e suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa.

Corroborando com Pacheco (2010), Cruz Sobrinho e Bonilha (2021), desenvolveram um estudo com reflexões acerca da permanência e do êxito nos IFs e apresentaram algumas sugestões para a realização de novas pesquisas relacionadas à temática. Como uma dessas sugestões, os autores mencionam a necessidade do “envolvimento ativo e efetivo de todos os profissionais da educação que atuam nos IFs. Cada um deve assumir a sua responsabilidade profissional e

exigir que o outro também faça o que lhe compete” (Cruz Sobrinho; Bonilha, 2021, p. 192).

Farias e Mendonça (2019) também pontuam acerca da importância de se considerar diferentes atores quando da elaboração do produto educacional ao longo do estudo desenvolvido. Para as autoras, deve ser considerado no processo, por exemplo, o orientador, o público-alvo, a própria banca de qualificação, assim como todas as pessoas que possam, de alguma maneira, contribuir na construção do produto.

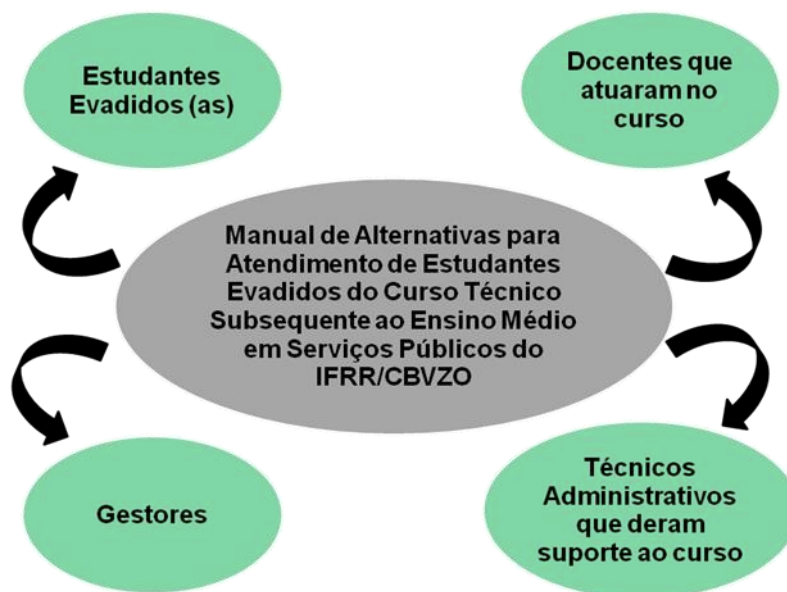
Além disso, ressaltamos que para a definição desse produto educacional, consideramos, além de nossa percepção prática enquanto docente do IFRR/CBVZO e, mais especificamente, do curso técnico subsequente ao ensino médio em questão, as leituras realizadas durante a preparação da fundamentação teórica do estudo.

Dessa forma, pontuamos a necessidade de se pensar ações práticas voltadas para o enfrentamento da evasão escolar, sobretudo com foco em possibilitar a esses (as) estudantes (as) evadidos (as), se não a finalização do curso, pelo menos, a viabilização de alternativas que se configurem no atendimento da demanda social que foi gerada em função da não finalização destes (as) no tempo regular do curso, especificamente em virtude do estágio curricular.

Nesse sentido, Figueiredo e Salles (2017), desenvolvendo um estudo sobre a educação profissional e a evasão escolar, destacam que os resultados da pesquisa, que corroboram resultados de outras pesquisas já desenvolvidas sobre a temática, “[...] têm revelado a insuficiência de esforços, oriundos das mais diversas esferas de atuação, no sentido de pensar projetos e desenvolver ações que favoreçam a permanência dos estudantes nos cursos” (p. 386).

A figura 9 traz uma representação gráfica dos diferentes atores que foram considerados quando das discussões e das reflexões para a elaboração do referido manual, além dos diálogos estabelecidos por meio das orientações realizadas ao longo do estudo, bem como do aporte teórico acessado durante o percurso.

**Figura 9** – Representação gráfica das contribuições para o Manual



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Assim, por meio do manual produzido enquanto desdobramento do presente estudo, ou seja, o produto educacional, apresentamos aos diferentes atores envolvidos, alternativas que podem contribuir, se não para a finalização do curso, pelo menos, para atender a demanda social que foi gerada em função da não finalização dos (as) estudantes no tempo regular do curso, promovendo, dessa forma, a redução ou, até mesmo, a eliminação dos índices de evasão escolar.

Ademais, acerca da utilização do produto educacional gerado ao longo do estudo, Rizzatti *et al.* (2020, p. 2) enfatizam:

Professores e professoras podem reusar (liberdade de usar), revisar (adaptar, modificar, traduzir), remixar (combinar dois ou mais materiais), redistribuir (compartilhar) e reter (ter a própria cópia) os diferentes produtos gerados nos MP de modo crítico, adaptando-os às necessidades de suas diferentes turmas de alunos e devolvendo à sociedade novos PE *num continuum*.

Destacamos também que é necessário ter em mente que o produto educacional precisa ser autônomo, ou seja, quem vai utilizá-lo não precisa, necessariamente, acessar a dissertação para compreender a sua forma de utilização (Farias; Mendonça, 2019).

Em tempo, pontuamos que a indagação central que norteou a obtenção de informações necessárias para se pensar, dialogar e refletir sobre a produção do manual foi: “qual (is) alternativa (s) pode (m) ser pensada (s) para buscar promover,

se não a finalização do curso, pelo menos, a viabilização de alternativas que se configurem no atendimento da demanda social que foi gerada em função da não finalização do percurso formativo dos (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico subsequente em Serviços Públicos do IFRR/CBVZO?”.

Enfatizamos, ainda, que na elaboração do produto educacional, consideramos os encaminhamentos destacados por Kaplún (2003), nos quais o autor ressalta a importância de se levar em conta três eixos principais quando desta elaboração, enfatizando que cada eixo tem um papel específico no que se refere ao processo de desenvolvimento do produto educacional, a saber: 1) o eixo conceitual; 2) o eixo pedagógico; e, 3) o eixo comunicacional.

Apesar da segmentação desses eixos atrelados a uma abordagem mais estruturada do produto desenvolvido, ressaltamos que há (deve haver) um diálogo contínuo entre eles, inclusive por meio de linhas tênues que se tornam, digamos, “mais fortes” ou “mais fracas” a depender do produto que foi concebido.

No que se refere, especificamente, a elaboração do produto educacional, pontuamos que foram sistematizados nessa dissertação os itens: descrição, formato, objetivo, conteúdo, aplicação e avaliação. Mas, em termos de concepção e de etapas a serem seguidas para se chegar ao produto concebido, exploramos as etapas que foram propostas por Farias e Mendonça (2019 apud Rizzatti *et al.*, 2020, p. 8), que, em linhas gerais, são ou refletem, praticamente, os mesmos itens que aqui são descritos, porém com outra nomenclatura.

Acreditamos que tais etapas se configuram em um guia estruturado não só para o desenvolvimento, mas também para o aprimoramento e a avaliação do produto educacional. Ademais, ressaltamos que existem etapas que são, de acordo com as autoras, direcionadas (ou sugeridas) para serem desenvolvidas em outro nível de formação, ou seja, doutorado.

Assim, Farias e Mendonça (2019 apud Rizzatti *et al.*, 2020, p. 8) propõem cinco etapas que devem ser desenvolvidas em nível de mestrado, a saber: 1) a pesquisa; 2) a análise e a síntese; 3) a prototipação do produto; 4) a avaliação do produto; e, 5) a análise dos resultados da aplicação (Figura 10).

**Figura 10** – Representação gráfica das etapas a serem seguidas na elaboração do produto / processo educacional



Fonte: Farias e Mendonça (2019 apud Rizzatti *et al.*, 2020, p. 8).

A seguir, os próximos subtópicos apresentam, de forma específica, os elementos relacionados ao produto educacional resultado do estudo ora desenvolvido, nos quais as etapas que constam na figura 10 são contempladas.

## 5.2. Descrição do Produto Educacional

O produto educacional decorrente da pesquisa realizada consiste em um manual intitulado, inicialmente, de **“Manual de Alternativas para Atendimento de Estudantes Evadidos do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos do IFRR / Campus Boa Vista Zona Oeste”**.

Em outras palavras, tendo em vista o elevado número de estudantes que se encontra na condição de evadidos (as), uma vez que não conseguiram finalizar o

curso objeto deste estudo, elaboramos um manual que traz possibilidades para que tais estudantes possam finalizar o curso técnico ou, pelo menos, aproveitar, de alguma forma, o percurso formativo que fizeram até o momento em que passaram a configurar como estudantes evadidos (as), sobretudo considerando o recorte realizado no estudo, ou seja, estamos focados nos (as) estudantes que não integralizaram o curso por questões atreladas ao não cumprimento do estágio curricular, em que pese às particularidades de cada estudante nesta etapa da formação.

Assim, de posse desse manual, entendemos que a instituição possui uma ferramenta importante para buscar solucionar o elevado índice de evasão nas turmas do curso em questão, sobretudo no recorte realizado no estudo. Ademais, acreditamos que, apesar do recorte direcionado aos (as) estudantes pendentes em virtude do estágio curricular, o produto educacional em questão pode contribuir para “resgatar” também os (as) estudantes evadidos (as) em outras situações como, por exemplo, pendências em outros componentes curriculares previstos no itinerário formativo do curso, podendo ser, inclusive, utilizado para outros cursos, especialmente da mesma modalidade.

Diante disso, destacamos que aqui nos referimos ao eixo conceitual, conforme proposto por Kaplún (2003), especialmente porque, para além das conceituações acerca do produto educacional de maneira geral, apresentadas anteriormente, abordamos a descrição do nosso produto, contemplando a sua delimitação, frente ao estudo que foi desenvolvido.

Destacamos, ainda, que, tendo em vista o produto educacional proposto, é possível refletir acerca dos dois outros eixos retratados por Kaplún (2003), porém optamos por considerá-los em outros subtópicos, acreditando existir uma maior aderência, diante das considerações apresentados pelo autor.

### **5.3. Formato do Produto Educacional**

No que se refere ao formato do produto educacional, o manual foi produzido nas versões impressa e digital, na perspectiva de que o acesso ao manual e, portanto, a sua utilização possa ser ampliada, uma vez que pode ser acessado por meio de diferentes dispositivos (*notebooks, tablets e/ou smartphones*).

É importante mencionar que o produto educacional resultado deste estudo é, de acordo com o Grupo de Trabalho criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim definido:

Conjunto das informações, decisões, normas e regras que se aplica a determinada atividade, que encerra os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício, ou procedimento. Pode ser um guia de instruções que serve para o uso de um dispositivo, para correção de problemas ou para o estabelecimento de procedimentos de trabalho. No formato de compêndio, livro/guia pequeno ou um documento/normativa, impresso ou digital, que estabelece como se deve atuar em certos procedimentos. (Brasil, 2019b, p. 54).

Assim, enfatizamos que o nosso produto vai ao encontro da definição apresentada, não só no que se refere às possibilidades de formato, mas, especialmente, na perspectiva de propor caminhos a serem seguidos, ou seja, indicar procedimentos, à luz da pesquisa que foi realizada.

Ademais, ratificamos que o manual, independente do formato no qual for acessado, em que pese à necessidade de possíveis adaptações, contribui na indicação de possibilidades que podem ser consideradas para solucionar ou, pelo menos, atenuar o objeto de estudo considerado.

Ressaltamos, ainda, que este aspecto do produto educacional dialoga com o eixo pedagógico proposto por Kaplún (2003) – embora iremos considerar tal eixo, de maneira mais específica, no aspecto relacionado ao conteúdo do produto educacional. Porém, cabe destacar que este aspecto está muito atrelado ao eixo comunicacional (Kaplún, 2003), uma vez que este engloba não só elementos visuais, mas também linguísticos.

#### **5.4. Objetivo do Produto Educacional**

O objetivo do produto educacional é apresentar alternativas para que os (as) estudantes evadidos (as) sejam “resgatados” (as), seja por meio de práticas que possibilitem a finalização do curso técnico objeto do estudo desenvolvido, seja por meio da adoção de alguma outra estratégia que os (as) possibilitem, de alguma forma, aproveitar o que já realizaram durante o período em que frequentaram o curso, inclusive justificando o investimento público que já foi direcionado para os percursos formativos destes (as).

### **5.5. Conteúdo do Produto Educacional**

Teoricamente, apresentamos no produto educacional, com base no referencial teórico trabalhado neste estudo, algumas considerações que perpassam pelo diálogo sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e pela permanência e êxito na EPT, buscando enfatizar o hiato existente entre aquilo que se diz e aquilo que se pratica.

De forma específica, à luz do objetivo apresentado no subtópico anterior, pontuamos que, em relação ao conteúdo, o produto educacional em questão disponibiliza informações acerca das possibilidades para que os (as) estudantes evadidos (as) sejam “resgatados” (as), sobretudo na perspectiva de atender a demanda social que foi gerada em função da não finalização destes (as) no tempo regular do curso, especificamente em virtude do não cumprimento do estágio curricular, enquanto etapa/requisito formativa/o.

Assim como no aspecto referente ao “formato” do produto educacional, podemos considerar que este aspecto (conteúdo) dialoga com o eixo pedagógico proposto por Kaplún (2003), sobretudo pelo fato de que este eixo retrata, em linhas gerais, o estabelecimento de uma conexão entre o material que é produzido e os seus destinatários, especialmente na perspectiva de como estes interagem com aquele.

Nesse sentido, o autor, se referindo ao eixo pedagógico, pontua que ele “expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, que pessoas estamos convidando e onde estão essas pessoas antes de partir” (Kaplún, 2003, p. 54).

### **5.6. Aplicação do Produto Educacional**

A aplicação do produto educacional se deu por meio da disponibilização do manual, em via digital, para os envolvidos no seu processo de concepção e de elaboração, ou seja, os diferentes atores que participaram da pesquisa e que, portanto, repassaram informações que, após sistematizadas e analisadas, se constituíram em subsídios para que o produto ora apresentado se efetivasse.

Assim, a aplicação ocorreu mediante a análise destes diferentes atores acerca da aceitabilidade do manual. Porém, como os atores participantes da pesquisa são pertencentes a grupos distintos, essa aceitabilidade foi percebida considerando os elementos destacados no quadro 7.

Quadro 7 – Aceitabilidade do Produto Educacional

<b>Atores</b>	<b>Indicadores relacionados à aceitabilidade do manual</b>
Estudantes Evadidos(as)	Possibilidade de adesão a, pelo menos, uma das alternativas apresentadas no manual
Docentes	Efetividade na resolução / minimização do problema de evasão no curso técnico subsequente objeto do estudo e, conseqüentemente, atendimento da demanda social existente
Técnicos Administrativos	
Gestores	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Dessa forma, a disponibilização do produto educacional se deu com foco em perceber a real utilidade deste sob a ótica de tais atores, com foco nos (as) estudantes evadidos (as). Nesse sentido, o manual em questão foi analisado por: 11 estudantes, 2 docentes, 1 técnico-administrativo e 1 gestor. Pontuamos que o produto em questão foi enviado, digitalmente, para todos os participantes da pesquisa, conforme quadros 2 e 3, porém, considerando o prazo disponibilizado para as devolutivas, tivemos o retorno apenas dos quantitativos mencionados.

A partir desses indicadores foi possível identificar algumas percepções dos (as) estudantes evadidos (as), bem como dos (as) servidores (as) e dos (as) gestores (as). Ressaltamos que essas percepções também se configuram como uma avaliação do manual proposto, o que veremos no próximo subitem.

Antes, porém, destacamos que, para além desse processo de aplicação previsto, sobretudo para fins de atendimento ao prazo existente para finalização do ciclo formativo do mestrado, percebemos uma inclinação da gestão do *Campus* no qual a pesquisa foi desenvolvida, no sentido de, como desdobramento desse produto educacional, colocar em prática o produto, por meio do lançamento de um edital específico de chamamento, com vistas a atender a demanda social existente.

Assim, é possível que o produto educacional em questão apresente desdobramentos futuros, sobretudo levando em conta não só as particularidades do

público que compõe a modalidade, mas também o investimento público que já foi feito junto a esse público (que se encontra na condição de evadido).

### 5.7. Avaliação do Produto Educacional

Assim como o produto educacional foi aplicado ele também, após esse processo, foi avaliado. Para tanto, em linhas gerais, consideramos os mesmos encaminhamentos mencionados no subtópico relacionado à aplicação, pois, a partir dos indicadores apresentados no quadro 7, os diferentes atores que colaboraram na concepção e na elaboração do manual puderam apresentar as suas percepções acerca do produto, sobretudo atrelado ao seu objetivo e efetividade.

De forma específica, os atores participantes da pesquisa, para fins de avaliação, responderam, após analisar o produto educacional, o questionário apresentado no apêndice H, contendo apenas 4 (quatro) perguntas, sendo que a primeira é relacionada à indicação de a qual grupo pertence (estudante, docente, técnico-administrativo ou gestor/a). Os resultados dessa avaliação são apresentados no quadro 8 – no caso dos (as) estudantes.

Quadro 8 – Avaliação do produto educacional

Estudantes Evadidos (as)		
Pergunta	Respostas	
	Sim	Não
A apresentação do manual está clara e objetiva?	11 (100%)	0 (0%)
Pergunta	Respostas	
	Sim	Não
Você acredita que o produto educacional (manual) atende ao objetivo proposto?	11 (100%)	0 (0%)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Em relação a essas duas perguntas do quadro 8, todos os servidores (docentes, técnico-administrativo e gestor) que avaliaram o produto educacional e deram devolutiva, sinalizaram a opção “sim”.

A pergunta acerca do atendimento ao objetivo proposto apresentava um espaço para justificativa da resposta, por meio de um “Por que”. Em relação aos (as)

estudantes, apenas 03 (três) responderam a pergunta. As respostas foram:

Porque atende a demanda (EC 7).

Acredito que vai ajudar os alunos que não conseguiram finalizar o curso (Concludente 10).

Porque apresenta outras possibilidades do aluno retomar os estudos de onde parou (Concludente 17).

Em relação aos servidores, as respostas para essa pergunta foram:

O manual apresenta contribuições para ajudar a instituição, inclusive com práticas que já são comuns, se não aqui, em outras instituições da rede (Gestor (a) 1).

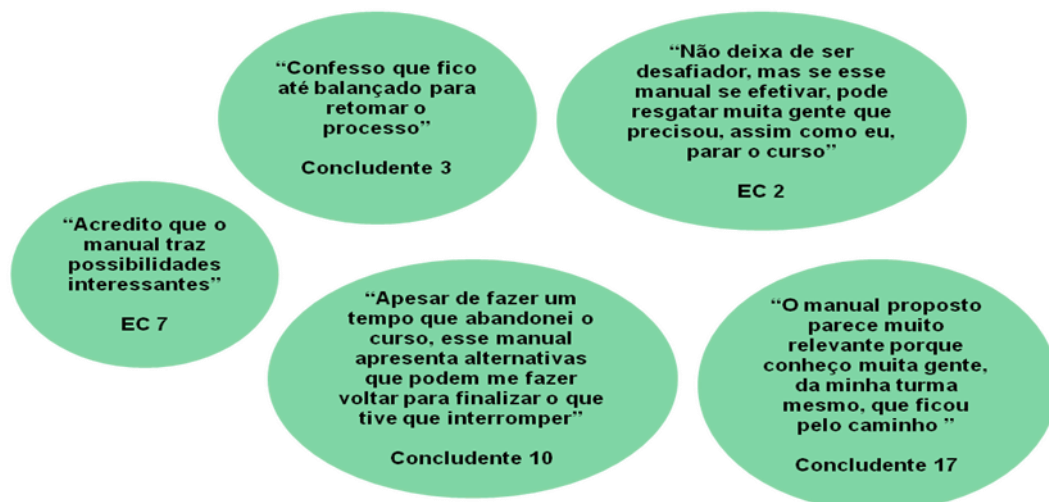
Porque acredito que pode contribuir para resgatar esses alunos evadidos (Docente 1).

O manual, além de trazer sugestões interessantes, pode suscitar um debate necessário, não especificamente sobre o estágio curricular para a modalidade em questão, já que não há mais essa obrigatoriamente, mas discussões sobre a modalidade em si e as suas dificuldades (TA 2).

Penso que o manual proposto pode ajudar na redução dos índices de evasão (Docente 5).

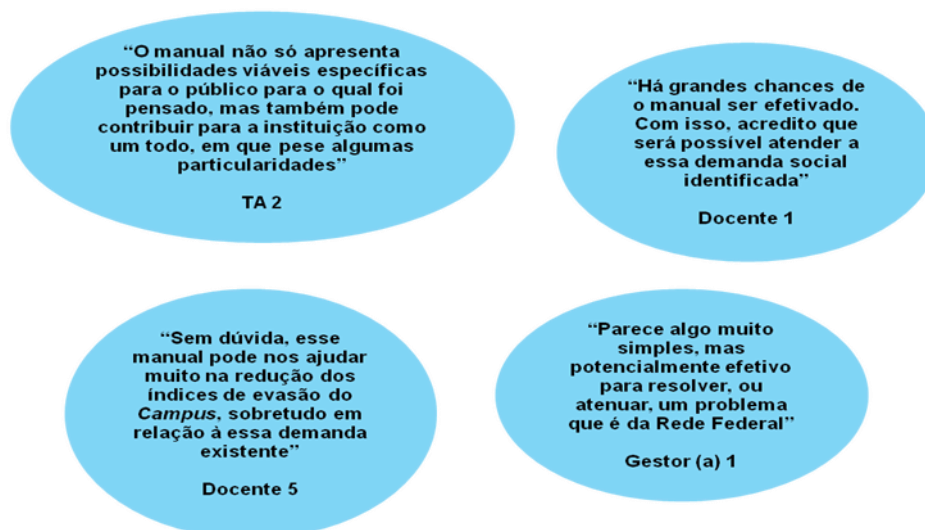
A quarta pergunta do questionário de avaliação do produto educacional era aberta e tinha por objetivo identificar as percepções dos atores sobre o manual, por meio de suas impressões e, inclusive, de sugestões. Nesse sentido, as percepções dos (as) estudantes que responderam a pergunta estão indicadas na figura 11.

**Figura 11 – Percepções dos (as) estudantes evadidos (as) acerca do Manual**



Nessa perspectiva, em relação aos servidores que tiveram acesso ao manual e deram devolutivas, para fins de análise à luz do indicador mencionado no quadro 7, obtivemos as percepções indicadas na figura 12:

**Figura 12 –** Percepções dos (as) servidores (as) acerca do Manual



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Destacamos que essas percepções, tanto dos (as) estudantes quanto dos servidores que deram devolutivas acerca da avaliação do manual proposto, vão ao encontro de algumas considerações apresentadas ao longo do trabalho. Ademais, tais percepções, em nossa análise, sinalizam para um alcance do objetivo proposto não só em relação ao produto educacional, mas dos objetivos definidos no estudo desenvolvido.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência e o êxito dos (as) estudantes são fenômenos amplamente discutidos na área da educação, não só pela relevância da temática, em termos teóricos, mas pelos impactos que o desenvolvimento de ações concretas pode ter frente ao processo de transformação das vidas destes (as) estudantes por meio da educação.

Considerando a relevância do tema, partindo do meu interesse em trabalhar com essa temática e, principalmente, levando-se em conta o conhecimento prático acerca da demanda social existente no *Campus* do IFRR no qual atuo, este estudo foi desenvolvido no sentido de contribuir com esse público que hoje consta nos nossos dados como evadido.

Nessa perspectiva, esta pesquisa teve por objetivo geral “analisar os principais desafios enfrentados pelos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO e as possíveis alternativas e estratégias pedagógicas que podem ser implementadas para possibilitar a conclusão do curso”.

Para tanto, foram definidos como objetivos específicos: a) Conhecer os desafios enfrentados e a percepção dos (as) estudantes em relação a possíveis soluções para finalização do curso; b) Analisar como os (as) estudantes evadidos (as) percebem tais desafios na perspectiva de superá-los, com foco em sua finalização; c) Mapear, à luz da percepção dos (as) estudantes evadidos (as) e dos demais envolvidos com o fenômeno, de que forma (s) poderia ser possibilitada a finalização do curso; e, d) Apresentar como produto educacional um manual com alternativas para o “resgate” dos (as) estudantes evadidos (as).

Assim, após apresentarmos a definição da temática, perpassando pelo problema de pesquisa, que deu origem a este estudo, realizamos uma revisão da literatura, no sentido de dialogar acerca dos fenômenos mencionados no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em diálogo com as suas bases conceituais e com as contribuições de Paulo Freire. Essa revisão nos permitiu ratificar a importância do estudo desenvolvido, o que foi potencializado por meio dos resultados obtidos junto aos atores participantes da pesquisa.

Em termos metodológicos, utilizamos uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza aplicada, exploratória e descritiva, tendo como

procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso, sendo este realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), especificamente no *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) junto ao público da modalidade subsequente, considerando os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em serviços públicos e, ainda, servidores (as) que atuaram junto ao referido curso. No processo de análise dos dados coletados, consideramos a análise de conteúdo (Bardin, 2016), mas também buscamos promover uma triangulação dos dados obtidos.

Em relação aos achados da pesquisa (resultados), em um primeiro momento, fomos surpreendidos com o fato de que o curso não mais existe. A surpresa se deu, especialmente, considerando dois pontos: 1) o fato de por muito tempo a informação de que a instituição / o *Campus* ainda ofertava o curso permanecer no *site* institucional; e 2) a demanda social existente, uma vez que a instituição, de certo modo, acabou deixando esse público desamparado, o que pode denotar não só um “descaso” daquela, no sentido de resgatar esses (as) estudantes, em que pese, obviamente, o interesse destes (as) em retomar ao percurso formativo, mas também um desinteresse em desenvolver estratégias que justifiquem esse resgate, sobretudo considerando o investimento que já foi direcionado para esse público durante o período em que estiveram na instituição.

Foi possível também identificar e refletir acerca dos principais desafios enfrentados pelos (as) estudantes durante o processo formativo, com foco nas dificuldades para a finalização do curso. Nessa perspectiva, inclusive, identificamos, por meio da percepção dos (as) estudantes, possíveis soluções para contribuir com essa finalização, ainda que, em alguns casos, essas soluções indicadas pareçam contraditórias, especialmente em relação ao processo de escrita do relatório referente à realização do estágio curricular.

Percebemos que as dificuldades apresentadas pelos (as) estudantes vão ao encontro dos apontamentos dos (as) servidores (as) participantes da pesquisa, sobretudo no que se refere, por exemplo, à necessidade daqueles terem que conciliar o trabalho com o estudo, o que acabava por deixar o (a) estudante em uma situação em que o estudo ficava sempre em segundo plano. Essa decisão de preferir trabalhar ao invés de dar continuidade ao estudo era potencializada (embora talvez nem fosse necessário tal elemento potencializador) pelas dificuldades que os (as) estudantes apresentavam em relação ao cumprimento dos requisitos da etapa

escolar na qual se encontravam, ou seja, o estágio curricular.

No que refere as outras formas de avaliação em relação ao cumprimento do estágio curricular foi possível identificar alternativas viáveis que tendem a promover a valorização do tripé institucional (ensino – pesquisa – extensão, incluindo-se, atrelados aos três aspectos, a inovação), inclusive como forma de incentivar os (as) estudantes a participarem de diferentes atividades, ações e programas institucionais, o que pode se configurar como estratégias adequadas, sobretudo por despertar nestes (as) uma maior motivação para continuar nos estudos, mesmo com as dificuldades ao longo da jornada.

Quanto às possibilidades / alternativas relacionadas ao “resgate” dos (as) estudantes com vistas, se não a finalização do curso, pelo menos ao aproveitamento do que conseguiram realizar ao longo do percurso formativo, foi possível, por meio dos dados obtidos e dos diálogos estabelecidos, pensar em alternativas que, embora sejam relativamente simples, certamente podem trazer um impacto social muito grande para esse público que não conseguiu finalizar o curso e, portanto, se encontra na condição de evadido. Nesse sentido, como desdobramento do estudo desenvolvido, produzimos um produto educacional denominado, inicialmente, de “Manual de Alternativas para Atendimento de Estudantes Evadidos do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Serviços Públicos do IFRR / *Campus Boa Vista Zona Oeste*”.

Reconhecemos que desenvolver estratégias que possam reduzir, ou atenuar, os índices de evasão, sobretudo no público foco do estudo desenvolvido, é um desafio constante. Dessa forma, de posse do manual proposto, entendemos que a instituição possui uma ferramenta importante para buscar “solucionar” o elevado índice de evasão nas turmas do curso em questão, sobretudo no recorte realizado no estudo, especialmente na perspectiva de atender a demanda social existente.

Ademais, acreditamos que, apesar do recorte direcionado aos (as) estudantes pendentes em virtude do estágio curricular, este produto educacional pode contribuir para “resgatar” também os (as) estudantes evadidos (as) em outras situações como, por exemplo, pendências em outros componentes curriculares previstos no itinerário formativo do curso, podendo ser, inclusive, utilizado para outros cursos, especialmente da mesma modalidade.

Na esperança de que outros estudos sejam desenvolvidos em relação à temática, especificamente atrelados à modalidade subsequente, pontuamos como

limitação da pesquisa: o desafio de olhar para as dificuldades da modalidade, no contexto do *Campus* onde o estudo foi desenvolvido, como apenas um recorte que não pode ser generalizado para todos os cursos da modalidade, ainda que seja possível identificar elementos que, posteriormente, possam contribuir não só para a realização de novas pesquisas, mas também para o aprofundamento da temática.

Assim, entendemos que os objetivos definidos no estudo foram alcançados. Na verdade, acreditamos que eles foram, até mesmo, superados, uma vez que, quando da realização da pesquisa, suscitamos no *Campus* não só o debate acerca da modalidade, mas também o reconhecimento da existência desse público (como se a pesquisa tivesse funcionado como um “pequeno” lembrete) e, a partir desse reconhecimento, o interesse em atender a demanda em questão.

Finalmente, esperamos que outros estudos se interessem pela temática e busquem aprofundar, dentro de cada contexto, os elementos que tendem a contribuir para garantir a permanência dos (as) estudantes na escola e, conseqüentemente, o seu êxito.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, K. R. Permanência e Êxito Escolar nos Institutos Federais. **Ensino em Foco**, Salvador, v. 3, n. 6, p. 106-115, set., 2020.

ANASTASIOU, L. das G. C. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. **In:** Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. ANASTASIOU, L. das G. C. e ALVES, L. P. (Orgs.). 10 ed. Joinville, SC: Editora Univille, 155 p., 2015. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547831/mod\\_resource/content/1/Processos%20de%20Ensinagem.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547831/mod_resource/content/1/Processos%20de%20Ensinagem.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2022.

ARAÚJO, A. S. **Ensino Médio Integrado na modalidade EJA:** Formação discente e o ensino da química. 2021, 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), 2021.

ARAÚJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p 61-80, mai./ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BARDAGI, M.; HUTZ, C. S. Evasão Universitária e Serviços de Apoio ao Estudante: Uma Breve Revisão da Literatura Brasileira. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 279-301, nov., 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <<https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado->

laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BARROS, M. S. F.; VICENTINI, D. A pedagogia socialista como possibilidade de superação da pedagogia toyotista: contribuições do materialismo histórico-dialético. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 1056-1068, 2017.

BASTOS, E. N. M. **Formação Docente: Por uma atuação humanística na educação de jovens e adultos**. 2020, 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Curitiba/PR. Disponível em:

<[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=9086569](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9086569)>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BORGES, M. C.; DALBERIO, O. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 43, v. 5, p. 1-10, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito**. 1909. Brasília, DF. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BRASIL. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, ANDIFES/ ABRUEM/ SESu/ MEC, 1996b, 35 p. Disponível em: <[https://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. **Aprovar as seguintes**

**diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres**

**humanos.** 1996c. Disponível em:

<[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html)>.

Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 1996a. Brasília, DF. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.** 2008. Brasília, DF. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2)>.

Acesso em: 09 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** 2010. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>.

Acesso em 17 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. **Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.** 2012b. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10562-16-04-12-link-leipaulofreire&category\\_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10562-16-04-12-link-leipaulofreire&category_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192)>.

Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.**

2012a. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em:

09 jun. 2022.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** 2012c. Disponível em:

<<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Portaria nº 993, de 07 de outubro de 2013. **Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2013. Brasília, DF.

Disponível em:

<[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PORTARIA\\_N%C2%BA\\_993\\_DE\\_7\\_DE\\_OUTUBRO\\_DE\\_2013\\_DOU-08-10-2013.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PORTARIA_N%C2%BA_993_DE_7_DE_OUTUBRO_DE_2013_DOU-08-10-2013.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BRASIL. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, 2014, 52 p.

Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category\\_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais [...].** 2016. Disponível em:

<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Portaria nº 8, de 28 de maio de 2019. **Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes da Rede Federal e dá outras providências.** MEC/SETEC, 2019a.

Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-8-de-28-de-maio-de-2019-149876333>>. Acesso em 18 ago. 2022.

BRASIL. **Relatório de Grupo de Trabalho.** Produção Técnica. Ministério da

Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília/DF, 2019b. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.** 2021a. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BRASIL. Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021. **Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.** 2021b. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio\\_Circular\\_2\\_24fev2021.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CAMPOLIN, L. da C.; RAIMUNDO, G. M. C. A avaliação da aprendizagem na educação profissional e tecnológica: uma análise das práticas avaliativas nos cursos técnicos subsequentes no IFSC – Campus Caçador. **EPT em Revista**, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2022. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/721>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CASTELUCIO, M. R. da S.; JEUNAN, E. E. Evasão: Um Estudo a partir da Gestão da Permanência Estudantil em Instituições de Ensino Superior da rede privada da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Labor**, v. 2, n. 26, p. 122-149, 2021.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, ano 3, v. 3, p. 1-20, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CRUZ SOBRINHO, S.; BONILHA, T. P. Permanência e Êxito nos IFs: Um Plano Utopico ou uma Possibilidade Concreta? **In:** SILVA, R. A.; ALMEIDA, M. do S. R. de O. de (Orgs.). Reflexões sobre Permanência e Êxito nos Institutos Federais. Macapá-AP: EDIFAP, 2021, 312 p.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. da. Evasão do Curso de Química da Universidade de Brasília: A Interpretação do Aluno Evadido. **Química Nova**, v. 24, n. 1, p. 262-280, 2001.

CUNHA, M. S.; TEIXEIRA, D. de L.; PIMENTEL, A.; AQUINO, F. J. A. de. Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da Covid-19, para Permanência Discente. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (Educitec)**, v. 8, e187722, p. 1-18, 2022.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, set./dez., p. 772-789, 2011.

FARIAS, M. S. F. de; MENDONÇA, A. P. **Concepção de Produtos Educacionais para um mestrado profissional**. [recurso eletrônico – e-book], Manaus, 2019. 72p. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/18KIYM0\\_K-2C3u2h5L6CgQXWUuluYWfH8/view](https://drive.google.com/file/d/18KIYM0_K-2C3u2h5L6CgQXWUuluYWfH8/view)>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FERREIRA, A. F.; VIANA, G. C.; CORREIA, S. L. C. P.; SANTOS, T. C. A pesquisa aplicada em educação: uma experiência de intervenção na educação básica de salvador/BA. **In:** Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2014, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/6824>>. Acesso em: 9 jun. 2022.

FIGUEIREDO, N. G. da S.; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e Evasão Escolar em Contexto: Motivos e Reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio Janeiro, v. 25, n. 95, p. 356-392, abr./jun., 2017.

FONSECA, L. A. M. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 4. ed. Manaus:

Valer, 2010, 184 p.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 5ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. Disponível em: <[https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o\\_pp.5-19.pdf](https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 15ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FREITAS, M.; REIS, R.; TORRES, A. Permanência Escolar na EJA: Narrativas de Estudantes do Ensino Fundamental no Sertão Alagoano. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, jan./dez., p. 1-23, e24963, 2021.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out., 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/ghLJpSTXFjJW7nWBsnDKhMb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. **In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.; FERREIRA, E. B.; GARCIA, S.; CORRÊA, V. (Org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. **In:** CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b, 788p. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

FRIGOTTO, G. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. **In:** FRIGOTTO, G. (Org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: <[http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3079/FPF\\_PTPF\\_12\\_076.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3079/FPF_PTPF_12_076.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GODOY, E. V.; ALMEIDA, E. de. Evasão nos Cursos de Engenharia: Um Olhar para os trabalhos do COBENGE de 2000 a 2014. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia (RBECT)**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 50-74, set./dez., 2020.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. **In:** MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

GONÇALVES, C. É. de L. C.; OLIVEIRA, C. de S.; MAQUINÉ, G. O.; MENDONÇA, A. P. (Alguns) desafios para os produtos educacionais nos mestrados profissionais nas

áreas de ensino e educação. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (Educitec)**, v. 5, n. 10, p. 74-87, mar., 2019.

GUIMARÃES, E. R.; LEITE, F. G. M. Políticas Curriculares para Superação da Evasão e os Direitos de Cidadania. **Revista de Estudos Curriculares**, Ano 7, n. 2, p. 38-56, 2016.

IFAM. **ProfEPT**. Área de Concentração e Linha de Pesquisa. Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/profept/programa/area-de-concentracao-e-linha-de-pesquisa>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

IFRR. Resolução nº 454- Conselho Superior, de 7 de junho de 2019. **Aprova *ad referendum* o Plano de Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do Campus Boa Vista Zona Oeste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)**. 2019a. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2019/resolucao-n-o-454-conselho-superior/view>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IFRR. Resolução nº 474/Conselho Superior, de 22 de outubro de 2019. **Homologa a Resolução nº 454/Conselho Superior, de 7 de junho de 2019, que aprovou, *ad referendum*, o Plano de Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do Campus Boa Vista Zona Oeste do Instituto Federal de Roraima (IFRR)**. 2019b. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2019/resolucao-n-o-474-conselho-superior/view>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IFRR. Resolução nº 583/2021 – CONSUP/IFRR, de 23 de julho de 2021. **Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Serviços Públicos, do IFRR / Campus Boa Vista Zona Oeste**. 2021. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/campi/zona-oeste/ensino/cursos/tecnicos/tecnico-em-servicos-publicos/integrado/Resolucao5832021CONSUPAprovaadreferendumareformulacaod>

oPPCTecnicoemServicosPublicosdoIFRRCampusBoaVistaZonaOeste..pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

IFRR. **Cursos Técnicos Subsequentes do Campus Boa Vista Zona Oeste.** 2022. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

IFRR. **Q-Acadêmico.** 2023a. Disponível em: <<http://academico.ifrr.edu.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 722, de 8 de março de 2023. **Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Publicidade Subsequente ao Ensino Médio, Campus Boa Vista Zona Oeste, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.** 2023b. Disponível em: <<https://boavista.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2023/resolucao-n-deg-722-2023-conselho-superior/view>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

JOHANN, C. C. **Evasão Escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: Um Estudo de Caso no Campus Passo Fundo.** 2012, 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2012.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago., 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

KUENZER, A. Z. **Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho.** Texto elaborado a partir de conferência realizada no 53º Congresso Brasileiro de Enfermagem – CBEEn, realizado em Curitiba, PR, de 9 a 14 de outubro de 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/dcNgWngHCYvWcMznwGgPQ3C/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

LEITÃO, R. A. R. **Avaliação da Aprendizagem:** Contribuições para a Formação Humana Integral de discentes do Ensino Médio Integrado. 2020, 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), 2020.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986, 99 p.

MACHADO, M. M.; RODRIGUES, M. E. de C. Educação de Jovens e Adultos: relação educação e trabalho. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 373-385, jul./dez., 2013. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/312/482>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MANACORDA, M. A. O conceito de homem onilateral. **In:** MANACORDA, M. A. Marx e a Pedagogia Moderna [Tradução Newton Ramos de Oliveira]. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, 211p. Disponível em: <[https://gepel.furg.br/images/MANACORDA\\_MARX\\_E\\_A\\_PEDAGOGIA\\_MODERNA.pdf](https://gepel.furg.br/images/MANACORDA_MARX_E_A_PEDAGOGIA_MODERNA.pdf)>. Acesso em 21 jul. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa:** Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragem e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados. 7ª ed., São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, M. A. das N. S.; ABREU, T. C. D. de; MOURA, L. N. S. de. Práxis Freireana: diálogo, pesquisa-ação e escola democrática. **Olhar de Professor**, v. 23, 2020.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologia de Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. São Paulo: Edições 70, 2021, 470p.

MEMÓRIA, F. da S. **O pedagogo na efetivação do currículo integrado na educação profissional e tecnológica de nível médio (EPTNM)**. 2020, 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), 2020.

MENEZES NETO, A. S. M.; SODRÉ, M. P. M.; SAWAYA NETO, M.; GONÇALVES, P. G.; PALUMBO, S. É excessiva a evasão dos cursos superiores ofertados pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica? **Revista do TCU**, n. 124, Maio/Ago., p. 72-81, 2012.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. **In:** MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

MORAES, A. dos S.; MELO, A. F.; CYPRIANO, C. A. C.; ALMEIDA, J. S.; RIOS, J. A.; ALMEIDA, M. da C. S. A Colaboração da Política de Assistência Estudantil na perspectiva do Ensino Médio Integrado como travessia rumo à Formação Humana Integral. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, n. 2, p. 37-61, 2019.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e Formação Integrada: Confrontos Conceituais, Projetos Políticos e Contradições Históricas da Educação Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, out./dez., 2015.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º semestre, p. 1-5, 1996.

NOMA, A. K.; CZERNISZ, E. C. S. Trabalho, educação e sociabilidade na transição do século XX para o século XXI: o enfoque das políticas educacionais. **In:** SOUZA, J. dos S.; ARAÚJO, R. (Orgs.). Trabalho, educação e sociabilidade. Maringá: Editora Praxis / Editora Massoni, v. 01, p. 193-210, 2010.

NUNES, C. A educação como direito e o direito à educação integral na superação do reducionismo profissionalizante conservador. In: CORRÊA, H. E. R.; FIORUCCI, R.; PAIXÃO, S. V. (Org.). Educação (integral) para o século XXI: cognição, aprendizagens e diversidades. Bauru/SP: Grandus Editora, 2021.

OLIVEIRA, L. E. S. de. **Evasão nos Cursos Subsequentes do IF-SC / Campus Criciúma**. 2016, 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciência e Educação – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 2016.

OLIVEIRA, R. M. da C. **Assistentes de Alunos: Quem são esses profissionais que atuam na educação profissional técnica de nível médio?** 2020, 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), 2020.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federai s%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PERON, V. D.; BEZERRA, R. C.; PEREIRA, E. N. Causas e Monitoramento da Evasão Universitária no Contexto Brasileiro: Uma Revisão Sistemática. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (Educitec)**, v. 5, n. 11, p. 163-179, 2019.

PIMENTA, S. G. **O pedagogo na escola pública**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

PIOLLI, E.; SALA, M. A reforma do ensino médio e a educação profissional: da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e para a Educação Profissional. **Revista Exitus**, Santarém/PA, vol. 11, p. 01-25, e020138, 2021.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado. **In:** Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 08 e 09 de maio de 2008. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. **In:** ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. da (Orgs.). Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. 569 p. Disponível em: <[https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro\\_completo\\_ensino\\_medio\\_integrado\\_-\\_13\\_10\\_2017.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2022.

RIBEIRO, E. A. A Perspectiva da Entrevista na Investigação Qualitativa. **Evidência:** olhares e pesquisa em saberes educacionais. Araxá/MG, v. 4, n. 4, p. 129-148, 2008.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. de S.; OLIVEIRA, R. R. de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago., 2020.

SAIS, E. de F.; VIEIRA, F. M. A Evasão Escolar nos Cursos Subsequentes de Eletrotécnica e Edificações do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC – Campus de Criciúma/SC. **Criar Educação** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC, Criciúma, v. 6, n. 1, jul./nov., p. 1-25, 2016.

SANTANA, A. S. A. de; SILVA, C. C. T. da; SILVA, I. F. da. Diga-me por onde andas: Estratégias de Permanência e Êxito no Ensino Remoto Emergencial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Simões Filho. **Revista Labor**, v. 2, n. 26, p. 104-121, 2021.

SANTOS, L. C. dos. **A técnica do formulário: conceituação, características, vantagens e limitações.** s/d. Disponível em: <[https://www.lcsantos.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/220\\_TECNICA\\_FORMULARIO.pdf](https://www.lcsantos.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/220_TECNICA_FORMULARIO.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SANTOS, D. B. R. **Para Além das Cotas: A Permanência de Estudantes Negros no Ensino Superior como Política de Ação Afirmativa.** 2009, 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/BA, 2009.

SANTOS, L. C. dos. Análise do Impacto da Política de Assistência Estudantil na Permanência dos (as) Estudantes do PROEJA no Instituto Federal do Amapá – Campus Santana. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (Educitec)**, v. 8, e188622, p. 1-13, 2022.

SANTOS JÚNIOR, G. S. dos. **Entrada do IFRR/CBVZO (fotografia/figura 1) e Vista de cima do IFRR/CBVZO (fotografia/figura 2).** 2021. 2 fotografias. Arquivo pessoal do fotógrafo. Acesso em: 21 out. 2021.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, Educação e Saúde.** v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SAVIANI, D. Em Defesa do Projeto de Formação Humana Integral para a Classe Trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13666, p. 1-14, 2022.

SILVA, G. P. da. Análise de Evasão no Ensino Superior: Uma Proposta de Diagnóstico de seus Determinantes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p. 311-333, jul., 2013.

SILVA, J. de L.; AZEVEDO, R. O. M. A Voz da Evasão Escolar: Um Estudo de Caso

no Campus Avançado Manacapuru. **Revista Labor**, v. 2, n. 26, p. 275-297, 2021.

SILVA, R. B. G. e. **Benefício Creche: Análise dos impactos na formação omnilateral dos discentes no Campus Eirunepé-IFAM**. 2024, 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), 2024.

SOUZA, J. A. S. Permanência e Evasão Escolar: Um Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica (RBEPT)**, n. 6, v. 1, p. 19-29, 2013.

SOUZA, E. de; FREITAS, L. F. Um Estudo sobre a Evasão nos Cursos de Graduação dos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 20, e10757, p. 1-16, jun., 2021.

STEFANUTO, V. A. **Traçados históricos que deram origem a atual Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Brasil: da escola de aprendizes artífices as institutos federais (IFs)**. 06 de dezembro de 2022. Apresentação de power point disponibilizado pelo autor referente à atividade realizada no I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia, Curitiba/PR. Acesso em: 15 dez. 2022.

SUHR, I. R. F. Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes: Expressão da Inclusão Excludente? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 3, p. 218-231, 2020.

TINTO, V. Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research. **Review of Educational Research**. Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

URBANETZ, S. T.; BASTOS, E. N. M. Paulo Freire e a Educação Profissional Técnica e Tecnológica. Práxis Educativa – Dossiê: Paulo Freire (1921-2021): 100 anos de história e esperança, Ponta Grossa, v. 16, e2116602, p. 1-14, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, 248 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015, 290 p.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos da Psicologia**, n. 7, p. 79-88, 2002. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/epsic/a/GdRk6zHHNz4yL6NBsH6P4yH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 nov. 2022.



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
Campus Manaus Centro  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **“ENTRAVES NA FINALIZAÇÃO DO PERCURSO FORMATIVO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO IFRR/CBVZO”**, sob a responsabilidade do pesquisador **HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA**, mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) / *Campus Manaus Centro (CMC)*, sob a orientação da **Profa. Dra. MARIA FRANCISCA MORAIS DE LIMA**.

Esta pesquisa tem por objetivo geral “Analisar os principais desafios enfrentados pelos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO e as possíveis alternativas e estratégias pedagógicas que podem ser implementadas para possibilitar a conclusão do curso”.

Este estudo justifica-se, sobretudo, pelo fato de que por meio dele teremos uma quantidade significativa de informações relacionadas às dificuldades enfrentadas pelos (as) estudantes evadidos (as) do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR / CBVZO para finalização do curso, com foco nos fenômenos de permanência e de evasão, buscando não só compreendê-los, mas, também, a partir dessa compreensão, criar / sugerir alternativas que possam contribuir para “erradicação” ou, pelo menos, redução dos percentuais de evasão. Assim, tais informações, após analisadas e interpretadas, farão parte de uma dissertação, assim como se constituirão em dados importantes para embasar o desenvolvimento de um produto educacional que apresente melhorias relacionadas às dificuldades identificadas.

Os procedimentos a serem utilizados na pesquisa serão aplicação de

formulários (discentes) e realização de entrevistas (servidores: docentes e técnicos) realizadas pelo pesquisador, assim como a realização de reuniões/conversas formais (servidores: docentes e técnicos) acerca dos assuntos relacionados à temática do estudo, objetivando, principalmente, proporcionar esclarecimentos gerais. No transcorrer da pesquisa poderemos utilizar câmeras filmadoras, gravador de voz e câmera digital para os registros das atividades a fim de possibilitar uma melhor e mais fidedigna análise de dados.

Informamos que em determinados momentos do estudo pode ser que seja encaminhado algum material via e-mail / arquivo digital, sobretudo no que se refere à avaliação e à validação do produto educacional elaborado. De qualquer forma, tomaremos todos os cuidados necessários relacionados ao gerenciamento de tais materiais, especialmente referentes ao sigilo dos (as) participantes da pesquisa.

Em razão da participação no estudo, os (as) seus (suas) participantes estarão vulneráveis a riscos de: constrangimento ou vergonha ao ser entrevistado; receio de possíveis consequências decorrentes de suas respostas; sentir-se com a privacidade invadida pelas entrevistas e eventual quebra de sigilo.

Assim, como medida prevista em relação aos riscos mencionados, estaremos: estabelecendo uma relação colaborativa e de respeito mútuo pesquisador / participante, atentando para os diferentes níveis e valores sociais, intelectuais, a diversidade cultural, os distintos aspectos éticos, morais, os estados psicológicos, a espiritualidade ou mesmo a religiosidade, bem como as diferenças de perfis físicos, sobretudo, entre os (as) alunos (as). O pesquisador estará atento para evitar que algum destes aspectos venha a se tornar causa de constrangimento aos (às) participantes, interferindo no processo de pesquisa.

Ademais, como medida prevista, serão disponibilizadas todas as informações necessárias sobre a pesquisa e os seus possíveis desdobramentos, assim como forneceremos cópias, no formato físico ou mesmo digital, de quaisquer documentos oriundos do processo construtivo do estudo. As entrevistas e a aplicação dos formulários ocorrerão em ambientes reservados para fortalecer uma relação pautada na confiabilidade e na discrição. Além disso, garantiremos o anonimato dos (as) participantes, incluindo esta informação no presente termo. Ainda, se necessário, outros documentos adicionais serão

assinados pelo pesquisador e pelos (as) participantes da pesquisa a respeito da segurança do sigilo.

Sua participação é voluntária e, caso concorde em participar, você estará colaborando com um estudo que, após o levantamento e a análise das informações, proporcionará dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional relacionado às dificuldades enfrentadas pelos (as) alunos (as) evadidos (as) do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR / CBVZO para finalização do curso, com foco nos fenômenos de permanência e de evasão, buscando não só compreendê-los, mas, também, a partir dessa compreensão, criar / sugerir alternativas que possam contribuir para “erradicação” ou, pelo menos, redução dos percentuais de evasão. Portanto, vai gerar benefícios sociais a toda comunidade escolar envolvida no processo de formação.

Ressaltamos que você tem a plena liberdade para decidir sobre a sua participação, podendo retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Em todo caso, destacamos que apenas os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais dos (as) participantes mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases de desenvolvimento do estudo.

Será garantida pelo pesquisador a prestação de assistência integral quanto aos eventuais danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela dignidade, integridade física e moral dos (as) participantes, incluindo-se o direito a indenização na forma da legislação vigente. É garantido aos participantes o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo a qualquer momento, durante ou posterior a pesquisa, podendo solicitar ao pesquisador esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos neste documento. Além disso, é assegurado aos (às) participantes o direito de acesso ao produto investigacional após o término do estudo.

Os (as) participantes do estudo não receberão nenhuma retribuição de ordem financeira ou material, bem como também não terão nenhuma despesa desta mesma ordem. Ademais, destacamos que as informações fornecidas neste estudo poderão, posteriormente, ser utilizadas em trabalhos científicos e acadêmicos.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, você poderá entrar em contato com o pesquisador **Hudson do Vale de Oliveira**, pelo telefone: (95) 98121-5724 (inclusive ligações a cobrar), e-mail: hudson.oliveira@ifrr.edu.br; com a orientadora **Profª Dra. Maria Francisca Morais de Lima**, e-mail: francisca.lima@ifam.edu.br; ou, ainda, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFAM), na Avenida 7 de Setembro, nº 1975, Centro, Manaus – AM, CEP: 69.020-120, telefone: (92) 3306-0056, e-mail: comissao.etica@ifam.edu.br. O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos (as) participantes.

Assim, caso aceite participar do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via ficará com você e outra com o pesquisador responsável. E, ainda, se considerar conveniente, lhe enviarei uma cópia também por e-mail. Porém, em caso de não aceitação em participar da pesquisa, não haverá qualquer espécie de penalidade a sua pessoa.

Consentimento Pós-Infirmação:

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa intitulada **“ENTRAVES NA FINALIZAÇÃO DO PERCURSO FORMATIVO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO IFRR/CBVZO”**, que tem o objetivo geral de “analisar os principais desafios enfrentados pelos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO e as possíveis alternativas e estratégias pedagógicas que podem ser implementadas para possibilitar a conclusão do curso”.

Afirmo que fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, assim como entendi que a minha participação não me acarretará nenhum ônus financeiro, nem vou receber nenhuma remuneração por ela, sendo-me assegurado o anonimato e, também, que posso sair da pesquisa, cancelando a minha participação, quando quiser sem nenhum prejuízo.

Estou ciente também que tenho direito de acesso aos resultados e todas as demais informações decorrentes de minha participação, durante e após esta

pesquisa, bem como o acesso ao produto investigacional após o término do estudo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do (a) Participante



## APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO

### CARTA DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Prezado (a) Senhor (a),

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada: **“ENTRAVES NA FINALIZAÇÃO DO PERCURSO FORMATIVO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO IFRR/CBVZO”**, sob a responsabilidade do pesquisador **HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA**, mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) / *Campus* Manaus Centro (CMC), sob a orientação do **Profº. Dr. VANDERLEI ANTÔNIO STEFANUTO** e a coorientação da **Profa. Dra. DEUZILENE MARQUES SALAZAR**.

O estudo tem por objetivo geral “analisar os principais desafios enfrentados pelos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO e as possíveis alternativas e estratégias pedagógicas que podem ser implementadas para possibilitar a conclusão do curso”.

Este estudo justifica-se, sobretudo, pelo fato de que por meio dele teremos uma quantidade significativa de informações relacionadas às dificuldades enfrentadas pelos (as) alunos (as) do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR / CBVZO para finalização do curso, com foco nos fenômenos de permanência e de evasão, buscando não só compreendê-los, mas, também, a partir dessa compreensão, criar / sugerir alternativas que possam contribuir para “erradicação” ou, pelo menos, redução dos percentuais de evasão. Assim, tais informações, após analisadas e interpretadas, farão parte de uma dissertação, assim como se constituirão em dados importantes para embasar o desenvolvimento de um produto educacional que apresente melhorias relacionadas às dificuldades identificadas.

Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar nos documentos que serão produzidos, posteriormente, como, por exemplo, na dissertação, no produto educacional, nos artigos científicos e nos demais trabalhos de cunho científico, fazendo sempre referência ao apoio institucional dado à pesquisa.

Ressaltamos que o estudo será realizado seguindo todas as exigências necessárias para a realização de pesquisas com seres humanos, em atendimento as Resoluções nº 196/1996 (BRASIL, 1996c), nº 466/2012 (BRASIL, 2012c) e nº 510/2016 (BRASIL, 2016) e o Ofício Circular nº 2/2021 (BRASIL, 2021b), sendo submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Assim, o início da coleta de dados ocorrerá apenas quando da aprovação da proposta do estudo no CEP.

Ressaltamos que para quaisquer esclarecimentos adicionais, você poderá entrar em contato com o pesquisador **Hudson do Vale de Oliveira**, pelo telefone: (95) 98121-5724 (inclusive ligações a cobrar), e-mail: hudson.oliveira@ifrr.edu.br; com o orientador **Profº. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto**, telefone: (42) 99159-2945, e-mail: vanderlei.stefanuto@ifpr.edu.br; com a coorientadora **Profa. Dra. Deuzilene Marques Salazar**, e-mail: deuzilene.salazar@ifam.edu.br; ou, ainda, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFAM), na Avenida 7 de Setembro, nº 1975, Centro, Manaus – AM, CEP: 69.020-120, telefone: (92) 3306-0056, e-mail: comissao.etica@ifam.edu.br. O referido Comitê é a instância responsável por avaliar os aspectos éticos dos projetos de pesquisa, levando em consideração os riscos e a cobertura aos direitos dos (as) participantes.

Na certeza de contarmos com a colaboração desta gestão / instituição, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Boa Vista-RR, 26 de dezembro de 2022.

---

**HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA**

**Pesquisador Responsável**

Concordamos com a solicitação     Não concordamos com a solicitação

---

**ISAAC SUTIL DA SILVA**  
**Diretor-Geral do IFRR/CBVZO**



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
Campus Manaus Centro  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## **APÊNDICE C – ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) DOCENTES**

### **ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) DOCENTES**

Perguntas referentes ao perfil do entrevistado (apesar de tais perguntas, ratificamos o sigilo de tais informações, conforme conta no TCLE)

1. Idade: \_\_\_\_\_

2. Tempo de atuação na educação: \_\_\_\_\_

3. Tempo de atuação na instituição (IFRR/CBVZO): \_\_\_\_\_

4. Formação: \_\_\_\_\_

Perguntas relacionadas, especificamente, ao estudo proposto:

1. Você atuou no curso técnico em Serviços Públicos subsequente, mas chegou a atuar diretamente no processo de avaliação referente ao estágio curricular para a integralização do curso?

2. Como você avalia a (s) forma (s) como os (as) estudantes são avaliados (as) com vistas à realização do estágio curricular para a integralização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente?

3. Caso tenha atuado no processo de avaliação referente ao estágio curricular para a integralização do curso, você conhece os documentos que nortearam o processo de avaliação referente à finalização do curso técnico em Serviços

Públicos subsequente?

4. Caso você conheça tais documentos, o que você pensa a respeito deles, sobretudo considerando o processo de avaliação?

5. Caso você não conheça tais documentos, como você atuou frente ao processo de avaliação referente ao estágio curricular para integralização do curso?

6. Considerando os documentos que nortearam o processo de avaliação referente à finalização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, você acredita que as condições existentes (formas de avaliação) foram viáveis e adequadas para atender ao público do curso?

7. Você acredita que existe (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico para além das possibilidades que constam nos documentos norteadores?

8. Caso você acredite que existe (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico, que (quais) possibilidade (s) pode mencionar?

9. Considerando o estágio curricular, observou dificuldades por parte dos (as) estudantes evadidos (as) no que se refere a esta etapa para a finalização do curso? Em caso positivo, que (quais) dificuldade (s)?

10. Você acredita que as dificuldades observadas podem ser resolvidas? Em caso positivo, de que maneira?



Ministério da Educação  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 Campus Manaus Centro  
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## **APÊNDICE D – ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS (AS)**

### **ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS (AS)**

Perguntas referentes ao perfil do entrevistado (apesar de tais perguntas, ratificamos o sigilo de tais informações, conforme conta no TCLE)

1. Idade: \_\_\_\_\_

2. Tempo de atuação na educação: \_\_\_\_\_

3. Tempo de atuação na instituição (IFRR/CBVZO): \_\_\_\_\_

4. Formação: \_\_\_\_\_

Perguntas relacionadas, especificamente, ao estudo proposto:

1. Você atuou no suporte técnico-pedagógico do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, incluindo o estágio curricular para a integralização do curso?

2. Como você avalia a (s) forma (s) como os (as) estudantes eram avaliados (as) com vistas à realização do estágio curricular para a integralização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente?

3. Caso tenha atuado no suporte técnico-pedagógico do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, incluindo o estágio curricular para a

integralização do curso, você conhece os documentos que nortearam o processo de avaliação referente à finalização do curso técnico?

4. Caso você conheça tais documentos, o que você pensa a respeito deles, sobretudo considerando o processo de avaliação?

5. Caso você não conheça tais documentos, como você atuou no suporte técnico-pedagógico do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, incluindo o estágio curricular para a integralização do curso?

6. Considerando os documentos que nortearam o processo de avaliação referente à finalização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, você acredita que as condições existentes (formas de avaliação) foram viáveis e adequadas para atender ao público do curso?

7. Você acredita que existe (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico para além das possibilidades que constam nos documentos norteadores?

8. Caso você acredite que existe (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico, que (quais) possibilidade (s) pode mencionar?

9. Considerando o estágio curricular e, sobretudo, a prática do suporte técnico-pedagógico direcionado aos (às) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, observou dificuldades por parte dos (as) estudantes evadidos (as) no que se refere a esta etapa para a finalização do curso? Em caso positivo, que (quais) dificuldade (s)?

10. Você acredita que as dificuldades observadas podem ser resolvidas? Em caso positivo, de que maneira?



Ministério da Educação  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 Campus Manaus Centro  
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## APÊNDICE E – FORMULÁRIO A SER APLICADO COM OS (AS) ESTUDANTES EVADIDOS (AS)

### FORMULÁRIO A SER APLICADO COM OS (AS) ESTUDANTES EVADIDOS (AS)

Perguntas referentes ao perfil dos (as) estudantes evadidos (as) (apesar de tais perguntas, ratificamos o sigilo de tais informações, conforme conta no TCLE)

1. Idade: \_\_\_\_\_

2. Ano em que se tornou evadido (a): \_\_\_\_\_

Perguntas relacionadas, especificamente, ao estudo proposto:

1. Você finalizou todas as etapas do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, faltando apenas o estágio curricular para a integralização do curso?

( ) Sim                      ( ) Não

2. Por qual motivo não conseguiu finalizar o estágio curricular para a integralização do curso (marque a alternativa que mais corresponde ao seu motivo)?

( ) Problemas familiares                      ( ) Dificuldades financeiras  
 ( ) Dificuldades relacionadas ao estágio                      ( ) Outro: \_\_\_\_\_

3. Caso tenha marcado a opção “dificuldades relacionadas ao estágio”, se refere, especificamente, a qual dificuldade (marque a alternativa que mais corresponde a

sua dificuldade)?

Orientação

Redação

Cumprimento da carga horária

Outro: \_\_\_\_\_

4. Você tem conhecimento dos documentos que nortearam o processo de avaliação referente à finalização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente?

Sim

Não

5. Considerando os documentos que nortearam o processo de avaliação referente à finalização do curso técnico em Serviços Públicos subsequente, você acredita que as condições existentes (formas de avaliação) foram viáveis e adequadas?

Sim

Não

6. Você acredita que existe (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico para além das possibilidades que constam nos documentos norteadores?

Sim

Não

7. Caso você acredite que existe (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico, que (quais) possibilidade (s) pode mencionar?



Ministério da Educação  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 Campus Manaus Centro  
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## APÊNDICE F – AJUSTES NA PESQUISA<sup>25</sup>

<b>Indagação</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Ajustada</b>
O IFRR / CBVZO tem disponibilizado alternativas para contribuir com a permanência e com o êxito dos (as) alunos (as) do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, com foco em combater a evasão?	O IFRR / CBVZO tem disponibilizado alternativas para contribuir com a permanência e com o êxito dos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio, com foco em combater a evasão e, especificamente, possibilitar a conclusão do curso?
<b>Objetivo Geral</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Ajustado</b>
Compreender os principais desafios enfrentados pelos (as) alunos (as) do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO para finalização do curso.	Analisar os principais desafios enfrentados pelos (as) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO e as possíveis alternativas e estratégias pedagógicas que podem ser implementadas para possibilitar a conclusão do curso
<b>Objetivos Específicos</b>	
<b>Iniciais</b>	<b>Ajustados</b>
a) Conhecer os desafios enfrentados pelos (as) alunos (as) do	a) Conhecer os desafios enfrentados e a percepção dos (as) estudantes

<sup>25</sup> Necessários e realizados, sobretudo a partir da primeira imersão no campo para a realização da coleta de dados.

<p>Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO para finalização do curso;</p> <p>b) Analisar como os (as) alunos (as) percebem tais desafios na perspectiva de superá-los, visando à continuidade do curso;</p> <p>c) Mapear, à luz da percepção dos (as) alunos (as) e dos demais envolvidos com o fenômeno, de que forma (s) poderia (m) ser possibilitada a finalização do curso.</p>	<p>em relação a possíveis soluções para finalização do curso;</p> <p>b) Analisar como os (as) estudantes evadidos (as) percebem tais desafios na perspectiva de superá-los, com foco em sua finalização;</p> <p>c) Mapear, à luz da percepção dos (as) estudantes evadidos (as) e dos demais envolvidos com o fenômeno, de que forma (s) poderia ser possibilitada a finalização do curso; e</p> <p>d) Apresentar como produto educacional um manual com alternativas para o “resgate” dos (as) estudantes evadidos (as).</p>
---	---



Ministério da Educação  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 Campus Manaus Centro  
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## **APÊNDICE G – ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) GESTORES (AS)**

### **ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS (AS) GESTORES (AS)**

Perguntas referentes ao perfil do entrevistado (apesar de tais perguntas, ratificamos o sigilo de tais informações, conforme conta no TCLE)

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Tempo de atuação na educação: \_\_\_\_\_
3. Tempo de atuação na instituição (IFRR/CBVZO): \_\_\_\_\_
4. Formação: \_\_\_\_\_

Perguntas relacionadas, especificamente, ao estudo proposto:

1. Você atuou diretamente no curso técnico em Serviços Públicos subsequente (no caso, como docente)? Em caso positivo, chegou a atuar diretamente no processo de avaliação referente ao estágio curricular para a integralização do curso?
2. Independente de ter atuado diretamente no curso, enquanto gestor, como você avalia a (s) forma (s) como os (as) estudantes eram avaliados (as) com vistas à realização do estágio curricular para a integralização do curso?
3. Enquanto gestor, considerando o público subsequente e, especificamente, as

questões que perpassavam pelo estágio curricular para a integralização do curso técnico em Serviços Públicos, você acredita que as condições existentes (formas de avaliação) foram viáveis e adequadas?

4. Você acredita que existiria (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico?

5. Caso você acredite que existiria (m) outra (s) forma (s) de avaliar os (as) estudantes evadidos (as) do curso técnico em Serviços Públicos subsequente com vistas à finalização do curso técnico, que (quais) possibilidade (s) pode mencionar?

6. Hoje o curso em questão não é mais ofertado. Qual função você exercia quando do fechamento do curso?

7. Como foi o fluxo para o fechamento do curso (reuniões, deliberações, etc.)?

8. Enquanto gestor, na sua visão, o que levou ao fechamento do curso técnico em Serviços Públicos subsequente?

9. Atualmente, os cursos ofertados pelo CBVZO, conforme consta nos projetos pedagógicos dos cursos, em especial o subsequente, não prevê estágio curricular obrigatório. Sabes por que o estágio foi suprimido?

10. Levando em conta que o estágio curricular não é mais considerado obrigatório, achas que seria viável “resgatar” os (as) estudantes evadidos (as) que, porventura, tenham ficado pendentes apenas na questão do estágio para a integralização do curso?

11. Sendo viável, na sua percepção, “resgatar” os (as) estudantes evadidos (as), em função do estágio, pensas em alguma maneira de fazer esse “resgate”?



Ministério da Educação  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas  
 Campus Manaus Centro  
 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica



## APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

### QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Perguntas referentes à avaliação do produto educacional

1. Grupo participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

2. A apresentação do manual está clara e objetiva?

( ) Sim            ( ) Não

Se não, o que faltou? \_\_\_\_\_

3. Você acredita que o produto educacional (manual) atende ao objetivo proposto (apresentar alternativas para que os (as) estudantes evadidos (as) sejam “resgatados” (as))?

( ) Sim            ( ) Não

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Quais as suas impressões ou sugestões em relação ao produto educacional (manual)?


\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** ENTRAVES NA FINALIZAÇÃO DO PERCURSO FORMATIVO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO IFRR/CBVZO

**Pesquisador:** HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 67327823.0.0000.8119

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.950.094

**Apresentação do Projeto:**

A pesquisa é do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT. Trata-se de uma pesquisa ampla, apresentando, de forma sintética, através da seguinte caracterização: abordagem qualitativa, de natureza aplicada, exploratória e descritiva, tendo como procedimentos a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso. O estudo será realizado no Instituto Federal de Roraima (IFRR) / Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), junto aos alunos do Curso Técnico em Serviços Públicos, todos maiores de idade, bem como aos professores e alguns servidores técnicos administrativos que estejam relacionados não só à parte burocrática, mas também à parte pedagógica do curso. Destaca-se que na pesquisa a amostra é considerada não probabilística por conveniência, uma vez que, além de ser comumente adotada em estudos na área da educação, na seleção dos participantes, considera-se a facilidade e a disponibilidade. Serão coletadas informações junto à Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO acerca do total de alunos do curso, desde a primeira turma ofertada, que se encontra na condição de evadidos e o quantitativo referente a cada turma e a fase do curso em que tais alunos evadiram. Serão utilizadas, na coleta de dados, as seguintes Metodologias: a) a aplicação de formulários (com alunos que se encontram na condição de evadidos); b) a realização de entrevistas (com os professores que atuaram e/ou atuam no curso e com a equipe técnica que deu e/ou dá suporte para a sua realização); e, c) a análise documental (documentos norteadores para a criação dos

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus, AM

**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010

**UF:** AM **Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3306-0060 **E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

Página 01 de 08

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM



Continuação do Parecer: 5.950.094

cursos técnicos oferecidos pelo IFRR/CBVZO). No que se refere à aplicação dos formulários junto aos alunos evadidos, pretende-se, inicialmente, realizar uma palestra, no sentido de apresentar a proposta do estudo. Após a realização da palestra e os esclarecimentos das dúvidas que, porventura, possam existir, será realizado o levantamento daqueles que manifestarem interesse em participar da pesquisa e, com estes, será aplicado o formulário. Inicialmente, pretende-se realizar a palestra nas instalações do próprio Campus do estudo. As entrevistas serão realizadas, conforme roteiro semiestruturado, junto aos sujeitos mencionados anteriormente. Assim como na aplicação dos formulários, será ressaltado que tomar-se-á os cuidados necessários para que não seja exercida, junto aos entrevistados, nenhuma influência que possa interferir nas respostas. Antes da realização das entrevistas e da aplicação dos formulários, será realizado um pré-teste, para ambos os instrumentos. O pré-teste será realizado com um público semelhante ao da pesquisa. Com relação ao tempo para cada formulário e cada entrevista estima-se, respectivamente, 30 e 50 minutos, podendo haver variações para mais ou para menos. As informações obtidas serão analisadas qualitativamente, utilizando a análise de conteúdo. Além da análise de conteúdo, é importante mencionar que será considerando o estudo de caso. O processo de análise na pesquisa ocorrerá de forma simultânea à coleta de dados. A análise de conteúdo estará dividido em três fases: a) a pré-análise; b) a exploração do material e c) o tratamento dos resultados. Neste sentido, a inferência e a interpretação considera-se os dados brutos obtidos, sendo estes tratados, visando definir os conteúdos significativos, levando-se em conta não apenas os conteúdos que foram efetiva e claramente manifestados, mas também aqueles latentes que não foram, explicitamente, anunciados.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Compreender os principais desafios enfrentados pelos alunos do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO para finalização do curso.

Objetivo Secundário:

- a) Conhecer os desafios enfrentados pelos alunos do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO para finalização do curso;
- b) Analisar como os alunos percebem tais desafios na perspectiva de superá-los, visando à

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM  
Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3306-0060 E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM



Continuação do Parecer: 5.950.094

continuidade do curso;

c) Mapear, à luz da percepção dos alunos e dos demais envolvidos com o fenômeno, de que forma poderia ser possibilitada a finalização do curso.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** Em razão da participação na presente pesquisa, os seus participantes estarão vulneráveis a riscos de: constrangimento ou vergonha ao ser entrevistado ou participar da palestra, assim como o receio de possíveis consequências decorrentes de suas respostas; além disso, podem sentir-se com a privacidade invadida pelas entrevistas e eventual quebra de sigilo. Por outro lado, como medida prevista em relação aos riscos mencionados, será estabelecida uma relação colaborativa e de respeito mútuo pesquisador / participante, atentando para os diferentes níveis e valores sociais, intelectuais, a diversidade cultural, os distintos aspectos éticos, morais, os estados psicológicos, a espiritualidade ou mesmo a religiosidade, bem como as diferenças de perfis físicos, sobretudo, entre os discentes. Ademais, o pesquisador estará atento para evitar que algum destes aspectos venha a se tornar causa de constrangimento aos participantes, interferindo no processo de pesquisa. Ainda como medida prevista, serão disponibilizadas todas as informações necessárias sobre a pesquisa e os seus possíveis desdobramentos, como também será fornecido cópias, no formato físico ou mesmo digital, de quaisquer documentos oriundos do processo construtivo do estudo. As entrevistas ocorrerão em ambientes reservados para fortalecer uma relação pautada na confiabilidade e na discrição. Além disso, garantido o anonimato dos participantes, incluindo esta informação no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ainda, se necessário, outros documentos adicionais serão assinados pelo pesquisador e pelos participantes da pesquisa a respeito da segurança do sigilo.

**Benefícios:**

Em termos de benefícios da pesquisa para os participantes, destaca-se a contribuição destes em fornecer informações que, após levantadas e analisadas, possibilitarão a obtenção de dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional relacionado às dificuldades enfrentadas pelos alunos do Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio do IFRR / CBVZO para finalização do curso, com foco nos fenômenos de permanência e de evasão, buscando não só compreendê-los, mas, também, a partir dessa compreensão, criar/sugerir alternativas que possam contribuir para "erradicação" ou, pelo menos, redução dos percentuais de

**Endereço:** Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus / AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3306-0060

**E-mail:** cepsh.pggi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM



Continuação do Parecer: 5.950.094

evasão. Portanto, gerando benefícios sociais a toda comunidade escolar envolvida no processo de formação. Ressalta-se que os participantes têm a plena liberdade para decidir sobre a sua participação no estudo e, dessa forma, podem retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Em todo caso, destaca-se que apenas os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais dos participantes mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases de desenvolvimento do estudo. Pontua-se ainda que será garantida pelo pesquisador a prestação de assistência integral quanto aos eventuais danos e complicações decorrentes da pesquisa, zelando pela dignidade, integridade física e moral dos participantes, incluindo-se o direito a indenização na forma da legislação vigente. Destaca-se, também, que será garantido aos participantes o livre acesso a todas as informações decorrentes de sua participação neste estudo a qualquer momento, durante ou posterior a pesquisa, podendo solicitar ao pesquisador esclarecimentos adicionais por meio dos contatos contidos no TCLE, sendo-lhes assegurado, inclusive, o direito de acesso ao produto investigacional após o término do estudo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Projeto está bem argumentado, além disso, a pesquisa propõem apresentar um resultado que irá contribuir com a percepção da razão da evazão escolar. A pesquisa é relevante para o Ensino técnico e em geral. Desta forma, tem-se ao final uma proposta para se evitar a evazão escolar.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Acerca dos documentos necessários à avaliação ética da pesquisa, segundo Resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, foi identificado que:

- a) Folha de rosto (APRESENTADO)
- b) Projeto Básico (APRESENTADO)
- c) Projeto detalhado com todos os elementos que compõem o gênero (APRESENTADO);
- d) Carta de anuência ( APRESENTADO);
- e) Declaração de uso de infraestrutura (NÃO APRESENTADO);
- f) Termo de Consentimento (TCLE)(APRESENTADO) e Termo de assentimento Livre Esclarecido (TALE) (APRESENTADO/PENDENTE);
- g) Instrumentos de Pesquisa (APRESENTADO)
- h) Cronograma (APRESENTADO);
- i) Orçamento (APRESENTADO)

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM

Bairro: CENTRO

CEP: 69.025-010

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3306-0060

E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM



Continuação do Parecer: 5.950.094

**Recomendações:**

Quanto ao TALE e a declaração de infraestrutura: Incluir junto no relatório final.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O relator, diante da análise dos autos com base nas resoluções CNS n.º 466/12 e CNS n.º. 510/16, decide pelo parecer de APROVADO o projeto de pesquisa.

Quanto ao TALE e a declaração de infraestrutura: Incluir junto no relatório final.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Cabe ao pesquisador responsável, após realização da pesquisa, apresentar a este colegiado o Relatório Final de Pesquisa, que será avaliado em reunião ordinária do comitê para verificação do cumprimento dos preceitos éticos na pesquisa com seres humanos.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2074473.pdf	14/01/2023 00:26:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	14/01/2023 00:23:20	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Escelarecido_TCLE.pdf	14/01/2023 00:22:18	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Formulario_Alunos.pdf	14/01/2023 00:21:35	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Entrevistas_Tecnicos.pdf	14/01/2023 00:20:50	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Entrevistas_Docentes.pdf	14/01/2023 00:20:15	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	14/01/2023 00:19:40	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia.pdf	14/01/2023 00:19:30	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Sobre_o_Projeto.pdf	14/01/2023 00:17:01	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Hudson_do_Vale_de_Oliveira.pdf	14/01/2023 00:14:04	HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM

Bairro: CENTRO

CEP: 69.025-010

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3308-0060

E-mail: cepsh.pggi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS -  
IFAM



Continuação do Parecer: 5.950.094

**Situação do Parecer:**  
Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**  
Não

MANAUS, 17 de Março de 2023

---

**Assinado por:**  
**LUIZ HENRIQUE CLARO JUNIOR**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM  
Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3306-0060 E-mail: cepsh.pggi@ifam.edu.br